



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXVI — Nº 084

SÁBADO, 8 DE AGOSTO DE 1981

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 118ª SESSÃO, EM 7 DE AGOSTO DE 1981

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Ofício do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

Encaminhando à revisão do Senado autógrafo do seguinte projeto:

— Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 1981 (nº 94/81, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia, assinado em Bogotá, a 12 de março de 1981.

1.2.2 — Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

— Projeto de Resolução nº 42/81 (Redação final); Projeto de Decreto Legislativo nº 28/79 (Redação final); Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 11/81 (redação do vencido para o turno suplementar); Projeto de Lei do Senado nº 351/79 (redação do vencido para o segundo turno regimental); e Projeto de Lei do Senado nº 81/80 (Redação final).

1.2.3 — Leitura de Projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 208/81, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que dá nova redação ao art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho, estabelecendo que a prescrição de direitos trabalhistas ocorrerá após dois anos da cessação do contrato de trabalho.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR AGENOR MARIA — Críticas ao modelo econômico adotado pelo Governo.

SENADOR EVELÁSIO VIEIRA — Renúncia do Ministro Golbery do Couto e Silva do cargo de Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

SENADOR MARCOS FREIRE, como Líder — Comentários sobre a renúncia do Ministro Golbery do Couto e Silva.

SENADOR NILO COELHO, como Líder — Reparos ao pronunciamento do seu antecessor na tribuna.

1.2.5 — Comunicação da Presidência

— Designação de Srs. Senadores para visitarem as guarnições do Exército na faixa de fronteiras, no Sul do País, atendendo convite do Sr. Ministro do Exército.

1.2.6 — Leitura de parecer

Referente à seguinte matéria:

— Projeto de Decreto Legislativo nº 22/80 (Redação final).

1.2.7 — Requerimento

— Nº 269/81, de dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 72/80. Prejudicado por falta de *quorum*.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Resolução nº 186/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Fernandópolis (SP) a elevar em Cr\$ 25.093.740,67 (vinte e cinco milhões, noventa e três mil, setecentos e quarenta cruzeiros e sessenta e sete centavos) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 187/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Jardim Alegre (PR) a elevar em Cr\$ 5.400.803,20 (cinco milhões, quatrocentos mil, oitocentos e três cruzeiros e vinte centavos), o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 188/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista (SP) a elevar em Cr\$ 9.108.331,17 (nove milhões, cento e oito mil, trezentos e trinta e um cruzeiros e dezessete centavos), o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 202/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Rita de Caldas (MG) a elevar em Cr\$ 42.342.300,00 (quarenta e dois milhões, trezentos e quarenta e dois mil e trezentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 203/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa (MG) a elevar em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil, cento e cinquenta cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 206/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Andradina (MS) a elevar em Cr\$ 845.980,00 (oitocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e oitenta cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 36/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba (SP) a elevar em Cr\$ 164.593.304,00 (cento e sessenta e quatro milhões, quinhentos e noventa e três mil, trezentos e quatro cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 38/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Claro (SP) a elevar em Cr\$ 282.483.630,00 (duzentos e oitenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, seiscentos e trinta cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 4, de 1981, que autoriza a Prefeitura Municipal de Potirendaba (SP) a elevar em Cr\$ 6.017.802,61 (seis milhões, dezessete mil, oitocentos e dois cruzeiros e sessenta e um centavos), o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 5/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Alterosa (MG) a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, se-

tecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 6/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Bernardino de Campos (SP) a elevar em Cr\$ 2.718.448,24 (dois milhões, setecentos e dezoito mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e vinte e quatro centavos), o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Requerimento nº 40/81, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo do Escritor Josué Montello, referente ao ingresso do ex-Ministro Eduardo Portella na Academia Brasileira de Letras. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Requerimento nº 43/81, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, das ordens do dia dos Ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, baixadas em comemoração ao 17º aniversário da Revolução de Março de 1964. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Requerimento nº 268, de 1981, do Senador Marcos Freire, solicitando urgência, nos termos do art. 371, C, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 240, de 1980, do Senador Franco Montoro, que estabelece a participação de representante dos empregados e empresários na administração da Previdência Social (INPS, IAPAS e INAMPS). **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 357/79, do Senador Orestes Quêrcia, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os coveiros e empregados em cemitérios. (Apreciação preliminar da juridicidade.) **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 142/80, do Senador Orestes Quêrcia, alterando dispositivo da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 146, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, que isenta do Imposto de Renda o 13º salário. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 163, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os garçons. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 205/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Santo André (SP) a elevar em Cr\$ 49.070.232,88 (quarenta e nove milhões, setenta mil, duzentos e trinta e dois cruzeiros e oitenta e oito centavos), o montante de sua dívida consolidada. **Discussão sobrestada**, por falta de *quorum* para votação do Requerimento nº 260/81, de adiamento da discussão.

— Projeto de Lei do Senado nº 93/80, do Senador Jorge Kalume, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação em cinema, rádio e televisão, da História do Brasil ou de seus vultos. **Discussão sobrestada** por falta de *quorum* para votação do Requerimento nº 261/81, de adiamento da discussão.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR PASSOS PÔRTO — Construção de terminal marítimo em Sergipe.

SENADOR LEITE CHAVES — Prorrogação, por dois anos, dos débitos de custeio da cafeicultura nacional.

SENADOR GASTÃO MÜLLER — Manifestação de entidades de classe do Estado de Mato Grosso, contrária à extinção da taxa sobre o cacau.

SENADOR FRANCO MONTORO — Moção aprovada no II Encontro Nacional dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo, realizado em Praia Grande—SP. Manifesto da Associação dos Engenheiros Agrônomos da Grande Dourados e do Rotary Clube de Dourados, de defesa do pantanal mato-grossense. Realização do III Simpósio Nacional de Ecologia e do II Curso Internacional de Direito Comparado do Meio Ambiente.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO

2 — DISCURSO PROFERIDO EM SESSÃO ANTERIOR.

Do Sr. Humberto Lucena, pronunciado na sessão de 6-8-81.

3 — ATA DE COMISSÃO

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE BLOCOS PARTIDÁRIOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 118ª SESSÃO, EM 7 DE AGOSTO DE 1981

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. PASSOS PÔRTO, CUNHA LIMA E GASTÃO MÜLLER

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — Alexandre Costa — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — Mauro Benevides — Agenor Maria — Martins Filho — Cunha Lima — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — José Caixeta — Henrique Santillo — Gastão Müller — Mendes Canale — Leite Chaves — Evelásio Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIO

Do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafa do seguinte projeto:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 15, DE 1981

(Nº 94/81, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia, assinado em Bogotá, a 12 de março de 1981.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia, assinado em Bogotá, a 12 de março de 1981.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 131, DE 1981

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

De conformidade com o disposto no art. 44, inciso I, da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia, assinado em Bogotá, a 12 de março de 1981.

Brasília, 13 de abril de 1981. — João Figueiredo.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº DEM/DAM-II/DAIb/102/664.2 (B46) (B31), DE 8 DE ABRIL DE 1981, DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

A Sua Excelência o Senhor
João Baptista de Oliveira Figueiredo,
Presidente da República.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o anexo Acordo sobre os Usos Pacíficos de Energia Nuclear entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia, assinado em 12 de março de 1981, por ocasião da visita de Vossa Excelência àquele país.

2. São as seguintes as principais disposições do instrumento:

a) a cooperação bilateral será efetuada de acordo com a capacidade e as prioridades de cada Parte e em completa conformidade com os respectivos compromissos e obrigações internacionais;

b) as duas Partes reafirmam seu apoio ao princípio de não-proliferação de armas nucleares e seu direito ao desenvolvimento e à aplicação da energia nuclear para fins pacíficos;

c) a cooperação visada abrange as seguintes áreas:
— prospecção, extração e processamento de minério de urânio e produção de seus compostos;
— projeto, construção e operação de reatores e outras instalações nucleares, bem como de seus componentes;
— ciclos do combustível nuclear;
— pesquisa básica e aplicada;
— formação e capacitação de recursos humanos;
— segurança nuclear, proteção radiológica e proteção física do material nuclear;
— licenciamento de instalações nucleares;
— produção e aplicação de radioisótopos;
— informações nucleares;
— direito nuclear;

d) estão previstos Acordos Complementares de Execução, nos quais serão estabelecidas as condições e modalidades específicas de cooperação, incluindo a realização de reuniões técnicas mistas para o estudo e avaliação de programas;

e) os dois países se comprometem a manter consultas sobre a aplicação de salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) aos materiais e equipamentos fornecidos no âmbito do Acordo.

3. O instrumento que ora submete a Vossa Excelência atende plenamente a nossos compromissos internacionais, resguarda e promove os interesses do Brasil no tocante à cooperação com outros países em desenvolvimento no campo dos usos pacíficos da energia nuclear.

4. Nessas condições, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Mensagem ao Congresso Nacional, para que Vossa Excelência, se assim houver por bem, encaminhe à apreciação do Poder Legislativo o referido Acordo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito. — **Ramiro Saraiva Guerreiro.**

ACORDO DE COOPERAÇÃO SOBRE OS USOS PACÍFICOS DA ENERGIA NUCLEAR ENTRE OS GOVERNOS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Colômbia,

Inspirados pela tradicional amizade existente entre os dois países;

Reconhecendo a necessidade de fomentar o desenvolvimento energético, como condição indispensável para a promoção do desenvolvimento econômico e social de seus países;

Reconhecendo a importância fundamental da utilização da energia nuclear para fins pacíficos, não apenas como fonte energética em si, mas também como processo catalisador do desenvolvimento científico e tecnológico de seus países;

Conscientes dos benefícios comuns que poderão advir da cooperação entre ambos os países no campo dos usos pacíficos da energia nuclear, respeitados os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e pela Colômbia;

Convencidos da necessidade de impedir a proliferação de armas nucleares através de medidas não-discriminatórias, que possibilitem o desarmamento nuclear geral e completo sob estrito controle internacional;

Tendo em conta o Acordo Básico de Cooperação Técnica firmado entre ambos os Governos em 13 de dezembro de 1972;

Convieram no seguinte:

Artigo I

As Partes cooperarão para o desenvolvimento e aplicação dos usos pacíficos da energia nuclear, de acordo com as necessidades e prioridades de cada país, tendo em conta as respectivas disponibilidades de recursos naturais, humanos, tecnológicos e de capital.

1) A cooperação objeto do presente Instrumento abrangerá as seguintes áreas:

- a) Prospecção, extração e processamento de minério de urânio, bem como produção de seus compostos;
- b) Projeto, construção e operação de reatores e outras instalações nucleares, bem como de seus componentes;
- c) Ciclo do combustível nuclear;
- d) Pesquisa básica e aplicada ligada aos usos pacíficos da energia nuclear;
- e) Formação e capacitação de recursos humanos;
- f) Segurança nuclear, proteção radiológica e proteção física do material nuclear;
- g) Licenciamento de instalações nucleares;
- h) Produção e aplicação de radioisótopos;
- i) Informações nucleares;
- j) Direito Nuclear.

2) A cooperação nos campos assinalados do parágrafo anterior será executada através de órgãos competentes, designados por cada uma das Partes, mediante as seguinte modalidades:

- a) Assistência recíproca para a formação e capacitação de pessoal científico e técnico;
- b) Intercâmbio de técnicos;
- c) Intercâmbio de professores para cursos e seminários;
- d) Bolsas de estudo;
- e) Consultas recíprocas sobre problemas científicos e tecnológicos;
- f) Formação de grupos mistos de trabalho para a realização de estudos e projetos concretos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico;
- g) Fornecimento recíproco de equipamentos, materiais e serviços relativos aos campos assinalados anteriormente;
- h) Intercâmbio de informações relativas aos campos assinalados anteriormente;
- i) Outras formas de trabalho que sejam acordadas segundo o Artigo IV.

Artigo II

As Partes declaram o seu apoio ao princípio da não-proliferação de armas nucleares, bem como à sua aplicação em bases universais e não-discriminatórias, e reafirmam seu direito de desenvolver e aplicar a energia nuclear para fins pacíficos, de acordo com os seus respectivos programas nacionais.

Artigo III

A cooperação objeto do presente Instrumento será implementada respeitando integralmente os compromissos internacionais vigentes assumidos por cada uma das Partes.

Artigo IV

A fim de dar cumprimento à cooperação prevista neste Instrumento, os órgãos designados de conformidade com os termos do Artigo I, parágrafo 2, celebrarão Acordos Complementares de Execução, nos quais serão estabelecidas as condições e modalidades específicas de cooperação, incluindo a realização de reuniões técnicas mistas para estudo e avaliação de programas.

Artigo V

As Partes poderão utilizar livremente toda a informação intercambiada em virtude do presente Instrumento, exceto naqueles casos em que a Parte que forneceu a informação haja estabelecido condições ou reservas a respeito do seu uso ou difusão. Se a informação estiver protegida por patentes registradas em qualquer das Partes, os termos e condições para o seu uso e difusão sujeitos à legislação ordinária.

Artigo VI

As Partes facilitarão o fornecimento recíproco, mediante transferência, empréstimo, arrendamento ou venda, de materiais nucleares, equipamentos e serviços necessários para a realização de projetos conjuntos e de seus programas nacionais de desenvolvimento no campo da utilização da energia nuclear para fins pacíficos, ficando essas operações, em todos os casos, sujeitas às disposições legais vigentes na República Federativa do Brasil e na República da Colômbia.

Artigo VII

1) Qualquer material ou equipamento fornecido por uma das Partes à outra, ou qualquer material derivado do uso daquele material ou utilizado em equipamento fornecido em virtude deste Instrumento, só poderá ser utilizado para fins pacíficos. As Partes manterão consultas sobre a aplicação de salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) aos materiais e equipamentos fornecidos no âmbito do presente Instrumento.

2) A fim de aplicar as salvaguardas referidas no parágrafo anterior, as Partes celebrarão com a AIEA, quando for o caso, os acordos de salvaguardas correspondentes.

Artigo VIII

A transferência para um terceiro país de qualquer material ou equipamento fornecido por uma Parte à outra estará sujeita à autorização da Parte de origem. Quando o material ou equipamento estiver sujeito a salvaguardas, a transferência só poderá ser feita quando o terceiro país houver concluído com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) um acordo de salvaguardas do mesmo tipo do aplicado ao referido material ou equipamento na Parte que a transfere.

Artigo IX

Cada Parte, em seu respectivo território tomará as medidas necessárias para a proteção física do material e equipamentos que lhe forem fornecidos no âmbito do presente Instrumento, bem como nos casos de transporte dos referidos materiais e equipamentos entre os territórios das Partes.

Artigo X

As Partes se comprometem a cooperar mutuamente para o desenvolvimento de projetos conjuntos que se realizem no âmbito da aplicação deste Instrumento, facilitando, em todo o possível, a colaboração que em tais projetos possa caber a instituições ou órgãos públicos e privados dos respectivos países.

Artigo XI

Qualquer controvérsia que possa ocorrer sobre a interpretação ou aplicação deste Instrumento será resolvida através de via diplomática.

Artigo XII

1) O presente Instrumento entrará em vigor na data em que for efetuada a troca de Instrumento de Ratificação. Terá uma vigência de dez (10) anos e prorrogar-se-á tacitamente por períodos de dois (2) anos, desde que não seja denunciado por uma das Partes pelo menos seis (6) meses antes da expiração do período.

2) Salvo acordo em contrário entre as Partes, o término do presente Instrumento não afetará a continuação dos Acordos Complementares de Execução que tenham sido concluídos de conformidade com o disposto no Artigo IV.

Feito em Bogotá, D.F., aos 12 dias do mês de março de 1981, em dois exemplares, em línguas portuguesa e espanhola, sendo ambos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil: **Ramiro Saraiva Guerreiro.**

Pelo Governo da República da Colômbia: **Diego Uribe Vargas.**

(*As Comissões de Relações Exteriores, de Minas e Energia, de Economia e de Educação e Cultura.*)

PARECERES

PARECER Nº 585, DE 1981

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 42, de 1981.

Relator: Senador **Aderbal Jurema**

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 42, de 1981, que aprova as Contas do Governo do Distrito Federal relativas ao exercício financeiro de 1978.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 1981. — **Adalberto Sena**, Presidente — **Aderbal Jurema**, Relator — **Saldanha Derzi**.

ANEXO AO PARECER Nº 585, DE 1981

Redação final do Projeto de Resolução nº 42, de 1981.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso V, da Constituição, e eu, _____, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1981

Aprova as Contas do Governo do Distrito Federal, relativas ao exercício financeiro de 1978.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. São aprovadas as Contas do Governo do Distrito Federal, relativas ao exercício financeiro de 1978, na forma do Parecer Prévio aprovado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, na sessão de 4 de setembro de 1979.

PARECER Nº 586, DE 1981

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1979 (nº 26/79, na Câmara dos Deputados).

Relator: Senador **Saldanha Derzi**

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1979 (nº 26/79, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo que modifica o Convênio sobre Danos Causados a Terceiros, na Superfície, por Aeronaves Estrangeiras, assinado durante a Conferência Internacional de Direito Aéreo, realizada em Montreal, Canadá, de 6 a 23 de setembro de 1978.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 1981. — **Adalberto Sena**, Presidente — **Saldanha Derzi**, Relator — **Aderbal Jurema**.

ANEXO AO PARECER Nº 586, DE 1981

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1979 (nº 26/79, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1981

Aprova o texto do Protocolo que modifica o Convênio sobre Danos Causados a Terceiros, na Superfície, por Aeronaves Estrangeiras, assinado durante a Conferência Internacional de Direito Aéreo, realizada em Montreal, Canadá, de 6 a 23 de setembro de 1978.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Protocolo que modifica o Convênio sobre Danos Causados a Terceiros, na Superfície, por Aeronaves Estrangeiras, assinado durante a Conferência Internacional de Direito Aéreo, realizada em Montreal, Canadá, de 6 a 23 de setembro de 1978.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entre em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 587, DE 1981

Da Comissão de Redação

Redação do vencido para o turno suplementar do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1981 (nº 4.261/77, na Casa de origem).

Relator: Senador **Saldanha Derzi**

A Comissão apresenta a redação do vencido para o turno suplementar do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1981 (nº 4.261/77, na Casa de origem), que altera a redação do caput do art. 17 da Lei nº 6.091, de 15 de agosto de 1974, que "dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais, e dá outras providências".

Sala das Comissões, 7 de agosto de 1981. — **Adalberto Sena**, Presidente — **Saldanha Derzi**, Relator — **Aderbal Jurema**.

ANEXO AO PARECER Nº 587, DE 1981

Redação do vencido para o turno suplementar do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1981 (nº 4.261/77, na Casa de origem), que altera a redação do caput do art. 17 da Lei nº 6.091, de 15 de agosto de 1974, que dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Caput do art. 17 da Lei nº 6.091, de 15 de agosto de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17. O eleitor que residir no Distrito Federal poderá requerer ao Juiz Eleitoral de seu novo domicílio a remessa de sua folha individual de votação para sufragar nas eleições:

I — dos Estados: para Governadores, Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa;

II — dos Territórios: Câmara dos Deputados.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PARECER Nº 588, DE 1981

Da Comissão de Redação

Redação do vencido para o segundo turno regimental do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 1979.

Relator: Senador Saldanha Derzi

A Comissão apresenta a redação do vencido para o segundo turno regimental do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 1979, que dispõe a respeito da especialização de Engenheiros e Arquitetos em “Engenharia de Segurança do Trabalho” e da profissão de “Técnico de Segurança do Trabalho” e estabelece providências.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 1981. Adalberto Sena, Presidente — Saldanha Derzi, Relator — Aderbal Jurema.

ANEXO AO PARECER Nº 588, DE 1981

Redação do vencido para o segundo turno regimental do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 1979, que dispõe sobre a especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a profissão de Técnico de segurança do Trabalho e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O exercício da especialização de Engenheiro de Segurança do Trabalho será permitido, exclusivamente:

I — ao Engenheiro ou Arquiteto, portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, a ser ministrado no País, em nível de pós-graduação;

II — ao portador de certificado de curso especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, realizado em caráter prioritário, pelo Ministério do Trabalho;

III — ao possuidor de registro de Engenheiro de Segurança do Trabalho, expedido pelo Ministério do Trabalho, até a data fixada na regulamentação desta Lei.

Parágrafo único. O curso previsto no inciso I terá o currículo fixado pelo Conselho Federal de Educação, por proposta do Ministério do Trabalho, e o seu funcionamento determinará a extinção dos cursos de que trata o inciso II, na forma da regulamentação a ser expedida.

Art. 2º O exercício da profissão de Técnico de Segurança do Trabalho será permitido, exclusivamente:

I — ao portador de certificado de conclusão de curso de Técnico de segurança do Trabalho, a ser ministrado no País em estabelecimentos de ensino de 2º grau;

II — ao portador de certificado de conclusão de curso de Supervisor de Segurança do Trabalho, realizado em caráter prioritário pelo Ministério do Trabalho;

III — ao possuidor de registro de Supervisor de Segurança do Trabalho, expedido pelo Ministério do Trabalho, até a data fixada na regulamentação desta Lei.

Parágrafo único. O curso previsto no inciso I terá o currículo fixado pelo Ministério da Educação, por proposta do Ministério do Trabalho, e seu funcionamento determinará a extinção dos cursos de que trata o inciso II, na forma da regulamentação a ser expedida.

Art. 3º O exercício da atividade de Engenheiros e Arquitetos na especialização de Engenharia de Segurança do Trabalho dependerá de registro em Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, após a regulamentação desta Lei, e o de Técnico de Segurança do Trabalho, após o registro no Ministério do Trabalho.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados de sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

PARECER Nº 589, DE 1981

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 1980.

Relator: Senador Aderbal Jurema

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 1980, que dá nova redação a dispositivo do Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, que institui a Loteria Esportiva Federal.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 1981. — Adalberto Sena, Presidente Aderbal Jurema, Relator — Saldanha Derzi.

ANEXO AO PARECER Nº 589, DE 1981

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 1980, que dá nova redação a dispositivo do Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, que institui a Loteria Esportiva Federal e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A alínea b do art. 3º do Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º
b) 30% (trinta por cento) para programas de educação física e atividades esportivas, dos quais pelo menos a metade será obrigatoriamente aplicada no desporto amador.”

Art. 2º O Poder Executivo, ouvido o Conselho Nacional de Desportos, regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, DE 1981

Dá nova redação ao art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho, estabelecendo que a prescrição de direitos trabalhistas ocorrerá após dois anos da cessação do contrato de trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. A prescrição dos direitos assegurados nesta Consolidação ocorrerá após dois anos da cessação do contrato de trabalho.

Parágrafo único. Contra o menor de dezoito anos não corre qualquer prescrição.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o art. 119 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Justificação

A uniformização de critérios aplicáveis à prescrição de direitos trabalhistas, relativamente aos que exercem atividade no campo ou na cidade, impõe-se como de justiça e também em face da irreversível tendência de equiparação legislativa do disciplinamento desses setores.

O presente projeto, ao estabelecer dita uniformização, toma por base o vigente texto do art. 10 da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, justamente pelo fato de a solução aí contemplada assegurar melhor os direitos dos trabalhadores.

Na verdade, os critérios atualmente em vigor — o do art. 11, CLT e o do art. 10 da Lei nº 5.889/73 — são marcadamente conflitantes e apenas servem para alimentar discriminações ou para fazer tergiversar ainda mais a jurisprudência de nossos juízos e tribunais trabalhistas a respeito da questão.

Lembro, finalmente, que a idéia consubstanciada no presente projeto é da iniciativa do Sr. Omar Cardoso, da cidade de Campo Belo, Estado de Minas Gerais.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 1981. — Franco Montoro.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Art. 11. Não havendo disposição especial em contrário nesta Consolidação, prescreve em dois anos o direito de pleitear a reparação de qualquer ato infringente de dispositivo nela contido.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — O Projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Agenor Maria.

O SR. AGENOR MARIA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Desde que aqui cheguei, não tem sido outra a minha preocupação senão os problemas econômicos e sociais.

Ultimamente, ministros e presidentes de bancos têm dado conhecimento à Nação de suas preocupações.

O Presidente do Banco Central, Sr. Carlos Langoni, no *Correio Brasileiro* do dia 5 de agosto corrente, disse:

"A única forma viável de reduzir o déficit público brasileiro sem aumentar ainda mais os impostos é a eliminação do atual volume de subsídios que, juntamente com os incentivos fiscais, deverão representar cerca de Cr\$ 1 trilhão e 300 bilhões até o final deste ano, equivalentes a 65% da estimativa da receita tributária do País..."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, isto é muito grave, porque 65% da receita oficial do País, absorvida pelos incentivos fiscais e pelos subsídios, representam uma soma extraordinária.

Mais adiante, S. S^a afirma que os incentivos fiscais e os subsídios absorvem quase que toda a despesa que poderia ser feita pelos Ministérios.

Acontece, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que os incentivos fiscais e os subsídios, nesses níveis, concorrem astronômicamente para alterar a fisionomia inflacionária da Nação. Então, me pergunto e pergunto à Casa: o operário brasileiro, aquele operário de salário mínimo, qual é o subsídio que esse operário tem que possa atenuar o seu sofrimento? Qual é o incentivo fiscal que esse operário tem que possa atenuar o problema da sua família, o problema dos filhos carentes de alimentos e, por carência alimentar, subordinados aos hospitais, pesando mais ainda na receita da Previdência Social?

De forma que, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a minha presença, na tribuna, na tarde de hoje, tem um objetivo e tem um significado. Tem o significado de fazer por onde o Governo entenda que a Nação que trabalha, a Nação assalariada, a Nação que produz não pode ser responsável por uma inflação que muito mais fala às classes empresariais que gozam do beneplácito do Governo, às elites que continuam a merecer todo beneplácito.

Portanto, Sr., Presidente e Srs. Senadores, se são os incentivos fiscais, que pesam e para aumentar a inflação no nosso País, devem, de agora em diante, se essa é a realidade assegurada pelo Presidente do Banco Central, devem diminuir, sob pena de sermos arrastados para uma situação irreversível, pois, a Nação brasileira experimenta um novo e triste recorde: a maior taxa anual de inflação registrada em sua história econômica.

Diz mais o Sr. Carlos Langoni:

"Além dos subsídios, o Governo enfrenta também desequilíbrios provocados pelos incentivos fiscais que representaram gastos da ordem de Cr\$ 206 bilhões em 1980. Para este ano, espera-se que os incentivos fiscais venham a totalizar cerca de Cr\$ 344 bilhões..."

Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, os incentivos representam esta realidade, segundo palavras do Presidente do Banco Central.

Leio também, no *Jornal de Brasília* do dia 5 de agosto corrente, uma declaração feita pelo Secretário da Fazenda do Rio Grande do Norte, que diz o seguinte:

"INCENTIVOS FISCAIS PODEM ACABAR COM O NORDESTE"

Natal — Segundo o Secretário da Fazenda do Rio Grande do Norte, Otacílio Silva da Silveira, "a guerra dos incentivos vai acabar com o Nordeste". Pelo convênio de Salvador, assinado em novembro de 1966 por todos os Secretários da Fazenda do Brasil, só os Estados do Norte e Nordeste podiam dar incentivos como forma de promoverem a industrialização, de modo a reduzir as diferenças econômicas em relação ao Centro-Sul. Esses incentivos foram definidos. Mas, nos últimos dois anos, um estado do próprio Nordeste vem desrespeitando o convênio: o Ceará, iniciando o que o Secretário da Fazenda chama de "guerra predatória por novos investimentos industriais".

O Ministério da Fazenda foi "repetidas vezes" alertado para o que vinha acontecendo e outros estados nordestinos ameaçaram adotar procedimento idêntico ao do Ceará. Até que, reunidos em Vitória, todos os Secretários concordaram em que a prática seria extremamente perigosa, porque no momento em que "um estado rico" resolvesse entrar na guerra dos incentivos, os mais pobres estariam condenados. O Ceará foi condenado pelo voto unânime dos Secretários presentes, com uma abstenção: a do Ceará. E o Secretário da Fazenda do Rio Grande do Norte fez uma previsão: com Estados como São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul ou Paraná oferecendo determinados incentivos, dificilmente o Norte e o Nordeste teriam condição de atrair mais qualquer investimento industrial.

"É exatamente o que começa a acontecer agora", segundo o Secretário Otacílio da Silva Silveira. "Como o Ministério da Fazenda

não coibiu a tempo a prática de incentivos fiscais ilegais do Ceará, o Rio de Janeiro começou a dar os incentivos que o Ceará oferece, e até mais, rompendo a exclusividade que tinham o Norte e o Nordeste na concessão de incentivos fiscais a industrialização. É o começo do fim, se não tomarem medidas urgentes."

Sr. Presidente e Srs. Senadores, esta é a realidade da política financeira, esta é a realidade da política econômica, de um modelo econômico que se sobrepõe ao financeiro, de um modelo econômico que dá a quem tem dinheiro o direito de duplicar o capital a cada ano, tirando de quem trabalha e de quem produz todas as condições de se desenvolver e de progredir.

A Nação, Sr. Presidente e Srs. Senadores, passou a ser, depois desse modelo, mais uma nação em termos de agiotagem, onde a economia ficou marginalizada e jogada à sua própria sorte.

Esta é a situação financeira, esta é a situação econômica, segundo o Presidente do Banco Central.

Que diz o Ministro da Saúde? "No Brasil ocorrem por ano cerca de 400 mil mortes que poderiam ter sido evitadas", segundo afirmou ontem o Ministro da Saúde, Waldir Arcoverde.

Quem o diz não é a oposição; quem diz da situação falimentar da Nação, em termos financeiros, em termos econômicos, é o Presidente do Banco Central. Já agora quem diz do quadro de saúde alarmante é o Ministro da Saúde.

Hoje, 6^a-feira, o *Jornal do Brasil* traz o seguinte:

"No Brasil ocorrem por ano cerca de 400 mil mortes que poderiam ter sido evitadas, segundo afirmou ontem o Ministro da Saúde, Waldir Arcoverde, em palestra na Escola Superior de Guerra."

O Sr. Mauro Benevides — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AGENOR MARIA — Com muito prazer.

O Sr. Mauro Benevides — Ainda recentemente, nobre Senador, foi a SUDENE que elaborou aquele famoso relatório, já comentado desta mesma tribuna pelo nosso Líder Marcos Freire, apresentando esse quadro desolador da situação do Nordeste brasileiro. V. Ex^a sabe que esse documento deveria ter sido encaminhado ao Senhor Presidente da República pelos Governadores que integram o Polígono da Seca. Entretanto, aqueles Governadores se recusaram a assinar o relatório, pelas características indiscutivelmente realísticas do documento, que já chegou ao conhecimento do País, através de lúcido comentário de tribuna feito pelo nosso Líder Senador Marcos Freire.

O SR. AGENOR MARIA — Muito obrigado, Senador Mauro Benevides.

Veja a Casa como é grave a situação. Ninguém melhor do que o Ministro da Saúde para retratar com fidelidade e patriotismo a situação a que chegou este País. Ninguém melhor do que o Ministro da Saúde para, com entusiasmo, fidelidade e patriotismo, dar à Nação o quadro atual que envergonha os administradores que aí estão, que envergonha todos aqueles que concorreram para que a Nação fosse jogada à margem, jogada, enfim, à sarjeta do sofrimento, do abandono e da dor.

O que diz o Ministro da Saúde?

"Temos de 6 a 7 milhões de esquistossomáticos, 7 a 8 milhões com a doença de Chagas; 100 mil tuberculosos, 170 mil portadores de malárias, cerca de 60% da população com doenças parasitárias, principalmente a verminose (sendo que nas áreas costeiras a estatística é de 98%)..."

Sr. Presidente e Srs. Senadores, este depoimento é do Ministro da Saúde — não são estatísticas rebuscadas pelo PMDB, não são estatísticas trazidas pela Oposição — é o Ministro da Saúde que dá conhecimento à Escola Superior de Guerra, e registra-se, hoje, no *Jornal do Brasil* a situação a que foi levada esta Nação depois da Revolução, depois de 17 anos nessa camisa-de-força.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é muito grave que seja necessário o Ministro da Saúde vir à Nação, e pela imprensa maior, dar conhecimento da situação, do quadro de saúde em que vive o País. De forma que este modelo econômico que o Governo teimosamente continua a dizer que não muda, criou esta situação escabrosa que atenta contra a segurança da Pátria, que atenta contra a segurança da família, que atenta contra a Segurança Nacional e que mata os valores éticos e morais do nosso País. Quais são os valores éticos e morais que estão sendo assassinados por este modelo econômico elitista, concentrador de renda, elite que não é nossa, renda que não nos pertence? Quais são esses valores, Sr. Presidente e Srs. Senadores? É a nossa família, é a família que cambaleia, o assalariado jogado na sarjeta, a classe média brasileira com o telefone no cadeado, a classe média brasileira sublocando quarto, a classe média sem condições, e o assalariado jogado à sua sorte, desaparecendo a família. Estão assassinando o próprio valor do trabalho. Sim, o povo,

perdeu o interesse pelo trabalho, porque o que leva o homem a trabalhar é ele poder dizer: sou pobre, mas vivo às minhas custas.

O salário hoje no Nordeste é de Cr\$ 6.712,80. Para alcançá-lo, o cidadão precisa chegar à maioridade, ser reservista e conseguir a carteira do Ministério do Trabalho, para, depois, então, conseguido o emprego, o que não está fácil, receber esse salário de Cr\$ 6.712,80. Abaixo dele, no Nordeste, temos milhões de subassalariados que não ganham o salário mínimo, afora milhões de desempregados, desocupados.

Pois bem, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é desse salário de Cr\$ 6.712,80 bruto, salário de fome, que ainda tiram os 8% do INPS. É com esse tipo de salário que o homem tem que viver.

Pergunto, Sr. Presidente e Srs. Senadores: será que esse salário miserável oferece motivação a quem trabalha, para, trabalhando, poder dizer que é pobre e que vive às suas custas, às custas do seu suor?

Quantos trabalham oito horas e passam quatro, cinco horas nas filas, esperando transporte, pelas madrugadas afora, levam de doze a treze horas entre a luta de conseguir chegar à fábrica e o trabalho da fábrica, a jornada de oito horas de trabalho, para perceber esse salário miserável de Cr\$ 6.712,80!

Aí vem o Presidente do Banco Central e afirma que a inflação é fruto dos subsídios e dos incentivos fiscais. Pergunto se os incentivos fiscais são dados ao operário que sofre fome, ao trabalhador rural. Não, Sr. Presidente e Srs. Senadores. São dados às elites chegadas ao Governo, são dados a determinados segmentos da sociedade que não estão passando a fome que passa o operário brasileiro.

Que diz o Ministro da Saúde depois de mais de quinze anos desse modelo? Está a Nação aí morrendo à míngua — quatrocentas mil pessoas que morrem de doenças que não podiam mais existir em nosso País.

Este é um assunto que precisa ser discutido da tribuna, é um assunto que precisa ser diariamente, diuturnamente discutido com aqueles que representam o Governo, para fazer ver ao Governo que ele atenta contra a própria Segurança Nacional, porque fere frontalmente o orgulho daqueles que, trabalhando, precisam viver às suas custas, e só assim ter amor pelo labor.

O Sr. Henrique Santillo — V. Exª me permite um aparte?

O SR. AGENOR MARIA — Com o maior prazer, eminente Senador Henrique Santillo.

O Sr. Henrique Santillo — V. Exª trata do Nordeste brasileiro, e, tratando do Nordeste brasileiro, trata do Brasil, do Brasil em crise, do Brasil sufocado, do Brasil de milhões de trabalhadores que se sentem trapaceados, enganados, ludibriados, submetidos a uma permanente farsa. V. Exª fala do Nordeste e fala em crise que acomete toda a sociedade brasileira, todas as instituições brasileiras. E agora, eminente Senador, já os donos do poder também se despençam, também se destroem no seu permanente autofagismo. Tem a Nação agora conhecimento de que um dos "superministros" demitiu-se, o Sr. Chefe da Casa Civil da Presidência da República, General Golbery do Couto e Silva; nosso Richelieu Tupiniquim demitiu-se. Sabemos todos nós, como sabe a Nação, que isso é o resultado de uma luta nas entranhas do poder fechado, desvinculado do povo, na busca de hegemonias espúrias. Sabemos todos nós, como sabe a Nação, que isso é o predomínio do sufoco, o predomínio da política econômica desastrosa, restritiva, recessiva, que leva ao desemprego, que leva à ausência do desenvolvimento, que leva à recessão, a pretexto de combater uma inflação que, na verdade, nem mesmo foi arranhada até agora, que está beneficiando, continua beneficiando, reduzidos grupos da sociedade brasileira atrelados aos interesses do capitalismo internacional, dos que emprestam dinheiro a este País a juros extorsivos e dos que aqui vêm, sob a cobertura e o manto deste Governo, dos que aqui vêm instalar suas indústrias sofisticadas para assacar contra os brasileiros, contra as riquezas nacionais, contra o produto do trabalho de milhões. Neste aparte, eminente Senador, denuncio a farsa a que esta Nação está sendo submetida, a farsa da abertura, que não existe, que é apenas um véu ilusório, um canto da sereia, porque, na verdade, nunca, neste País, como agora, as magnas decisões nacionais continuam sendo tomadas por grupos reduziíísimos, fechados, desvinculados do interesse da Nação. Faço neste aparte — V. Exª me permite — esta denúncia e me parablenizo com V. Exª, porque V. Exª fala em crise, que não é apenas setorial, que não é só do Nordeste, que não é só do Sudeste ou do Sul, que não é só da Previdência, que não é só da Saúde, que não é apenas na área do Ministério do Trabalho, mas é uma crise nacional, de todos os setores da vida nacional. E quem são os responsáveis por esta crise? É o povo brasileiro? É a sociedade brasileira? Não! Os responsáveis são os militares que deram cobertura a essa tecnocracia aliada a interesses internacionais espúrios e aí estão, há 17 anos, a permitir a espoliação da maioria. Agradeço a V. Exª

O SR. AGENOR MARIA — Senador Henrique Santillo, quando V. Exª fala em militares, devo aproveitar a oportunidade para dizer que só há um ca-

minho para os militares, é a exigência imediata de o povo participar do processo político, de o povo escolher os seus representantes, de o povo ir às urnas escolher os seus governantes. Pois só assim, Senador Henrique Santillo, a Nação participando, abrem-se as perspectivas de melhores dias. Só assim, a Nação participando, ela passa a ser também responsável pelos problemas do futuro deste País.

O Sr. Henrique Santillo — V. Exª complementa, e complementa muito bem. Acresço apenas uma coisa. Está cabendo, sobretudo, às Oposições, neste momento, conduzir o povo adequadamente às eleições de 1982 — eleições livres, não eleições manipuladas —, exigir as eleições livres e, ao mesmo tempo, aproveitar esse potencial mobilizador das campanhas nos Estados para, conscientizando o povo, mobilizando-o, exigir que elas se façam verdadeiramente livres.

O SR. AGENOR MARIA — Senador Henrique Santillo, aproveito a oportunidade do aparte de V. Exª para dizer o seguinte: não basta caírem os homens, o que precisa mudar é o modelo anti Brasil que aí está, modelo do qual o povo não participa, modelo econômico que transformou este País, de país livre, de país independente, num país subjugado às forças do dinheiro estrangeiro, que criou uma situação ímpar nesta Nação, que é de precisarmos, a cada dia encarecer mais o preço do nosso café para, embora sendo o Brasil um dos maiores produtores de café do Mundo, o nosso assalariado não poder tomar café.

E já agora, somos os maiores produtores de álcool do Mundo e já não vamos mais consumir o álcool, porque este Governo teve o mau propósito de socializar os prejuízos e capitalizar os lucros. E já agora, como o álcool tem mais preço do que a gasolina, não interessa mais ao País consumir álcool, interessa exportar álcool. Exportar álcool é capitalizar o lucro, embora isso socialize os prejuízos por mais de um milhão de pessoas que acreditaram no modelo do álcool.

Portanto, Senador Henrique Santillo, fico-lhe grato pelo aparte, e posso dizer à Casa e à Nação que há uma fadiga nacional contra esse modelo que inferniza a vida do brasileiro de classe média e que joga a família assalariada à sarjeta do abandono, do sofrimento e da dor. Por quê? Porque trabalhar neste País, Senador Henrique Santillo, não corresponde; trabalhar, neste País, já não dá oportunidade a quem trabalha de poder viver com alguma dignidade, porque os salários estão aí — salários de fome! E o que mais cresceu no Brasil, nestes últimos anos, foi a corrupção, a inflação e a prostituição, por conta desse modelo apátrida, anti Brasil que eles, teimosamente, continuam a querer impor à Nação e à nacionalidade.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, traz o Presidente do Banco Central ao conhecimento do País a situação calamitosa das finanças brasileiras, afirmando que o modelo já absorveu 65% da renda fiscal, só com subsídios e incentivos fiscais. O Ministro da Saúde traz ao conhecimento da Nação que 400 mil pessoas morrem por ano, porque não tratamos dos nossos pobres.

O que diz a Comissão de Financiamento da Produção, que é o setor ligado à agricultura brasileira? Afirma que a produção de trigo caiu em mais de 45%, que haverá uma queda de 5% na produção de arroz e, ainda, que caiu 37% a produção de amendoim.

As finanças estão aí em estado falimentar, as dívidas interna e externa crescendo astronômicamente, a Previdência Social falida, o Ministério da Saúde, através do seu Ministro, assegurando que, por ano, quatrocentos mil brasileiros morrem desgraçadamente, de fome; morrem, porque não podem ser tratados. E o Ministério da Agricultura, através da Comissão de Financiamento da Produção, diz que cai a nossa produção e cai a nossa produtividade. *(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

Sr. Presidente, vou encerrar. Peço a V. Exª apenas cinco minutos para concluir o raciocínio do discurso que faço na tarde de hoje.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, não podemos continuar à mercê de uma política nebulosa, malsã, malfadada, que arranca toda a perspectiva de confiança no futuro, que assassina o trabalho como força, que elimina a família assalariada e deixa a classe média jogada também à sua própria sorte. Este modelo elitista e concentrador de renda, que tanto mal tem feito à Nação, à nacionalidade, não pode continuar.

Afirmo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que não é a queda de um Ministro, ou de dois, três ou quatro Ministros, que poderá resolver o problema do Brasil e dos brasileiros. É o que o PMDB prega desde 1975, é a queda do modelo que atenta contra a segurança nacional. O que o PMDB prega desde 1975 é um modelo que possa assentar-se nos princípios da nacionalidade, onde os brasileiros vivam com dignidade, um modelo pelo qual quem trabalha neste País tenha o direito de, em trabalhando, poder dizer: sou pobre, mas vivo às minhas custas. Não este modelo que está aí, de uma poupança ociosa, que assegura lucros astronômicos em suas mãos, daqueles que têm a força do

labor em suas convicções, tira a motivação, para jogar a Nação à sarjeta do sofrimento, do abandono e da dor.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, é o Ministro da Saúde, através da grande imprensa, é o Presidente do Banco Central, são as autoridades do Ministério da Agricultura que afirmam. Então, se dizem isso, o que precisaríamos dizer mais do Governo?

O Sr. Gilvan Rocha — V. Exª me permite um aparte?

O SR. AGENOR MARIA — Com o maior prazer, Senador Gilvan Rocha.

O Sr. Gilvan Rocha — V. Exª, mais uma vez, está, naquele diapasão a que se acostumou, a fazer um discurso profundo sobre a problemática social do nosso País e, em especial, o Nordeste. Agora que V. Exª se refere à saúde, desejo rapidamente, porque sei que V. Exª está na angústia do tempo, dar um retrato sem retoque, três por quatro, da situação oficial da saúde no País. Os últimos dados acerca da Região Nordeste dizem que 80% da população está em subalimentação crônica. Agora vejamos o outro lado da moeda. Quase no mesmo jornal que dá essa notícia, porque foi num dia posterior, surge a inusitada nota de que o Ministro da Saúde, perguntado sobre a agregação do INAMPS, isto é, o Serviço de Assistência Médica da Previdência Social, ao seu Ministério, disse: "Nunca ouvi nada sobre isso, nunca fui consultado sobre isso". E vai receber todo um acervo da assistência médica do País sem ter sido, como dizemos lá no Nordeste, nem olhado nem cheirado. Vê V. Exª que Governo é este, onde um Ministro de Estado está agora prestes a receber toda a assistência médica oficial do País sem ser nem consultado. Isto significa que estamos em dias de juízo final.

O SR. AGENOR MARIA — Senador Gilvan Rocha, agradeço a V. Exª. Veja bem o seguinte: o Presidente do Banco Central, numa palestra que fez na Escola Superior de Guerra, deu conhecimento à Nação de um quadro financeiro falimentar. Depois veio o Ministro da Saúde, dando conhecimento do quadro doentio, do quadro hospitalar do povo brasileiro, afirmando que 400 mil pessoas morrem antecipadamente. Depois vem o Ministério da Agricultura, através da Comissão de Financiamento da Produção, dando a quebra da produtividade e da produção nacional. E, hoje o Presidente do Banco do Brasil:

Afirmou ainda ser totalmente a favor da proposta da Associação Nacional dos Bancos de Investimentos (ANBID) de submeter ao Congresso Nacional o orçamento monetário e o orçamento fiscal para 1982, "pois o Congresso deve participar da discussão de todos os temas econômicos da Nação".

O Sr. Oswaldo Colin acha que o Congresso deve participar de discussão de todos os temas econômicos do País.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quem está pedindo isto aqui não é um político, não é um congressista, é o Presidente do Banco do Brasil, que chegou à conclusão de que este Poder, o Poder Legislativo, é que é o Poder de fato e de direito, é que tem autonomia moral para discutir os problemas da economia nacional. Então, segundo o Presidente do Banco do Brasil, os orçamentos fiscais e monetários da Nação devem vir para cá, para aqui serem discutidos, porque quem conhece o drama da família brasileira somos nós, não são os tecnocratas subjugados a determinados interesses, mas nós que temos compromisso com o povo, pois a beleza da democracia é o parlamentar saber que o povo que o manda para cá é o povo que o pode tirar daqui. A beleza da democracia é esta, que dá oportunidade de fazer com que o povo eleja o deputado e o senador e fazer com que esse mesmo povo tire o deputado e o senador daqui. Aquele que não representar o povo com dignidade, aquele que não respeitar o povo, pode cair nas próximas eleições.

Encerro, Sr. Presidente e Srs. Senadores, deixando à reflexão dos militares, à reflexão dos nossos maiores, à reflexão daqueles que têm realmente em seus ombros o peso da responsabilidade dos dias atuais, o que diz, não o PMDB, não a Oposição brasileira, mas o que dizem o Presidente do Banco Central, o Ministro da Saúde, o Presidente do Banco do Brasil e o Presidente da Comissão de Financiamento da Produção.

Sr. Presidente, agradeço a deferência da Mesa, pedindo a Deus que, na Sua bem-aventurança, ilumine aqueles que são responsáveis pelo destino deste País, o Poder Executivo, que tirou do Poder Legislativo todas as condições, pois não podemos legislar desde que o nosso projeto incida em despesa para o Erário Nacional.

Portanto, a responsabilidade deste caos, deste estado de insolvência cabe ao Poder Executivo, que marginalizou o Poder Legislativo, que é o Poder de fato e de direito.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR AGENOR MARIA EM SEU DISCURSO.

A Nação brasileira experimenta um novo triste recorde: a maior taxa anual de inflação registrada em sua história econômica. A taxa inflacionária para o período de doze meses se aproxima dos 100%, superando os 91,8% de 1964, e o Brasil ingressará no clube dos países de inflação de 3 dígitos.

A que se deve tão desastroso resultado? A verdade é que não existe apenas um fator responsável e sim um conjunto deles. Mas, são causas conhecidas, em número reduzido, que poderiam ser controladas, como foram em 1964-67, caso o Governo tomasse a decisão política de fazê-lo. No início da atual administração tudo indicava que as medidas necessárias à contenção inflacionária seriam tomadas, pois um conjunto delas, perfeitamente coordenadas e escalonadas no tempo, constavam das "Diretrizes" do Presidente Figueiredo a seus ministros. Contudo as "diretrizes", compromisso do Estado com a Nação, foram paulatinamente abandonadas e o País se encontra hoje na delicada situação de apresentar a maior taxa inflacionária dos últimos 480 anos, crescimento econômico apenas modesto (em torno de 6% — inferior à taxa média histórica), balanço de pagamento perto do ponto de ruptura e dívida externa de 52 bilhões de dólares. Enfim, parece que o Brasil conseguiu maximizar todos os problemas.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao Sr. Senador Evelásio Vieira.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marcos Freire, que usará a tribuna como Líder do PMDB.

O SR. MARCOS FREIRE PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O Sr. Nilo Coelho — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nilo Coelho, como Líder do PDS.

O SR. NILO COELHO (Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ouvi atentamente todos os oradores desta tarde, nesta memorável sessão do Senado, e estamos, coincidentemente, com o mesmo ponto de vista: há uma crise. Apenas a crise que eu analiso não é a crise militar do nobre Líder da Oposição, não é a crise econômica; a crise que eu quero anunciar, e que considero a mais grave, é a crise de confiança, a crise de confiança que diz de perto a esta Casa, a nós políticos, aos partidos políticos, porque a estes cabe a condução política da Nação.

E o Senhor Presidente da República, em memorável discurso proferido no Rio Grande do Sul, anunciou que o ciclo revolucionário estava encerrado e que aos partidos políticos cabia a condução da vida pública e política deste País. Ninguém tomou conhecimento do que foi dito; as coisas continuaram do mesmo jeito, porque parece que não há ouvidos, parece que nós não temos a consciência da hora grave que atravessamos, e ficamos em discussões estereis na Tribuna, na imprensa e na televisão, e a construção nacional não é bem cuidada. E ela precisa ser bem cuidada. Não há porque dizer-se o que hoje aqui foi dito. Em qualquer país democrático do mundo a demissão de um Ministro, a substituição de um Ministro é fato normal, e também temos que considerar fato normal a demissão do Ministro Golbery do Couto e Silva. É fato lamentável, lamentável inclusive para o Senhor Presidente da República que, ao comunicar ao seu Líder, lamentava a demissão do seu auxiliar, que não tinha atendido a insistentes apelos para permanecer, aceitara o pedido de demissão. Encerrado o episódio. Outro será convocado, e vai ser continuada a obra administrativa, e a vida do País vai continuar. Não haverá crise por causa disso. Agora, nós políticos vamos nos unir e juntos, Governo e Oposição, vamos dizer bem alto a esta Nação, vamos convocar o povo, através de todas as suas camadas, e vamos dizer: Ninguém fecha a porta, ninguém vira a mesa, porque este País tem maioria política. Isto é que nos cabe dizer bem alto neste País. É o que digo desta tribuna, reafirmo desta tribuna com a responsabilidade da minha liderança e do meu mandato. Isto é que nos cabe dizer neste instante grave que estamos atravessando. Não é possível que minorias espúrias, verdadeiros resíduos, tentem perturbar a vida e o programa de democratização deste País, anunciado pelo Senhor Presidente da República. Ele tem um compromisso democrático não porque tenha

sido pressionado pelo povo. Não, ele tem um compromisso democrático pessoal, porque ele tem um compromisso com a memória do seu pai, e anunciou, durante a campanha política, que não faltaria a este compromisso.

É isto que quero dizer, nesta hora, solenemente, nesta tribuna, porque voltarei aqui, não como no episódio triste da bomba no qual a Nação inteira sabe o que aconteceu, pois não adianta revolver tristes episódios que nada constróem. Mas a Nação inteira precisa ser mobilizada para defender a democracia que vamos implantar neste País. *(Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)*

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Eunice Michiles — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Gabriel Hermes — Luiz Fernando Freire — José Sarney — Alberto Silva — José Lins — Humberto Lucena — João Lúcio — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Roberto Saturnino — Franco Montoro — Vicente Vuolo — Affonso Camargo — José Richa — Arno Damiani — Pedro Simon — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — A fim de atender a convite do Ministro de Estado do Exército, a Presidência designa os nobres Senadores Cunha Lima, Almir Pinto, José Lins e Martins Filho para visitarem as guarnições do Exército na faixa de fronteiras, no Sul do País, no período de 10 a 16 do corrente.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PARECER Nº 590, DE 1981

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1980 (nº 59/80, na Câmara dos Deputados).

Relator: Senador Aderbal Jurema

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1980 (nº 59/80, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteiras entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, concluído em Caracas, a 7 de novembro de 1979.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 1981. — *Adalberto Sena*, Presidente — *Aderbal Jurema*, Relator — *Saldanha Derzi*.

ANEXO AO PARECER Nº 590, DE 1981

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1980 (nº 59/80, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº _____, de 1981

Aprova o texto do Acordo sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteiras, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, em Caracas, a 7 de novembro de 1979.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteiras, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, em Caracas, a 7 de novembro de 1979.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — O parecer lido vai à publicação. Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 269, DE 1981

Nos termos do art. 356 do Regimento Interno, requero dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1980.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 1981. — *Bernardino Viana*.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Em votação o requerimento que acaba de ser lido.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*
Aprovado.

O Sr. Evandro Carreira (PMDB — AM) — Sr. Presidente, requero verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Será feita a verificação solicitada.

Peço aos Srs. Senadores que ocupem os seus devidos lugares, para o fim de possibilitar a utilização do processo eletrônico de votação. *(Pausa.)*

Os Srs. Senadores já podem votar. *(Pausa.)*

Procede-se à votação.

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Agenor Maria — Arno Damiani — Bernardino Viana — Eunice Michiles — Humberto Lucena — Jorge Kalume — José Lins — Leite Chaves — Lomanto Júnior — Luiz Cavalcante — Passos Pôrto.

VOTA "NÃO" O SR. SENADOR:

Evandro Carreira.

ABSTEM-SE DE VOTAR O SR. SENADOR:

Gastão Müller.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Votaram favoravelmente ao requerimento 11 Srs. Senadores; contra 1 (um). Houve uma abstenção.

Não houve *quorum*.

Nos termos regimentais, a Presidência irá suspender a sessão por alguns minutos, para permitir aos Srs. Senadores tempo para se deslocarem de seus gabinetes até o plenário, se assim o entenderem.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16 horas, a sessão é reaberta às 16 horas e 10 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Está reaberta a sessão.

Vai-se passar à verificação requerida pelo nobre Senador Evandro Carreira.

Mais uma vez, nos utilizaremos do sistema eletrônico de votação, para o quê solicito aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares individuais. *(Pausa.)*

Os Srs. Senadores já podem votar. *(Pausa.)*

Procede-se à votação.

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Aderbal Jurema — Agenor Maria — Alberto Silva — Almir Pinto — Arno Damiani — Bernardino Viana — Eunice Michiles — Henrique Santillo — Humberto Lucena — Jorge Kalume — José Lins — José Sarney — Jutahy Magalhães — Leite Chaves — Lomanto Júnior — Luiz Cavalcante — Luiz Viana — Marcos Freire — Martins Filho — Mauro Benevides — Nilo Coelho — Passos Pôrto — Roberto Saturnino.

VOTA "NÃO" O SR. SENADOR:

Evandro Carreira.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Votaram pela aprovação do requerimento 23 Srs. Senadores, manifestando-se pela sua rejeição 1 Sr. Senador.

Não há, em plenário, número para deliberação. Fica, em consequência, prejudicado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há *quorum*. Em consequência, todos os itens da pauta de hoje, pendentes de votação, ficam adiados.

São os seguintes os itens cuja votação é adiada.

1

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 186, DE 1980

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 186, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.301, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Fernandópolis (SP) a elevar em Cr\$ 25.093.740,67 (vinte e cinco milhões, noventa e três mil, setecentos e quarenta cruzeiros e sessenta e sete centavos), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.302 e 1.303, de 1980, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
— de Municípios, favorável.

2

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 187, DE 1980

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 187, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.304, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Jardim Alegre (PR) a elevar em Cr\$ 5.400.803,20 (cinco milhões, quatrocentos mil, oitocentos e três cruzeiros e vinte centavos), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.305 e 1.306, de 1980, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

3

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 188, DE 1980

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 188, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.307, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista (SP) a elevar em Cr\$ 9.108.331,17 (nove milhões, cento e oito mil, trezentos e trinta e um cruzeiros e dezessete centavos), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.308 e 1.309, de 1980, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

4

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 202, DE 1980

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 202, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.347, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Rita de Caldas (MG) a elevar em Cr\$ 42.342.300,00 (quarenta e dois milhões, trezentos e quarenta e dois mil e trezentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.348 e 1.349, de 1980, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

5

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 203, DE 1980

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 203, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.350, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa (MG) a elevar em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil, cento e cinquenta cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.351 e 1.352, de 1980, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

6

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 206, DE 1980

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 206, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.359, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Andradina (MS) a elevar em Cr\$ 845.980,00 (oitocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e oitenta cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.360 e 1.361, de 1980, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

7

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 36, DE 1981

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 36, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 273, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba (SP), a elevar em Cr\$ 164.593.304,00 (cento e sessenta e quatro milhões, quinhentos e noventa e três mil, trezentos e quatro cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 274 e 275, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

8

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 38, DE 1981

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 38, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 279, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Claro (SP) a elevar em

Cr\$ 282.483.630,00 (duzentos e oitenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, seiscentos e trinta cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada interna, tendo

PARECERES, sob nºs 280 e 281, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

9

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 4, DE 1981

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 12, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Potirendaba (SP) a elevar em Cr\$ 6.017.802,61 (seis milhões, dezessete mil, oitocentos e dois cruzeiros e sessenta e um centavos), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 13 e 14, de 1981 das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

10

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5, DE 1981

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 15, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Alterosa (MG) a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 16 e 17, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

11

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 6, DE 1981

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 6, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 18, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Bernardino de Campos (SP) a elevar em Cr\$ 2.718.448,24 (dois milhões setecentos e dezoito mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e vinte e quatro centavos), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 19 e 20, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

12

REQUERIMENTO Nº 40, DE 1981

Votação, em turno único, do Requerimento nº 40, de 1981, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo do Escritor Josué Montello, referente ao ingresso do ex-Ministro Eduardo Portella na Academia Brasileira de Letras.

13

REQUERIMENTO Nº 43, DE 1981

Votação, em turno único, do Requerimento nº 43, de 1981, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, das ordens do dia dos Ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, baixadas em comemoração ao 17º aniversário da Revolução de março de 1964.

14

REQUERIMENTO Nº 268, DE 1981

Votação, em turno único, do Requerimento nº 268, de 1981, do Senador Marcos Freire, solicitando urgência, nos termos do art. 371, C, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 240 de 1980, do Senador Franco Montoro, que estabelece a participação de representante dos empregados e empresários na administração da Previdência Social (INPS, IAPAS e INAMPS).

15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 357, DE 1979

Votação, em primeiro turno, (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 357, de 1979, do Senador Orestes Quêrcia, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os coveiros e empregados em cemitérios, tendo

PARECER, sob nº 1.006, de 1980, da Comissão

- de *Constituição e Justiça*, pela injuridicidade, com voto vencido dos Senadores Cunha Lima e Leite Chaves, e voto em separado do Senador Aderbal Jurema.

16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 1980

Votação, em primeiro turno, (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, alterando dispositivo da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, tendo

PARECER, sob nº 1.304, de 1980, da Comissão,
— de *Constituição e Justiça*, pela inconstitucionalidade.

17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 1980

Votação, em primeiro turno, (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, que isenta do Imposto de Renda o 13º salário, tendo

PARECER, sob nº 64, de 1981, da Comissão,
— de *Constituição e Justiça*, pela inconstitucionalidade.

18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, DE 1980

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 163, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os garçons, tendo

PARECER, sob nº 1.009, de 1980, da Comissão,
— de *Constituição e Justiça*, pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

19

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 205, DE 1980

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 205, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.356, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Santo André (SP) a elevar em Cr\$ 49.070.232,88 (quarenta e nove milhões, setenta mil, duzentos e trinta e dois cruzeiros e oitenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.357 e 1.358, de 1980, das Comissões:
— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
— de *Municípios*, favorável.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 260, de 1981, de autoria do Senador Franco Montoro de adiamento da discussão para a Sessão de 26 do corrente.)

20

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 1980

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 93, de 1980, do Senador Jorge Kalume, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação, em cinema, rádio e televisão, da História do Brasil ou de seus vultos, tendo

PARECERES, sob nºs 283 e 284, de 1981 das Comissões:
— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade e, quanto ao mérito favorável, com voto vencido do Senador Helvídio Nunes; e
— de *Educação e Cultura*, favorável, com emenda que apresenta de número 1-CEC.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 261, de 1981, de autoria do Senador Jorge Kalume, de adiamento da discussão para a sessão de 10 do corrente.)

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Há oradores inscritos. Concedo a palavra ao nobre Senador Passos Pôrto.

O SR. PASSOS PÔRTO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Precisamente há cem anos, o Governo Imperial, por ordem do Conselheiro Manoel Buarque de Macedo, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, enviou a Sergipe o engenheiro civil norte-americano W. Wilner Roberts, para o levantamento de medidas a serem tomadas com vistas à definição de um local apropriado para a construção de um porto em Aracaju.

Naquela época, a nova Capital projetada ao longo da bacia de evolução do Rio Sergipe havia sido implantada na foz dos rios Cotinguiba e Sergipe, já por imposição do melhor estuário para a construção do terminal portuário.

As forças produtoras do Estado, induzidas pela maior exportação de açúcar e algodão e o setor terciário emergente florescido pelo desempenho da

economia rural, pressionaram o Governo da Província a transferir a Capital, na busca de um melhor ancoradouro que transitasse a exportação e importação do Estado.

Hoje, Sr. Presidente e Srs. Senadores, as mesmas forças que conduziram a construção da nova Capital se levantam para a implantação de um terminal portuário em nosso Estado, que viabilize o seu monumental complexo industrial integrado de base.

É que nosso Estado, Sr. Presidente, vive a euforia da exploração do seu potássio, da instalação das unidades de Amônia e Uréia, da construção de mais duas fábricas de cimento, da perspectiva inadiável da sua fábrica de barilha, da produção de petróleo e seus produtos finais e de um espectro de indústrias de ponta, que dão a Sergipe o privilégio de ser o cenário do melhor projeto mineral brasileiro, altamente competitivo e emancipador.

Mas, a produção desse parque industrial, que, a médio prazo, chegará a dois milhões de toneladas-ano, precisa ter a resposta da implantação das infra-estruturas de apoio, sendo parte fundamental destas um porto especializado para movimentar os insumos e os produtos de processamento industrial.

Antecipando-se ao fato econômico e acreditando na fatalidade industrial do nosso Estado, o Governador José Rollemberg Leite, lá pelos idos de 1978, contratou a execução de Estudos de Viabilidade Técnico-econômica e anteprojecto para implantação de um terminal portuário.

O projeto está pronto, com um *layout* desenvolvido que permite a construção de um complexo portuário com ampliações independentes e não conflitantes dos vários setores portuários, em tempo de apoiar a implementação do projeto potássio e ao mesmo tempo apresentar flexibilidade de atender a uma matriz diversificada de tráfegos.

O projeto da Sonda Técnica S.A., apoiado pelo I.P.T. e pela PORTOBRÁS, optou pela alternativa portuária constituída de instalação *offshore* ligadas à terra por uma ponte de acesso e não a solução estuária, em virtude de fatores técnicos, operacionais, perigos de poluição e riscos de aumento de dragagens.

O porto será em mar aberto, mais acessível e mais fácil a sua ampliação e manutenção.

Agora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, depois de tanta luta e de tantos anos de esperança, estaremos a comemorar o quase centenário daquela viagem do Capitão de Mar-e-Guerra, Francisco Calheiros da Graça, que em 1884 efetuou o levantamento com que editou a primeira carta náutica brasileira para acesso ao porto de Aracaju.

O Sr. Ministro dos Transportes, Engenheiro Eliseu Resende, aprovou a construção do porto de Sergipe. O Governador Augusto Franco, que lutou durante todos estes anos por esta hora, recebeu enfim da PORTOBRÁS a auspiciosa notícia.

O Sr. Gilvan Rocha — Permite V. Exª um aparte?

O SR. PASSOS PÔRTO — Com muita honra.

O Sr. Gilvan Rocha — Veja V. Exª, nobre Senador Passos Pôrto, a beleza da democracia; não fora isto, não estaria eu aqui, eleito pela Oposição de Sergipe, e passariam em branco as palavras de V. Exª anunciando a emancipação econômica do nosso Estado, e, como também, a euforia — tomei nota das palavras de V. Exª — da instalação do complexo petroquímico no meu Estado, quando a Oposição sabe que o fato é absolutamente o contrário: Sergipe está atravessando a maior crise social de toda a sua história, o empobrecimento de regiões sergipanas é absolutamente inédito, nunca se viu tanta pobreza no meu Estado, e a isto não corresponde tanta euforia. V. Exª tem razão, entretanto, em dizer que o nosso Estado está comemorando o quarto centenário da abertura, ou pelo menos, do começo do sonho dourado de Sergipe, que era um porto. E anunciando que, afinal de contas, o Governo está empenhado na construção desse porto, que, diga-se de passagem, não é um porto, é um terminal, e que, diga-se de passagem mais ainda, os recursos não foram ainda alocados. Então, apesar de, como V. Exª, defendendo os interesses de Sergipe, apelarmos para o Governo no sentido de que depois de quatrocentos anos veja aquela região, eu desejo essas retificações no discurso de V. Exª: 1º — dizendo que o complexo petroquímico de Sergipe ainda causa euforia, porque nós temos não mais bolsões, mas um Estado cercado de problemas da mais alta miséria, que o *boom* do petróleo não conseguiu resolver. 2º — que o sergipano não será enganado com a história do porto, que não vai ser porto, e que só acreditará nesse porto quando tiver recursos para construir.

O SR. PASSOS PÔRTO — Lamento muito que o nobre Senador Gilvan Rocha, ao invés de me apoiar neste pequeno relatório que faço, num dia...

O Sr. Gilvan Rocha — Estou apoiando, Exª, estou dizendo apenas que nós já estamos cansados de promessas e que só vamos acreditar quando chegar o dinheiro. E é o próprio Ministro dos Transportes na televisão, que em entrevistas, que eu vi em meu Estado, dizia que não tinha recursos alocados

ainda para o porto. E é por isso mesmo que eu estou apoiando V. Ex^a, mas com aquela tradicional desconfiança sergipana, que, segundo V. Ex^a, já está fazendo 400 anos.

O SR. PASSOS PÔRTO — Eu gostaria de retificar V. Ex^a: não são 400 anos, são 100 anos. A viagem do representante do Ministro da Marinha, para fazer a Carta Náutica, foi em 1884, são 100 anos. V. Ex^a diz que não é porto, que é terminal portuário. É a mesma coisa. A diferença é que o terminal portuário estuarino que nós temos, de Aracaju, por questões de natureza técnica, sua inviabilidade e uma série de outros fatores, incluindo poluição, ele vai ser feito em Oxori, quer dizer em alto mar.

O Sr. Gilvan Rocha — V. Ex^a é um homem inteligente, nobre Senador Passos Pôrto, sabe que a diferença é fundamental. Nós temos um terminal petrolífero, que não tem nada a ver com porto. V. Ex^a sabe que vamos ter um terminal de minérios; vamos ter esteiras rolantes, levando minérios para navios. Porto V. Ex^a sabe que é um complexo, com armazém, com cais, onde entrem passageiros, onde há um comércio satélite, onde existe até hotéis, e nada disso vai acontecer em Sergipe. V. Ex^a sabe muito bem. Então, quando o Governador de V. Ex^a falar em porto, V. Ex^a, por favor, retifique dizendo que se trata de um terminal mineral, que é absoluta e completamente diferente.

O SR. PASSOS PÔRTO — Se V. Ex^a tivesse lido o projeto da Sonda Técnica S.A., V. Ex^a ia ver a projeção do porto de Sergipe, em Oxori, quer dizer, em alto mar, que é a única diferença; mas ele tem o mesmo layout, a mesma tecnologia, o mesmo projeto de um porto qualquer, com os armazéns, com os acessos. A única diferença que há entre ele e o porto tradicional é que ele tem os berços para receber os granéis, e o seu transporte para os berços e dos berços para os navios é que será feito em esteiras rolantes. Veja V. Ex^a que não há diferença nenhuma entre porto e terminal portuário: vai-se fazer um quebra-mar de 400 metros por 100, uma ponte de 1 km sobre o mar, a 17 km da foz do Rio Sergipe, que vale dizer no Município de Pirambu — tão conhecido nosso — e então será um terminal portuário *offshore*, mas um porto como são os portos modernos em todos os países do mundo.

O Sr. Gilvan Rocha — Espero que V. Ex^a embarque num navio daqueles que vai levar minério.

O SR. PASSOS PÔRTO — Haverá navios de minério, navios de passageiros, se houver passageiros, navios de carga e descarga, porque não há nenhuma diferença, nobre Senador.

Mas continuando, Sr. Presidente, também não participo do pessimismo do nobre Senador de que o Estado estaria passando por uma crise social grave. Crise social há em todo país e em todo o mundo. Mas o nosso Estado, apesar dos pesares, e sem otimismo que queira descaracterizar a situação difícil por que passa o nosso País, o nosso Estado não tem o que reclamar do Governo federal. Nós fizemos um levantamento dos investimentos públicos no nosso Estado; estamos com investimentos numa unidade de amônia e uréia, sabe V. Ex^a, da maior importância como fator geral de emprego; nós estamos com a planta de gasolina já produzindo gaz em Sergipe; nós estamos com projeto potássio em execução; nós estamos com esse terminal portuário já com recursos — que V. Ex^a diz que não existe — já alocados, de 300 milhões para o próximo ano e 2 bilhões a cada ano, durante três anos, para que, em 1987, Sergipe já esteja exportando 400 milhões de toneladas de minérios de vários origens, inclusive de duas novas fábricas de cimento.

O Sr. Gilvan Rocha — É a nossa diferença fundamental, nobre Senador. V. Ex^a está muito satisfeito com o que está acontecendo no meu Estado; eu não estou. Acho que um Estado potencialmente rico como o nosso, um Estado pequeno como o nosso, com problemas básicos resolvidos porque justamente é pequeno, poderia ser a Suíça brasileira pelos recursos que temos, pelos recursos que a Natureza nos deu e que continuam jazidas, isto é, debaixo do chão, eu não estou satisfeito. É a nossa diferença. V. Ex^a, entretanto, acha que tudo vai bem e que Sergipe é um oásis no meio dessa crise que é a maior da nossa História, reconhecida até pelo Governo. Sergipe continua a ser o campeão de esquistossomose. Há pouco tempo fiz um discurso aqui — V. Ex^a está bem lembrado — demonstrando que a economia sergipana está em *débacle*, que a agricultura está caindo, que continuam sem solução os problemas sociais de habitação, de alimentação, de doenças, de assistência médica. V. Ex^a sabe que agora o maior hospital do nosso Estado vai fechar; V. Ex^a sabe que o hospital da minha região, por exemplo, está caindo. Então, V. Ex^a está satisfeito, mas eu não estou, porque acho que, em Sergipe, como no resto do País, há uma incompetência tão grande que consegue transformar riquezas em miséria.

O SR. PASSOS PÔRTO — Cada um faz o seu juízo de valores, cada um tem a sua perspectiva dos fatos. V. Ex^a diz que há crise de habitação no Estado. O Estado está construindo agora, seis mil casas.

O Sr. Gilvan Rocha — Não é nada.

O SR. PASSOS PÔRTO — Não é nada em relação ao índice nacional, mas nós somos um Estado de 20 mil km², de 1 milhão e 200 mil habitantes. É preciso que se ponha dentro do quadro brasileiro. O investimento público de nosso Estado deve ser, por área, o maior do Brasil. Não há nenhuma riqueza nossa no subsolo que não esteja sendo explorada ou em fase de viabilização de exploração.

V. Ex^a está vendo a exploração do potássio com insumo básico não existente no Brasil; nós estamos explorando o gás produzido em Sergipe através da unidade amônia-uréia e da planta de gasolina, nós estamos...

O Sr. Gilvan Rocha — V. Ex^a está enumerando as riquezas do meu Estado, que todos sabemos. V. Ex^a sabe que o potássio não rendeu nenhum centavo a Sergipe. E sabe perfeitamente que todas as reservas minerais do nosso Estado, que foram descobertas há mais de três lustros, até agora não renderam absolutamente nada. A única coisa que Sergipe está produzindo atualmente é petróleo, e sabe V. Ex^a que esse petróleo que sai da plataforma continental não deixa um vintém para o Estado. Sabe ainda V. Ex^a — é bom que eu avise sua memória — que o município maior produtor de petróleo do meu Estado é o mais miserável deles, que se chama Carmópolis. Então não venha V. Ex^a dizer que o Governo está fazendo isto ou aquilo, V. Ex^a está enumerando as riquezas que algumas gerações já conhecem.

O Sr. PASSOS PÔRTO — Está muito difícil chegarmos a um acordo, porque cada um olha da forma que ele entende. Eu não disse que o potássio está sendo produzido; estamos implantando no Estado a primeira exploração em galeria de minério no Brasil, tecnologia nova. Nós estamos com três fábricas de cimento. Num Estado pequeno como aquele; duas se implantando e uma já em produção. Nós estamos com a perspectiva da produção de barri-lha.

O Sr. Gilvan Rocha — Perspectiva.

O SR. PASSOS PÔRTO — Evidente, Roma não foi feita em um dia. Sr. Presidente e Srs. Senadores, continuo:

A PORTOBRÁS colocou na sua proposta orçamentária recursos da ordem de 9,3 bilhões de cruzeiros para a construção do nosso porto com a fixação do cronograma de 300 milhões para o exercício de 1982, 2 bilhões para os exercícios de 83, 84 e 85 e mais 3 bilhões de cruzeiros para a complementação das obras. Estes recursos, que são a previsão de custos para a construção a preço de 1981, serão reajustados ao longo da sua aplicação, de acordo com os índices de desvalorização da nossa moeda.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o nosso empenho é o desafio contra o tempo. O potássio, a uréia, a amônia, o cimento, o álcool, estão aí, a menos de 3 anos para se exportar. Sergipe vai precisar importar rocha fosfática e enxofre para o seu complexo industrial em expansão. O País está precisando que a PORTOBRÁS aplique logo esses 100 milhões de dólares no nosso terminal marítimo.

É o apelo que faço, neste final, aos eminentes amigos de Sergipe, engenheiro Arnus Marcus, Presidente da PORTOBRÁS, Ministro Eliseu Resende, que conquistavam a alma do meu povo, e ao excepcional Secretário de Planejamento, Ministro Delfim Netto, aos quais está entregue a decisão do nosso destino. Precisamos de recursos já este ano para a concorrência e obras preliminares, o início dessa solução sonhada por muitas gerações.

Espero ainda ver, Sr. Presidente, os navios iluminados no porto do meu Estado. Aquela pungente história de Ranulfo Prata, dos migrantes da nossa terra, haverá de ser revivida pelos novos caminhos da nossa história.

O Sr. Gilvan Rocha — Estou perfeitamente de acordo com o fim do discurso de V. Ex^a.

O SR. PASSOS PÔRTO — Conhece muito bem V. Ex^a o livro do nosso grande e saudoso conterrâneo Ranulfo Prata, que fala dos navios iluminados, que é a história daqueles emigrantes do Nordeste que iam para Santos, para a cultura do café nos navios iluminados. Nós queremos os navios de volta, trazendo os descendentes dos nossos emigrantes que são, hoje, técnicos brasileiros que haverão de servir, recebendo inclusive os Leite Chaves que, num dia, saíram na queles navios e que hoje representam os Estados do Sul.

O subsolo fecundo e inesgotável do nosso chão, palmilhado pela tecnologia dos nossos tempos, devolveu à nossa gente aquela confiança e aquela consciência de que para servir à Pátria, não precisamos mais sair nos velhos navios iluminados, mas recebê-los para com os seus porões cheios dos insumos básicos ao desenvolvimento brasileiro, servirmos ao grande destino e ao grande futuro do seu povo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves.

O SR. LEITE CHAVES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Gastão Müller.

O SR. GASTÃO MÜLLER (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Recebi uma mensagem de Cuibá, assinada pelo Presidente da Federação de Agricultura de Mato Grosso, Dr. Gabriel Müller e pelo Senhor Paulo Henrique de Casiro, Presidente do Sindicato Rural de Alta Floresta, ambos de Mato Grosso que, por intermédio dessa mensagem, protestam e alertam a representação de Mato Grosso, nesta Casa do Congresso Nacional, quanto a manutenção da taxa sobre o cacau. O projeto de extinção da referida taxa é do nobre Senador Luiz Viana Filho.

Os representantes citados do setor agrícola mato-grossense e especialmente aqueles que lutam na nova fronteira, que é a Amazônia, não concordam com o desaparecimento dessa taxa que "viria redundar em prejuízo para novas fronteiras cacauíferas, em especial as já implantadas na Amazônia".

Transcrevo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a correspondência que me foi remetida, colocando-me ao lado dos agricultores que, através da cultura de cacau, em Mato Grosso, abrem novas perspectivas de progresso e desenvolvimento para a região.

Eis o telegrama:

"Exmo. Sr.
Senador Gastão Müller
Brasília/DF

Como brasileiros amazônidas sentimo-nos deveras discriminados com o ante Projeto de Lei do Senado nº 178/81 apresentado pelo Senador Luiz Viana Filho que prevê a extinção da Taxa sobre o Cacau pt Dirigimo-nos a V. Exª, para pleitear o apoio na manutenção vg viria redundar em prejuízo para as novas fronteiras cacauíferas vg em especial as já implantadas nesta Amazônia vg que se encontram em franco desenvolvimento e se constituem um processo de fixação racional do homem a terra pelo cultivo das espécies perenes como o cacau pt

Outrossim o incremento das nossas áreas plantadas vc a partir do próximo ano virá contribuir de maneira considerável para a pauta de exportação vg objetivo desejado pelo nosso programa governamental pt

Atenciosamente

Gabriel Müller, Presidente Federação Agricultura — Mato Grosso

Paulo Henrique de Castro, Presidente do Sindicato Rural de Alta Floresta — MT"

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É de justiça e de interesse público registrar nos Anais do Senado a "Declaração de Praia Grande", em que os trabalhadores no comércio de minérios e derivados de petróleo reunidos em seu II Encontro Nacional, realizado em Praia Grande, São Paulo, manifestam seu posicionamento em favor de melhores salários e da estabilidade no emprego, de sindicatos livres e de amplo direito de greve, além de defenderem a manutenção e ampliação da abertura política, a garantia de eleições livres e democráticas e uma maior participação dos trabalhadores na solução dos problemas nacional.

Na oportunidade, congratulamo-nos com esses trabalhadores pela demonstração de organização e coesão da classe.

É a seguinte a declaração referida:

DECLARAÇÃO DE PRAIA GRANDE

"Os Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo reunidos em seu II Encontro Nacional, realizado no período de 28 a 30 de maio de 1981, em Praia Grande, São Paulo, através de suas entidades sindicais representativas, manifestam, publicamente, seu posicionamento sobre as questões que afligem os trabalhadores e o conjunto do povo brasileiro, no momento de grande dificuldades que atravessa nosso País.

Os trabalhadores brasileiros e mais acentuadamente os empregados no setor do comércio de minérios, derivados de petróleo e distribuição de gás liquefeito, reafirmam sua posição de denúncia con-

tra a redução continuada em seus salários, com a perda progressiva no seu poder de aquisição de bens e serviços, diante da inflação e do aumento do custo de vida. Entretanto, temos assistido o enorme crescimento das empresas deste setor econômico, quer as estrangeiras como as nacionais, que vêm acumulando grandes lucros e expandindo suas atividades assustadoramente.

O petróleo e seus derivados, têm crescente importância social, econômica e política em nosso País, mas os trabalhadores neste setor não têm tido os correspondentes benefícios dessa situação empresarial. Por isso, pretendem o estabelecimento de uma política de justa relação a seus ganhos salariais, remunerando condignamente o seu trabalho.

Identicamente, o conjunto dos trabalhadores brasileiros estão reivindicando garantia de emprego, para que não sejam despedidos imotivadamente, conforme permite abusivamente a legislação trabalhista em vigor. Sem a efetiva estabilidade do trabalhador em seu emprego, não será possível atingirmos um equilíbrio social. Não será com redução nas jornadas de trabalho e nos salários dos trabalhadores que atingiremos a justiça e a paz social.

Durante o encontro, examinamos as condições de trabalho dos empregados nas empresas de distribuição de gás liquefeito. Enquanto o preço do gás sobe quase mensalmente, os salários somente são reajustados semestralmente. O custo de vida sobe também mensalmente e a desvalorização do salário não é compensada. Para ser possível a um trabalhador se alimentar, segundo a ração mínima calculada pelo DIEESE, há necessidade de um ganho de Cr\$ 6.022,00. Isto significa que uma família composta de casal e dois filhos deveria ter um ganho aproximado para fazer face a todas as despesas mínimas, quer de alimentação como transporte, vestuário, educação, saúde e habitação, de cerca de Cr\$ 37.000,00, enquanto o maior salário mínimo é de apenas Cr\$ 8.464,00.

O Conselho Nacional de Petróleo, pela Resolução nº 13/76 pretendeu descentralizar a distribuição do gás liquefeito, mas apenas conseguiu tumultuar o mercado de trabalho, diminuindo o número de emprego dos trabalhadores neste setor. Ao mesmo tempo, os locais onde esta distribuição vem sendo efetuada, não oferecem as mínimas condições de segurança pelo fato de estar sendo realizada por firmas dedicadas a outras atividades comerciais sem a devida especialização no ramo, e conseqüentemente em detrimento da nossa classe de trabalhadores. Por isso, a revogação desta medida possibilitaria a regularização da distribuição do gás liquefeito e a garantia de emprego a milhares de trabalhadores.

Os trabalhadores no setor de distribuição de gás liquefeito reivindicam, além do aumento salarial, o estabelecimento de uma remuneração mínima, garantia de emprego, jornada de trabalho de 40 horas, adicional mínimo de 50% nas horas extraordinárias, alimentação gratuita, melhorias nos adicionais de férias, salário-família mais condizente e outras vantagens necessárias ao desenvolvimento do trabalhador e suas famílias.

Afora as melhorias salariais no trabalho e a garantia de emprego, sem a existência de sindicatos livres do controle do Governo, sem o amplo direito de greve, será impossível a sustentação das lutas que os trabalhadores vêm empreendendo. Por isso, afirmamos nossa posição em favor da ampla liberdade e autonomia sindical e do amplo direito de greve. Condenamos as intervenções em sindicatos e lutamos para reintegração dos companheiros dirigentes sindicais afastados. Repugnamos o enquadramento dos dirigentes sindicais na Lei de Segurança Nacional, que já deveria ter sido abolida, devendo ser paralisados e julgados extintos todos os processos em curso. Defendemos a manutenção e ampliação da abertura política, a responsabilização dos autores dos atentados terroristas, a garantia das eleições livres e democráticas, como condição indispensável para que se atinja o Estado de Direito Democrático. Esperamos que todos aqueles que detêm o poder econômico e o poder político em nosso País, sejam sensíveis aos reclamos e reivindicações dos trabalhadores no atendimento de suas necessidades. Somente uma efetiva participação dos trabalhadores em nossa vida cultural, social, econômica e política, é o que será possível à real solução de nossos problemas. Não se trata de reivindicação, mas de um direito da maioria esmagadora de nossa população que vive do seu trabalho e sustenta o nosso desenvolvimento.

Praia Grande (SP), 29 de maio de 1981."

Recebemos, ainda, do Rotary Clube e da Associação dos Engenheiros da Grande Dourados, Mato Grosso do Sul, manifesto transmitindo a preocupação daquelas entidades frente ao iminente risco de destruição do pantanal mato-grossense pela insaciável fome de lucro de poderosos grupos econômicos que pretendem instalar inúmeras e gigantescas usinas de produção de álcool naquela região, pondo em risco uma das últimas reservas ecológicas do mundo.

Em virtude da gravidade do problema, transcrevemos a seguir o inteiro teor do manifesto em questão, solicitando às autoridades responsáveis o reexame do assunto de modo a impedir a destruição da grande reserva florestal mato-grossense.

AEAGRAN — Associação dos Engenheiros Agrônomos
Da Grande Dourados

Rotary Clube de Dourados, MS. Distrito 447

MANIFESTO PÚBLICO EM DEFESA DO PANTANAL MATO-GROSSENSE

A AEAGRAN — Associação dos Engenheiros Agrônomos da Grande Dourados e o Rotary Clube de Dourados, fiéis a seu propósito maior de servir à comunidade, vem, de público, manifestar sua profunda apreensão e seu protesto veemente contra a intenção e as iniciativas criminosas e irresponsáveis de poderosos grupos econômicos nacionais e estrangeiros, que, movidos pela gula insaciável do lucro, pretendem instalar inúmeras e gigantescas usinas de produção de álcool na borda do Pantanal Sul Mato-grossense, pondo na iminência de destruição uma das últimas e maiores reservas ecológicas do mundo ainda a salvo da sanha predadora do homem.

A AEAGRAN e o Rotary Clube de Dourados, assim como toda a comunidade sul-mato-grossense, vêm com extrema preocupação o avanço célere e acintoso do funesto Projeto Bodoquema, que, com total desprezo à opinião pública e ao futuro desta terra, pretende, através da tática de criar fatos consumados, forçar a implantação definitiva de sua mega-usina de poluição.

Vêm, também, com extrema preocupação o silêncio e a passividade da autoridade pública, que ou não se manifesta ou não impede, quando pode, o avanço sem pudor do desnaturado projeto.

Assim é que já assistimos, com profundo pesar, a atitude subserviente da CENAL — Comissão Executiva Nacional do Alcool, dando o sinal verde aos desígnios sombrios dos grupos econômicos envolvidos, ao aprovar, sem escrúpulos, o infame empreendimento. Assistimos, com igual pesar, a omissão conivente da SEMA — Secretaria Especial do Meio Ambiente, ligada ao Ministério do Interior. Resta a última barreira oficial, a palavra do INAMB e do Governo do Estado, onde o Projeto hoje tramita.

A sociedade sul-mato-grossense, angustiada, está, pois, à espera da manifestação do Sr. Governador e da confirmação, na prática, do pronunciamento que fez Sua Excelência, em data de 27 de julho passado, no Congresso Nacional, quando, como Senador ainda, condenou a instalação de grandes usinas alcooleiras no Pantanal. Confia o povo que a palavra do Governador seja a mesma do Senador. É preciso, finalmente, que a palavra se materialize, com urgência, em atos concretos.

Ainda é tempo de impedir a consumação do crime hediondo. Toda comunidade científica nacional e internacional e nossa população inteira são contrários ao Projeto. A consciência nacional e o decoro público já não admitem que o poder econômico continue sua trilha de rolo compressor, a cuja passagem se abrem magicamente as portas de gabinetes e se vergam espinhas serviais. É hora de unir todas as forças e reunir todos os recursos disponíveis para evitar o fim trágico de nosso Pantanal.

Como detentoras transitórias desse imenso e rico tesouro natural, cabe às gerações atuais a responsabilidade superior e intransferível de zelar e lutar por sua preservação, tratando de explorá-lo em regime de desfrute e não de predação, para que as gerações futuras não nos venham a imputar a culpa de lhes legar um patrimônio acabado, destruído, pagando a conta de um crime que não cometeram.

A AEAGRAN e o Rotary Clube de Dourados, assumindo sua parcela de responsabilidade, manifestam-se solidários com os cientistas e técnicos, as entidades de classe e de proteção ao meio ambiente, a Maçonaria, a Igreja e a população em geral, na sua luta em defesa do Pantanal mato-grossense. Manifestam também sua inteira concordância, e lastreiam seu posicionamento, especialmente na análise dos seguintes fatos e aspectos relacionados com a instalação de usinas na orla pantaneira:

a) O vinhoto, subproduto inevitável da indústria do álcool, é um fertilizante do solo de excepcionais qualidades, dada à sua propriedade de ativar intensamente a vida microbiana, constituindo-se, pela mesma razão, num agente de extraordinário poder de poluição, por exigir, para sua decomposição, o consumo de quantidades elevadas de oxigênio.

b) As águas que, por qualquer razão, forem atingidas por volumes apreciáveis de vinhoto terão rapidamente esgotado seu suprimento de oxigênio, ocasionando a asfixia e morte de todas as formas de vida aquática que necessitem de oxigênio para realizar seu processo vital de respiração, como peixes, algas e outros organismos aeróbicos.

c) Uma super-usina como a da Bodoquena, produzindo, quando completamente instalada, um milhão e meio de litros de álcool carburante por dia, resultará na produção diária de cerca de vinte milhões de litros de vinhoto, ou três bilhões de litros ao ano, o que equivale a um reservatório com área de 300 hectares e um metro de altura, a cada ano que passa.

d) A área do Projeto Bodoquena é constituída, em grande parte, por solos de alta fertilidade natural, dispensando, por isso, a aplicação de vinhoto; além disso, os solos são pouco profundos, com lenço freático próximo à superfície; mesmo onde a fertilidade não é tão elevada, o solo apresenta capacidade limitada de receber vinhoto, mesmo porque quantidades exageradas de vinhoto provocam desequilíbrio de potássio na cana-de-açúcar, depreciando sua qualidade para a produção de álcool.

e) A monocultura canavieira, que ocupará na Fazenda Bodoquena área de 60.000 hectares, constitui, por si só, uma drástica agressão à natureza, e exigirá, ademais, o emprego sistemático de toneladas e toneladas de pesticidas agrícolas, como fungicidas para tratamento de mudas, herbicidas para eliminar o capim colônia e outras plantas indesejáveis e inseticidas para o controle de pragas, pesticidas esses altamente tóxicos para animais aquáticos, constituindo séria ameaça a toda flora e fauna da região.

f) Além desses, o funcionamento da usina redundará, ainda, em outros poluentes, como a água de lavagem da cana (algo como cem milhões de litros por dia), carregada de resíduos orgânicos fermentescíveis; as águas de lavagem dos pisos e equipamentos; a água de resfriamento; a água de descarga das caldeiras; os detergentes e substâncias anticorrosivas empregadas na lavagem e conservação do equipamento.

g) Não existe técnica de retenção de águas capaz de impedir, terminantemente, que, na época das enxurradas, o vinhoto aplicado ao solo, os agrotóxicos empregados na lavoura e os demais agentes de poluição venham a ser carregados, superficialmente ou através do lençol freático, para os córregos, rios e outros mananciais de água, que, na região, demandam todos à bacia pantaneira, poluindo-a e contaminando-a irremediavelmente.

h) Ninguém sabe o que fará a indústria com o excesso de vinhoto e nada há que assegure, definitivamente, que o vinhoto e os outros poluentes não venham a ser lançados diretamente nos cursos d'água, tal o poder inibidor que o grande capital exerce sobre os mecanismos e órgãos de fiscalização.

i) O Pantanal mato-grossense, com seus mais de 200.000 quilômetros quadrados, constitui um harmonioso, rico e variado ecossistema, onde cada espécie animal ou vegetal constitui um elo indispensável na cadeia complexa e interdependente de formas de vida que o compõem; a quebra de qualquer elo dessa extraordinária tecitura de vida, que a natureza construiu ao longo de milhões de anos, acarretará consequências trágicas e imprevisíveis para todo o conjunto.

j) O Pantanal mato-grossense, explorado em regime de desfrute racional de seus recursos naturais, já oferece uma valiosa e expressiva contribuição à economia da região e do País, especialmente através de sua pecuária de corte e da pesca, e que é preciso preservar, eis que constitui preciosa fonte de proteínas e alimentos para suprir a população nacional.

l) Há fortes razões para crer que a instalação de mega-usinas de álcool resultará na liquidação paulatina e irreversível de todo o ecossistema pantaneiro, a começar pelo rio Miranda, irradiando-se seus efeitos perniciosos por toda a Bacia do Rio Paraguai e, conseqüentemente, do Prata, acabando por afetar, por fim, toda sua atividade econômica, com graves reflexos sociais, como o desemprego de

milhares de trabalhadores e a extinção dos índios Guaicurús, habitantes milenares da região, refletindo-se, ainda, nas relações internacionais do Brasil, ao atingir países que nada têm a ver com a causa do problema, como Paraguai, Argentina, Bolívia e Uruguai.

m) As grandes usinas beneficiam tão-somente a um reduzido grupo de grandes capitalistas nacionais e alienígenas, agravando ainda mais a tendência, em nosso País, de concentração de dinheiro e poder nas mãos de poucos, a par de abocanharem fatias gigantescas de recursos financeiros da Nação, altamente escassos e subsidiados, e de concentrarem também os riscos de grandes desastres ecológicos.

n) Embora se reconheça a necessidade e se apoie inteiramente a busca de opções alternativas ao petróleo, há necessidade urgente de que se revejam os propósitos do PROÁLCOOL, e de outros programas energéticos, a fim de que se estimule, com base num zoneamento agroecológico, a implantação de esquemas descentralizados de produção de energia, através da organização de mini, pequenos e médios empreendimentos, visando, prioritariamente, o suprimento das necessidades locais e regionais, reduzindo custos de transporte e diluindo riscos, capital e poder.

Face ao que se expôs, crêem os signatários ter definido, de forma clara e inequívoca, seu posicionamento frente à ameaça grave que paira sobre o Pantanal, alinhando-se ao lado dos demais movimentos em prol da defesa de nosso patrimônio natural, cuja destruição põe em perigo, em última instância, a própria sobrevivência do homem, parte indissolúvel da natureza.

E manifestam a esperança, ainda, de que as autoridades públicas, num lampejo de lucidez e patriotismo, ponham uma barreira final à sanha voraz do grande capital monopolista e apátrida.

Dourados, 31 de março de 1981.

Trazemos, também, ao conhecimento do Senado, a realização do III Simpósio Nacional de Ecologia, em Belo Horizonte, Minas Gerais, de 27 a 31 de julho passado, e do II Curso Internacional de Direito Comparado do Meio Ambiente, em Salvador, Bahia, de 3 a 27 de agosto corrente. Os realizadores, colaboradores e participantes de ambos os eventos merecem o apoio e solidariedade de todos os brasileiros pelo esforço que desenvolvem em defesa do meio ambiente.

Era o que tínhamos a dizer. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a ordinária de segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação em turno único, do Projeto de Lei do Senado n.º 303, de 1979-DF, que institui a taxa de limpeza pública no Distrito Federal e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob n.ºs 710 a 712 e 1.029 a 1.031, de 1980, das Comissões:

- **de Constituição e Justiça**, 1.º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade; 2.º pronunciamento: (re-exame solicitado em plenário), favorável, com emenda n.º 3-CCJ, que apresenta; 3.º pronunciamento: (prestando esclarecimento solicitado pela Comissão do Distrito Federal);
- **do Distrito Federal**, 1.º pronunciamento: favorável, nos termos das emendas n.ºs 1 e 2-DF, que apresenta, com voto vencido, em separado, do Senador Itamar Franco; 2.º pronunciamento: favorável ao Projeto e à Emenda da Comissão de Constituição e Justiça; e
- **de Finanças**, favorável ao Projeto e às Emendas da Comissão do Distrito Federal, com voto vencido dos Senadores Affonso Camargo e José Richa.

2

Votação em turno único, do Projeto de Resolução n.º 186, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer n.º 1.301, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Fernandópolis (SP) a elevar em Cr\$ 25.093.740,67 (vinte e cinco milhões, noventa e três mil, setecentos e quarenta cruzeiros e sessenta e sete centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES: sob n.ºs 1.302 e 1.303, de 1980, das Comissões:

- **de Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- **de Municípios**, favorável.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 187, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer n.º 1.304, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Jardim Alegre (PR) a elevar em Cr\$ 5.400.803,20 (cinco milhões, quatrocentos mil, oitocentos e três cruzeiros e vinte centavos), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob n.ºs 1.305 e 1.306, de 1980, das Comissões:

- **de Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- **de Municípios**, favorável.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 188, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer n.º 1.307, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista (SP) a elevar em Cr\$ 9.108.331,17 (nove milhões, cento e oito mil trezentos e trinta e um cruzeiros e dezesseite centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob n.ºs 1.308 e 1.309, de 1980, das Comissões:

- **de Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- **de Municípios**, favorável.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 202, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer n.º 1.347, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Rita de Caldas (MG) a elevar em Cr\$ 42.342.300,00 (quarenta e dois milhões, trezentos e quarenta e dois mil e trezentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob n.ºs 1.348 e 1.349, de 1980, das Comissões:

- **de Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- **de Municípios**, favorável.

6

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 203, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer n.º 1.350, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa (MG) a elevar em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil, cento e cinqüenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob n.ºs 1.351 e 1.352, de 1980, das Comissões:

- **de Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- **de Municípios**, favorável.

7

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 206, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer n.º 1.359, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Andradina (MS) a elevar em Cr\$ 845.980,00 (oitocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e oitenta cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob n.ºs 1.360 e 1.361, de 1980, das Comissões:

- **de Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- **de Municípios**, favorável.

8

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 36, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer n.º 273, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba (SP), a elevar em Cr\$ 164.593.304,00 (cento e sessenta e quatro milhões, quinhentos e noventa e três mil, tre-

zentos e quatro cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob n.ºs 274 e 275, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

9

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 38, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer n.º 279, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Claro (SP) a elevar em Cr\$ 282.483.630,00 (duzentos e oitenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, seiscentos e trinta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, tendo

PARECERES, sob n.ºs 280 e 281, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

10

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 4, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer n.º 12, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Potirendaba (SP) a elevar em Cr\$ 6.017.802,61 (seis milhões, dezessete mil, oitocentos e dois cruzeiros e sessenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob n.ºs 13 e 14, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

11

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 5, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer n.º 15, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Alterosa (MG) a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob n.ºs 16 e 17, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

12

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 6, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer n.º 18, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Bernardino de Campos (SP) a elevar em Cr\$ 2.718.448,24 (dois milhões setecentos e dezoito mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e vinte e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob n.ºs 19 e 20, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

13

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 40, de 1981, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo do Escritor Josué Montello, referente ao ingresso do ex-Ministro Eduardo Portella na Academia Brasileira de Letras,

14

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 43, de 1981, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, das ordens do dia dos Ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, baixadas em comemoração ao 17.º aniversário da Revolução de março de 1964.

15

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 268, de 1981, do Senador Marcos Freire, solicitando urgência, nos termos do art. 371, C, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado n.º 240 de 1980, do Senador Franco Montoro, que estabelece a participação de representante dos empregados e empresários na administração da Previdência Social (INPS, IAPAS e INAMPS).

16

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 357, de 1979, do Senador Orestes Quêrcia, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os coveiros e empregados em cemitérios, tendo

PARECER, sob n.º 1.006, de 1980, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela injuridicidade, com voto vencido dos Senadores Cunha Lima e Leite Chaves, e voto em separado do Senador Aderbal Jurema.

17

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 142, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, alterando dispositivo da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, tendo

PARECER, sob n.º 1.034, de 1980, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

18

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 146, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, que isenta do imposto de renda o 13.º-salário, tendo

PARECER, sob n.º 64, de 1981, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

19

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 163, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os garçons, tendo

PARECER, sob n.º 1.009, de 1980, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

20

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 205, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer n.º 1.356, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Santo André (SP) a elevar em Cr\$ 49.070.232,88 (quarenta e nove milhões, setenta mil, duzentos e trinta e dois cruzeiros e oitenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob n.ºs 1.357 e 1.358, de 1980, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

(Dependendo da votação do Requerimento n.º 260, de 1981, de autoria do Senador Franco Montoro de adiamento da discussão para a Sessão de 26 do corrente).

21

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 60, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer n.º 396, de 1981), que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a elevar em Cr\$ 128.968.800,00 (cento e vinte e oito milhões, novecentos e sessenta e oito mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob n.º 397, de 1981, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos.

22

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 126, de 1981, do Senador Luiz Viana, que autoriza o Presidente da República a conceder pensão especial, tendo

PARECERES, sob n.ºs 583 e 584, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, favorável; e
- de Finanças, favorável.

23

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 93, de 1980, do Senador Jorge Kalume, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação, em cinema, rádio e televisão, da História do Brasil ou de seus vultos, tendo

PARECERES, sob n.ºs 283 e 284, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e, quanto ao mérito, favorável, com voto vencido do Senador Elvidio Nunes; e
- de Educação e Cultura, favorável, com emenda que apresenta de número 1-CEC.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 20 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. HUMBERTO LUCENA NA SESSÃO DE 6-8-81 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. HUMBERTO LUCENA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Aproveito este fim de tarde num Plenário do Senado Federal quase vazio para, a exemplo do que fizeram outros Senadores da Oposição, como o Senador Henrique Santillo, o Senador Leite Chaves, o Senador Teotônio Vilela, o Senador Evelásio Vieira, tecer algumas considerações sobre a propalada reforma da previdência social. Trata-se de assunto que está na ordem do dia deste País, prendendo a atenção de todas as camadas assalariadas da nossa população e, por que não dizer, do meio empresarial brasileiro, pois as notícias que estão aí estão nos dão conta de que o Governo, que por lei é um dos contribuintes da Previdência Social, mas que até hoje, praticamente não paga as suas contribuições, quer fazer recair sobre os trabalhadores e sobre os empresários um aumento substancial da contribuição da previdência, sob o pretexto de que o sistema estaria à beira da falência; pelo menos, nesse sentido têm sido as entrevistas sucessivas que o atual Ministro da Previdência Social, Deputado Jair Soares, concedeu à imprensa.

Não se ouve de S. Ex^a, nestes últimos tempos, senão a afirmativa categórica de que o déficit da Previdência se avoluma e que poderá chegar o dia em que os benefícios e a assistência médico-hospitalar poderão sofrer um colapso, por falta de recursos.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, homens públicos que somos, ao longo de muitos anos, neste País, com atuação no Parlamento Nacional, conhecemos de perto a história da Previdência brasileira, que nasceu sob a inspiração de Getúlio Vargas e que se expandiu, durante muito tempo, levando aos milhões de trabalhadores do nosso País, os seus benefícios. Ainda ontem, em aparte ao Senador Teotônio Vilela, lembrava que antes de 1964, quando se dizia que a Previdência Social era controlada pelo peleguismo do Governo João Goulart, não se teve notícias, entretanto, de uma crise desse tipo. Nunca, em Governo algum, chegou-se a uma situação tão calamitosa como esta que está sendo apregoada pelo Sr. Ministro da Previdência Social.

O que é de estarrecer é que sendo difícil a situação da Previdência Social, S. Ex^a, o Sr. Ministro da Previdência Social, como denunciou ontem, nesta Casa, o nobre Senador Evelásio Vieira, insiste em aumentar os encargos de pessoal da Previdência, duplicando, inclusive, os empregados do INPS, do INAMPS e do IAPAS no seu Estado natal, o Rio Grande do Sul, onde está tentando, a alto preço, a alto custo, preparar a sua candidatura ao Governo do Estado. Esta é que é a grande realidade.

Como é, então, que se explica que a Previdência Social esteja em crise e o Sr. Ministro da Previdência Social continue fazendo-a um instrumento cada vez mais eficiente do clientelismo eleitoral, não só no Rio Grande do Sul, mas em todos os Estados do Brasil? No meu Estado, Sr. Presidente, é uma vergonha; os institutos de Previdência na Paraíba estão controlados por Deputados federais do PDS, que fazem ali toda sorte de favoritismo, desde o credenciamento ao convênio, a nomeação, o contrato, sem que se preocupem com essas dificuldades a que alude o Sr. Ministro da Previdência Social.

O Sr. Roberto Saturnino — V. Ex^a me permite?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Pois não.

O Sr. Roberto Saturnino — Acho que V. Ex^a está colocando o dedo na ferida e indo ao núcleo da questão, se não é coincidência que esta crise da Previdência tenha eclodido exatamente neste período do partido governamental. Isso se deu em todos os Estados. No meu, particularmente, há muitos meses se vem comentando esse enfeudamento político da Previdência, criando situações de privilégios e de benefícios para acomodar os cabos eleitorais dos Deputados do PDS do Estado do Rio, criando paralelamente a indústria dos convênios, que se afigura no Brasil, hoje, como talvez a mais rendosa das indústrias; casas de saúde e hospitais particulares que fazem convênios com a Previdência, fraudando de toda forma a prestação de serviços médicos para favorecer pecuniariamente os detentores desses convênios, os donos dessas casas de saúde. Então, pretender tirar mais do trabalhador brasileiro nesta situação de hoje, para quê? Para favorecer ainda mais a todos esse processo de enfeudamento político, é realmente revoltante. Não é por acaso que se levantou esse clamor público de Norte a Sul no País; é porque o povo não é tolo e percebe que o núcleo central da questão está exatamente no ponto que V. Ex^a levantou. Vamos moralizar a Previdência, vamos racionalizar o atendimento médico, vamos aproveitar exatamente a crise da Previdência para tomar as medidas sérias, as medidas controladoras no sentido de melhorar os benefícios e não encurtá-los e, ainda, sobrecarregar mais o trabalhador e a empresa nacional. Acho que V. Ex^a está indo exatamente ao núcleo da questão.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Muito obrigado a V. Ex^a. Só para ilustrar, nobre Senador Roberto Saturnino, as minhas palavras e o aparte de V. Ex^a, que vem ao encontro do meu pronunciamento, lembro que no que tange ao FUNRURAL, em termos de Nordeste, pelo menos, o que há de clientelismo, o que há de politicagem, chega às raízes do absurdo. Basta dizer a V. ex^a e ao Senado, que em cada Município é designado um representante, um encarregado do FUNRURAL que, em geral, ganha mais ou menos o que ganha um Juiz de Direito da Comarca, recrutado, quase sempre entre os correligionários do PDS; em geral, filhos, parentes do chefe político, havendo casos, como na Paraíba, de municípios onde esse representante é exatamente o candidato que foi derrotado nas eleições municipais por ocasião do pleito de 1976.

Pois bem, esse encarregado é quem controla todos os benefícios na área rural. Quem for da Oposição não tem vez. Processo de aposentadoria, ou qualquer outro tipo de processo que encampe benefícios da Previdência Social Rural, depende da chancela desse representante. Se houvesse uma comissão de inquérito para apurar as irregularidades do FUNRURAL no Nordeste brasileiro, e creio que em outras regiões do País, saiba V. Ex^a que as fraudes que iriam ser encontradas nas aposentadorias, estareceriam a Nação. Porque, ao que estou informado, há centenas e centenas de pessoas aposentadas aos 40/50 anos de idade, com certidões falsas ou com atestados de batismo falsos, envolvendo aí várias pessoas que estão habituadas à prática dessas irregularidades.

Então, o que há na verdade na Previdência Social, é falta de administração, o que há é uma administração que não está correspondendo, nem em competência, nem em isenção, aos anseios do povo brasileiro, da grande massa dos trabalhadores que são os grandes contribuintes da Previdência Social.

O Sr. Mauro Benevides — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Ouço V. Ex^a, Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Humberto Lucena, V. Ex^a, a essa altura do seu discurso, focalizou aspectos da atuação dos órgãos da Previdência no Nordeste brasileiro e desejo, exatamente, corroborar todas essas informações que V. Ex^a traz a público neste instante, apresentando o quadro no meu Estado, onde as dificuldades políticas, pelo inusitado da fragmentação das forças pedessistas, levou o Ministro da Previdência a uma dificuldade quase insuperável, porque são tantas as alas em que se subdivide o Partido no meu Estado que ele, para aquinhoar todas elas, teve que promover essa descentralização, contemplando com o IAPAS, um grupo, com o INPS, outro grupo, com o INAMPS, outro grupo, com a LBA, outro grupo, no Estado do Ceará. E à proporção em que ocorria a ascensão de cada grupo às chefias regionais desses órgãos, promovia-se uma verdadeira derrubada dos representantes municipais, que deveriam afinar com a orientação política daquele grupo que passou a dominar o setor respectivo. É o caso de se perguntar, nobre Senador: e aqueles ideológicos do Movimento de 31 de março, que preconizaram a renovação dos costumes políticos do País? Como eles devem estar decepcionados, neste instante.

O SR. HUMBERTO LUCENA — V. Ex^a tem razão, nobre Senador Mauro Benevides. O que houve na gestão do Ministro Jair Soares foi o loteamento político da Previdência Social, para servir ao PDS.

O Sr. Henrique Santillo — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Ouço o nobre Senador Henrique Santillo.

O Sr. Henrique Santillo — Eminentíssimo Senador, quando V. Ex^a afirma que o problema da Previdência Social no Brasil não é problema de carência ou insuficiência de receita mas da má aplicação dos recursos extraídos, a duras penas, do povo brasileiro, V. Ex^a tem inteira razão e quero apoiá-lo inteiramente. Não é sem motivo, e a imprensa, inclusive, tem noticiado que o atual Ministro da Previdência Social tem influência, na Câmara dos Deputados, sobre 200 parlamentares do PDS; não há de ser sem motivo. E, no meu Estado, quero dizer a V. Ex^a, que do mesmo modo que relata agora as ocorrências do Nordeste, também lá existem todas essas irregularidades. Os convênios do FUNRURAL, e não apenas do FUNRURAL, mas, também, do INAMPS, são feitos por tráfico de influência política; todos eles realizados por tráfico de influência política e, em geral, um médico ou um grupo de médicos do interior do Estado que queira ver o seu hospital conveniado, preliminarmente, tem que assinar as três fichas do PDS e; anteriormente, da ARENA. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Isso é em todo o Brasil, nobre Senador Henrique Santillo, como bem denunciou aqui, há pouco tempo, o nobre Senador Gilvan Rocha, trazendo inclusive, nas suas mãos, a prova documental, isto é, cópias dessas fichas que foram assinadas por funcionários comissionados na Previdência do Estado de Sergipe.

O Sr. Agenor Maria — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Concedo o aparte ao nobre Senador Agenor Maria.

O Sr. Agenor Maria — Nobre Senador Humberto Lucena, o Rio Grande do Norte tem 150 municípios e, em cada um deles há um médico que é o cabo eleitoral do PDS. Municípios com 700 famílias, dois, três mil habitantes, o único médico é o cabo eleitoral do PDS, pago pelo Governo. Em alguns municípios esse próprio cabo eleitoral médico, é o candidato a Prefeito. Veja V. Ex^a a que ponto chegamos! O problema do fiscal do FUNRURAL, o encarregado, o homem que aposenta, ele tem força total. Se ele perseguir um eleitor nosso lá e a gente denunciar aqui, a palavra que vale não é a nossa, é a dele que vale. De forma que eles conseguiram montar um esquema que tenho a impressão de que, com o resto que vem aí, deve ser até o dia 4, segundo o Líder do Governo, eles vão conseguir mexicanizar este País, infelizmente. Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Tanto assim que nas campanhas eleitorais do Nordeste, de modo geral, os oradores do Partido governista costumam dizer ao povo, em seus comícios que, se por acaso, os candidatos da Oposição ganharem naquele município os aposentados do FUNRURAL terão seus benefícios cancelados. Por que dizem isso? Exatamente porque o povo daquelas comunidades sabe que quem controla os benefícios do FUNRURAL ali, são exatamente os elementos ligados ao PDS e ao Governo.

De tal modo, Sr. Presidente, a situação se agravou neste particular que, por ocasião da criação do SINPAS — Sistema Nacional de Previdência Social — que desmembrou o INPS em três institutos: o INAMPS, para assistência médica; o IAPAS, para arrecadação financeira; e o INPS, para a prestação de benefícios, o ex-Ministro Nascimento e Silva — e, diga-se de passagem, que honrou aquela Pasta porque nunca admitiu na sua gestão que o Sr. Ministro Jair Soares tem feito em termos de política partidária — ouviu, de nossa parte, na Comissão Mista do Congresso Nacional, que se instalou para examinar aquela proposição governamental, denúncias a respeito do FUNRURAL e, S. Ex^a incluiu no projeto que instituiu o SINPAS, a extinção do FUNRURAL. E, dizia S. Ex^a, nunca exposição feita perante aquele órgão técnico do Congresso Nacional, que era propósito seu, do Governo do então Presidente Geisel, fazer com que a administração da Previdência Social Rural, fosse feita através de funcionários concursados do INPS e do INAMPS, extinguindo-se, portanto, o clientelismo eleitoral que, até então, vigorava. Era idéia de S. Ex^a, manifestada de público à Comissão Mista que examinou o projeto que instituiu o SINPAS. Mas, S. Ex^a saiu. Foi substituído pelo Sr. Ministro Jair Soares que, por sua vez, abandonou inteiramente os planos anteriores e resolveu aderir a essa política de clientela desenfreada que aí está levando a Previdência e Assistência Social às portas da falência.

Mas, Sr. Presidente, pondo de lado essa questão que levantei preliminarmente, por me parecer oportuna, porque estou convencido de que o problema da Previdência, no momento, é mais de administração, é mais estrutural do

que propriamente de falta de recursos, gostaria de dizer alguma coisa sobre a propalada reforma. O que se pretende? Elevar de 8 para 10% a contribuição previdenciária que pagam os trabalhadores, os empregadores e o Governo, sendo que o Governo nunca paga.

Acho que, a esta altura, com esta situação difícil em que se encontra o País, do ponto de vista econômico-social, com a inflação avassaladora que chega à casa dos 120%, nos últimos doze meses, é uma insensatez total do Governo semelhante proposição, Sr. Presidente. Quem é que pode negar que esses novos encargos criados, sobretudo para as empresas, não passarão, amanhã, a compor os preços, não serão repassados para os consumidores, para o povo de um modo geral, que será o grande prejudicado? Então, ao invés dessa fórmula, surgiu uma outra: a de se criar uma percentual de 1,5% sobre o faturamento de grandes empresas, sobretudo aquelas que trabalham com pouca mão-de-obra, para efeito de socorrer a Previdência Social. Mas, ao que parece, o Governo, segundo declarações do Ministro Delfim Netto, não aceitou essa fórmula e prefere a primeira, sob a alegação de que o percentual de 1,5% seria repassado para os preços — o que não convence a ninguém.

Ontem, o Senador Teotônio Vilela, no seu pronunciamento, deu a resposta: o que há é que esse percentual de 1,5% iria incidir sobre o faturamento das grandes empresas multinacionais que operam na economia brasileira. E elas têm o seu prestígio no seio do Governo e, naturalmente, conseguiram que essa fórmula fosse definitivamente arquivada.

Por outro lado, pretende o Governo fixar a idade limite da aposentadoria na Previdência em 60 anos, exigindo-se, pelo menos, 35 anos de serviço, o que é um verdadeiro absurdo! Vem, inclusive, inovar inteiramente toda uma tradição na Previdência Social do Brasil, estabelecendo dois pesos e duas medidas. Quantos, até hoje, não se aposentaram, neste País, dentro de outros critérios? Então, por que, de uma hora para outra, se elevar o limite de idade e o tempo de serviço para a aposentadoria na Previdência Social?

O Sr. Agenor Maria — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Pois não.

O Sr. Agenor Maria — Senador Humberto Lucena, eu acho que o Governo não foge apenas à regra. Porque desde o início que ele socializa o prejuízo e capitaliza o lucro. Ora, como a média de vida do brasileiro é sessenta anos, a aposentadoria só sendo depois de 60, ele socializou os prejuízos também do problema da Previdência e capitaliza os lucros. O aposentado em geral nunca tem direito. A média de vida é de 60 anos e só pode se aposentar depois de 60, de modo que apenas ele está cumprindo com a filosofia dele, que é de socializar os prejuízos e capitalizar os lucros. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. HUMBERTO LUCENA — O aparte de V. Ex^a é muito oportuno, nobre Senador Agenor Maria.

Mas, Sr. Presidente, por outro lado, pretende-se suprimir o dispositivo legal, que foi introduzido na recente reforma da Lei Salarial, que prevê dez por cento de acréscimo nos proventos dos aposentados e dos pensionistas que percebem até três salários mínimos.

É que os Ministros do Planejamento e da Previdência Social acham que isso trouxe um acréscimo muito grande de despesas e, portanto, não hesitaram em prejudicar uma massa imensa de brasileiros que são pensionistas da Previdência Social.

Sr. Presidente, isso é uma desumanidade, isso é uma injustiça clamorosa. Inclusive, esses pensionistas, de um modo geral, recebem um benefício que não é integral; é proporcional ao tempo de serviço, às contribuições previdenciárias etc.

Ora Sr. Presidente, por que se manter o acréscimo de 10% para os trabalhadores da ativa que ganham até 3 salários mínimos e se retirar os 10% dos aposentados e pensionistas que ganham até 3 salários mínimos? Isso é uma incoerência. Eu não vejo como o Governo possa sustentar, logicamente, esse ponto de vista perante o Congresso Nacional.

O Sr. Henrique Santillo — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Com muito prazer, nobre Senador Henrique Santillo.

O Sr. Henrique Santillo — Nem tampouco este problema é a causa do déficit da Previdência Social porque, numericamente, é fácil se fazer um cálculo. O próprio Ministério oferece os dados. Diz ele que há uma defasagem entre a massa de beneficiados e os previdenciários que pagam à Previdência, no País. Enquanto que a massa de beneficiado é constituída por 80% de pessoas, que recebem até 3 salários mínimos, portanto, um acréscimo de 10%, a massa previdenciária não-aposentada, em atividade, é constituída apenas de 70%, neste mesmo caso, até 3 salários mínimos, havendo uma defasagem de 16%. Isto, no entanto, como se relaciona ao aumento salarial de 10%, significaria 1,6% de toda a receita da Previdência Social do País. Ora, 1,6% de toda

a receita previdenciária no País representaria, hoje, 20 bilhões de cruzeiros, e o déficit da Previdência atinge, segundo o próprio Ministro, a quase 150 bilhões. Portanto, essa não é a causa principal.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Muito grato à intervenção de V. Ex^a

Sr. Presidente, a propósito deste assunto que está apaixonando a opinião pública porque, de um modo geral, a grande maioria do povo brasileiro vê na Previdência Social a esperança do seu futuro, da sua aposentadoria, da sua pensão etc., leio agora um editorial do *O Estado de S. Paulo*, do dia 4 do corrente mês, sob o título "O Saco Sem Fundo da Previdência":

O SACO SEM FUNDO DA PREVIDÊNCIA

O Senador José Sarney afirma que o PDS não foi consultado sobre as pretendidas mudanças na Previdência Social, no que ele coloca o partido do governo em condição idêntica à de toda a Nação. Embora a Previdência seja sustentada por um tripé — governo, empresários e empregados —, à primeira perna, aquela que sustenta o menor peso, reserva-se o direito de escolher com exclusividade os rumos que o sistema previdenciário deve tomar para fugir à falência. Empregados e empregadores, estes que obedecem... e paguem a conta! Mas mesmo o governo está encontrando dificuldades em decidir, já que as consequências dessas mudanças — quaisquer que sejam — serão desastrosas em termos eleitorais. Basta reler todas as declarações que o Ministro Jair Soares prestou à imprensa nos últimos dias, contraditórias umas com as outras e reflexo das profundas divergências que o assunto provoca dentro da equipe ministerial.

Apenas num ponto todos concordam: a Previdência Social está à beira da falência e é preciso encontrar um desvio que a retire do caminho do precipício. Contudo, os burocratas do governo não conseguem pensar em outra solução que o aumento brutal da taxa de contribuição, seja sob a forma de uma porcentagem (1,5%) sobre o faturamento das empresas que empregam alta tecnologia e pouca mão-de-obra, seja pelo aumento simples e direto da contribuição para 10%, para empregados e empregadores. As preferências parecem recair sobre esta última fórmula, de vez que a Secretaria de Planejamento descobriu que a primeira é inflacionária, pois as empresas repassariam a taxa de 1,5% para o consumidor. A este argumento, por si só discutível, o Ministro da Previdência juntou esta verdadeira jóia contra a tese que nasceu em seu Ministério: como esta taxa incidiria sobre as grandes empresas, entre elas as estatais, "a União teria que emitir moeda e a repercussão inflacionária era terrível, já que estamos com uma inflação de três dígitos". Não se ouviu de nenhuma das partes envolvidas nessa discussão — que seria acadêmica, se não acarretasse consequências tão funestas para as economias das empresas e dos empregados — que o aumento de 8 para 10% sobre a folha das empresas e sobre os salários provocará, no primeiro caso, repasse do encargo para o consumidor e, no segundo, diminuição do salário real do trabalhador.

Muito menos se preocupam as autoridades com os efeitos que a redução dos benefícios causará, imediatamente, para a massa de aposentados, principalmente para aqueles que recebem pensão e benefícios abaixo de três salários mínimos, e, no futuro, para 23 milhões de segurados que correm o risco de ser condenados ao trabalho até a morte, por se verem sem condições de sustentar a si e a suas famílias com os proventos de uma aposentadoria amputada pela decisão de meia dúzia de burocratas e corroída pela inflação.

A situação da Previdência Social exige soluções corajosas, o que não pode ser confundido com decisões tomadas arbitrariamente, sem que os grandes interessados sejam ouvidos. Qualquer diagnóstico, mesmo apressado, concluirá que o sistema está sufocado por uma administração incompetente, por benefícios que excedem a capacidade de prestá-los e por uma insuficiência de recursos que já é crônica. A menos que o governo tenha a coragem de atacar a um só tempo estes três focos, a Previdência não sobreviverá. De nada adiantará o Ministro Jair Soares levantar-se de madrugada para percorrer as filas do INPS, se a Previdência continuar comportando-se como apêndice político do governo, com Deputados designados "comissários políticos" em cada Estado; muito menos se conseguirá moralidade administrativa com nomeações, como as que aumentaram em cerca de 50% o efetivo da Previdência no Rio Grande do Sul.

Também não resultará eficiente o corte de benefícios, ao mesmo tempo em que se estuda a criação de mais algumas, até a completa universalização da Previdência. Este é um objetivo que se deve

alcançar, mas quando cada um dos contribuintes puder pagar por ele. E será igualmente inútil aumentar arbitrariamente as taxas de contribuição. Cada suado cruzeiro a mais que empregados e empregadores colocarem porta adentro da Previdência será jogado pela janela. Pois o que está matando a Previdência Social no Brasil não é a falta de dinheiro, que este sempre aparece quando necessário: é uma estrutura insaciável e autofágica que se originou na demagogia e na incompetência.

Esta é a opinião, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de um dos órgãos líderes da imprensa brasileira, *O Estado de S. Paulo*, que nos brinda com editorial irresponsável em matéria de Previdência Social, no momento em que o governo estuda essas medidas anti-sociais que estariam para corporificar um projeto a ser encaminhado ao Congresso Nacional.

Mas, Sr. Presidente, eu insisto num ponto; acho que, no momento, em termos financeiros, o que seria viável, o que seria aconselhável ao Governo era pagar o que deve à Previdência Social, que vai a mais de 120 bilhões de cruzeiros, porque o governo praticamente nada recolheu aos cofres da Previdência até hoje, apesar de ser um dos partícipes do tripé de contribuintes previdenciários e, por outro lado, cobrar judicialmente os débitos das grandes empresas. Nós vemos pelos jornais a relação, Estado por Estado, dos devedores da Previdência, e até hoje não se sabe de nenhuma providência concreta que o Governo tenha tomado para efetivar essa cobrança. O que há é um apadrinhamento, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Como são grandes as empresas, naturalmente têm a sua influência política e conseguem colocar uma pedra em cima dos processos e eles não andam, simplesmente não andam. E enquanto isso o que acontece? Há uma apropriação indébita, porque essas empresas cobraram dos seus empregados as suas contribuições e ficaram com esse dinheiro circulando como capital de giro, para efeito da expansão das suas atividades. Não só não pagaram o que recolheram dos seus empregados, como não pagaram as contribuições que elas próprias devem à Previdência. Aliás, naturalmente, seguindo o exemplo do governo, que é o grande devedor da Previdência Social no Brasil.

Pelo que se lê nos jornais, o Senhor Presidente da República estaria ainda em dúvida. Sua Excelência no primeiro momento teria recomendado um corte drástico de despesas na Previdência. Acho difícil, Sr. Presidente, porque para conseguirmos, a essa altura dos acontecimentos, um corte nas despesas, teria que haver uma ação bastante rigorosa, bastante isenta da parte do Sr. Ministro da Previdência Social. Em primeiro lugar, deveria ser instaurado um inquérito para se apurar as fraudes nos convênios, nos credenciamentos, nas aposentadorias do FUNRURAL etc., para que todas as irregularidades fossem anuladas e, por via de consequência, fossem responsabilizados judicialmente aqueles que deveriam devolver, inclusive, dinheiro à Previdência Social.

Por outro lado, não poderia deixar de haver um grande número de demissões na Previdência, do pessoal excedente, sobretudo no Rio Grande do Sul, onde, segundo *O Estado de S. Paulo*, o efetivo da Previdência Social dobrou em 50% por puro clientelismo eleitoral.

Será, Sr. Presidente, que o Sr. Ministro da Previdência Social, que transformou a Previdência no Brasil num instrumento de politicagem nos Estados, será que S. Ex^a tem condições de cumprir essa determinação do Senhor Presidente da República? Eu acredito que não, Sr. Presidente. E quem sabe, no final das contas, se o Senhor Presidente da República quiser ficar com os trabalhadores, não tenha outra saída senão substituir o Ministro Jair Soares. Então, em vez da reforma da Previdência Social, caminharíamos para a reforma do Ministério.

O Sr. Alberto Silva — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Pois não, Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva — Senador Humberto Lucena, eu estou ouvindo com muito interesse o discurso de V. Ex^a e lembraria que uma das fontes de despesa da Previdência Social não seria talvez nem tanto — vamos dizer — o empreguismo, esses convênios ou o que fosse. Vou citar o exemplo do meu Estado. Diz lá, por exemplo, que o serviço radiológico fatura, na capital do Piauí, um número máximo, aí em derredor de dois milhões de cruzeiros. Não acredito que todos os doentes precisem de uma radiografia. De maneira que até parece que as radiografias são feitas em série até atingir o limite máximo do faturamento. Naturalmente é um privilégio para dois ou três apenas que faturam esse número elevado. Informações temos que laboratórios, clínicas radiológicas, etc., todo o mundo, fatura o máximo. Quer dizer que as despesas, aí, devem ser enormes. Aquela parte propriamente do benefício ao assegurador, essa talvez seja a menor de todas. Talvez não fosse muito difícil, como muito bem diz o eminente Senador, que uma fiscalização rigorosa nos gastos, conseguisse uma redução bastante alta com as despesas do INPS.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Com esse aparte, V. Ex^a veio ao encontro do meu pensamento.

Ainda há pouco, falava sobre as fraudes que estão ocorrendo em todo o Brasil, sobretudo na execução dos convênios e dos credenciamentos.

Esse caso, a que V. Ex^a se reporta, do seu Estado, de despesas, digamos assim, fantasmas no serviço radiológico, representa concretamente uma fraude gravíssima, e tinha de ser apurada através de inquérito.

O Sr. Henrique Santillo — V. Ex^a me permite?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Pois não.

O Sr. Henrique Santillo — Só para acrescentar ao aparte muito bem situado do Senador Alberto Silva. Realmente a previsão de despesas da Previdência Social, este ano, com assistência médica, é de 270 bilhões de cruzeiros e de novecentos bilhões com os benefícios. Eu também acho que se situa bastante na assistência médica uma das causas maiores de aumento de despesa na Previdência Social. Não que a Previdência Social venha, com o passar do tempo, apresentando um melhor padrão de assistência médica. Pelo contrário, tem piorado o padrão de assistência médica oferecida aos previdenciários. Agora, o que há é o seguinte: existe toda uma estrutura e uma filosofia assistencial que leva a uma elevada mercantilização da medicina, da assistência médica, fazendo do INAMPS não um órgão destinado a cuidar da saúde, mas um órgão da doença. Ele é um órgão destinado a fomentar a doença. Essa é a verdade. Há uma filosofia toda ela engendrada neste sentido, no sentido de faturar sempre mais, mercantilizar sempre mais. É a Medicina, tanto quanto a Educação, transformada em mercadoria, em objeto de renda. Tem razão o eminente Senador Alberto Silva, quando diz que, por isso mesmo, há por exemplo uma mercantilização exagerada no que diz respeito aos exames complementares na assistência médica. Veja bem, nobre Senador, de todas as consultas efetuadas pela rede do INAMPS no Brasil, 90% delas caem em pedidos de exames complementares, o que é um absurdo, o que é inadmissível! O médico é responsável por isto? Não.

Quero defender o médico lá do ambulatório do INPS, ganhando salários irrisórios. Ele é obrigado, em pouco tempo, a atender de 16 a 22 pacientes. Por causa disso, para inclusive respeitar o doente, para que o doente não saia do seu consultório sem um diagnóstico, ele é obrigado, na maioria das vezes, a transferir o exame clínico, que é demorado, para uma porção de pedidos de exames de laboratório, radiografias e outros exames mais sofisticados, que oneram extremamente o INAMPS, ou seja, as despesas com assistência médica. É absurdo, com um montante como este, 270 bilhões de cruzeiros em 1981, poderíamos estar dando hoje, no País, assistência médica a toda a população brasileira. No entanto, temos 40 milhões de brasileiros sem nenhuma assistência médica.

O SR. HUMBERTO LUCENA — A intervenção de V. Ex^a, nobre Senador Henrique Santillo, leva-me a mais uma consideração sobre o assunto.

No Brasil, em vez da socialização da Medicina que, sabe V. Ex^a, é ponto de honra das grandes democracias do mundo, estamos indo ao contrário para a privatização da Medicina.

O Sr. Henrique Santillo — Que nunca esteve tão privatizada neste País como agora. À medida que a Previdência Social cresce, ela mais se privatiza, porque apenas transfere um fundo social de tal magnitude para as mãos de reduzidos grupos particulares.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Perfeitamente.

Então se instalou no Brasil, no INAMPS, na previdência, a indústria do convênio, do credenciamento, do hospital, do laboratório etc. E o resultado é esse que aí está.

Em João Pessoa, por exemplo, havia, digamos, 20 ou 30 hospitais e, hoje, existem 60 ou 100. É que hoje, todo médico quer constituir uma clínica para conseguir, o que é natural, através de um político influente, um convênio, um credenciamento na Previdência Social.

O Sr. Henrique Santillo — A verdade é a seguinte: se ele não fizer isso, ele morre de fome, porque é difícil o cliente particular hoje no Brasil, em qualquer ponto do País. E se ele, mesmo lá no município pequeno, não fizer isso, o médico, ele morre de fome. Ele tem que se transformar em fazendeiro, quando tem dinheiro para comprar uma fazenda, ou então, mudar-se para os grandes centros e se assalariar com salários irrisórios.

O SR. HUMBERTO LUCENA — É como disse V. Ex^a há pouco: nós não podemos culpar os médicos. Temos que combater é a filosofia errada que vem sendo a raiz de todo o problema da assistência médico-hospitalar na Previdência Social.

Mas, Sr. Presidente, a onda contra essas mudanças na Previdência é de tal ordem, no meio do povo, dentro do Congresso Nacional, não só nos partidos da Oposição, mas até no PDS, que já agora estamos sob uma outra

ameaça, segundo os jornais de hoje, particularmente o *Jornal de Brasília*; o Senhor Presidente da República, naturalmente assessorado pelo Sr. Ministro do Planejamento e o Sr. Ministro da Previdência Social, temendo o desapoio ao seu projeto no Congresso Nacional, estaria pensando em emitir um Decreto-lei, para fazer a chamada reforma da Previdência.

Mas, Sr. Presidente, um decreto-lei, a esta altura, constituiria uma violência, uma violência inominável, porque retiraria da sociedade brasileira, que recebe, através dos seus representantes, os reclamos de todo o povo e, por outro lado, seria manifestamente inconstitucional porque pelo artigo 55 da Carta Outorgada pelos Ministros Militares, que ainda está em vigor, não vejo como o Senhor Presidente da República possa enquadrar um decreto-lei dispondo sobre essa mudança na Previdência Social.

O Sr. Mauro Benevides — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Mauro Benevides — V. Ex^a se recorda que, há cerca de dois dias, eu dava conta a V. Ex^a de que obtivera essa informação, que nos pareceu, a V. Ex^a e a mim, inteiramente absurda. Primeiro, porque não teria sentido, em torno dessa matéria se editar decreto-lei. E segundo, o Congresso Nacional, em pleno período normal de trabalhos, quer dizer, o que seria natural, lógico, constitucional seria Sua Excelência enviar sua mensagem para apreciação das duas Casas. Poderia até invocar o tal dispositivo do decurso de prazo, o que também não teria sentido, porque uma matéria complexa como essa, num espaço de tempo muito reduzido, nos inibiria, para conhecer de perto, em todas as suas repercussões, essa grave crise da Previdência Social. Mas, veja V. Ex^a que há outros precedentes, também, caracterizadamente de absurdos nesses Governos que passaram por aí. Recordo-me de que, há uns três anos, também em pleno regime normal de trabalho do Congresso Nacional, o Senhor Presidente da República, na administração passada, no caso, o Presidente Ernesto Geisel, baixou decreto alterando os percentuais de incentivos fiscais da SUDENE. Então, ficamos, pela singularidade regimental de que se serve a tramitação do decreto-lei, impossibilitados de sequer alterar: ou se aprova ou se rejeita a proposição. E o nobre Senador Marcos Freire, presto-lhe justiça neste instante, ainda tentou articular uma frente de parlamentares nordestinos para a rejeição daquele decreto-lei, salvo engano, Decreto-lei nº 1.468, que retirou da SUDENE para o FISEP, um percentual dos incentivos fiscais. Veja, portanto, V. Ex^a que, por todos esses precedentes, precedentes indiscutivelmente absurdos, é bem capaz de o Governo cometer esse despaupério de utilizar um decreto-lei para dispor sobre matéria de tamanha relevância, com o Congresso Nacional em plena fase ordinária de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Eu gostaria de lembrar a V. Ex^a que faltam apenas três minutos para o término desta sessão e, a seguir, teremos uma sessão extraordinária do Senado.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Já concluirei, Sr. Presidente.

Sobretudo, nobre Senador Mauro Benevides, se levamos em conta que o Governo tem ciência de que, até hoje, desde 1964, nenhum decreto-lei foi rejeitado pelo Congresso Nacional. Então, quando sua Excelência baixa um decreto-lei, sua excelência fica tranqüilo. A não ser que, diante dessa enormidade que seriam essas mudanças da Previdência, diante do clamor popular que se levantou, o Congresso Nacional, pela primeira vez, reaja, que os brios do PDS realmente afluam à pele e possamos todos nós, juntos, rejeitarmos esse decreto-lei, se ele vier a ser emitido.

Termino estas palavras, fazendo um apelo ao Senhor Presidente da República para que, pelo menos, se amanhã anuir nessas mudanças, as envie através de projeto de lei, para que a sociedade brasileira, para que o povo brasileiro possa discutí-las ampla e democraticamente e votá-las no seio do Congresso Nacional.

Mas, Sr. Presidente, ao encerrar, quero deixar, nos Anais do Senado, o seguinte telex que recebi da Paraíba a propósito do assunto:

Para: Senador Humberto Lucena
Brasília — DF.

Repuadamos proposta Poder Executivo modificando sistemática desconto Previdência Social vg bem como idade limite aposentadoria sessenta anos pt Como representantes classes trabalhadoras opomo-nos essas medidas detrimento trabalhador cujos minguados salários não suportam mais reduções pt Trabalhadores esperam vossência et bancada voto contrário referido projeto pt Saudações Sindicais.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas da Paraíba

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica de Campina Grande

Sindicato dos Empregados do Comércio de Campina Grande
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Hidroelétrica de João Pessoa
Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Campina Grande.

Não há dúvida, Sr. Presidente, que o meu voto, como o voto de todo o PMDB, como bem já acentuou esta tribuna o nobre Líder Marcos Freire, e de todos os demais partidos de Oposição, será no sentido da rejeição integral desta proposta anti-social e antipopular de mudanças na Previdência Social.
(Muito bem!)

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO (Requerimento nº 78/80-CN)

3ª Reunião, realizada em 25 de março de 1981

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e cinco de março de mil novecentos e oitenta e um, na Sala da Comissão de Legislação Social, Ala Senador Alexandre Costa — Anexo II do Senado Federal, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 78, de 1980-CN, com a presença dos Senhores Senadores Mendes Canale (Presidente), Murilo Badaró, Moacyr Dalla, Franco Montoro e Deputados Ítalo Conti (Relator), Erasmo Dias, Euclides Scalco, Péricles Gonçalves, Modesto da Silveira, além dos Senhores Senadores Saldanha Derzi e Orestes Quércia.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Aloysio Chaves, Jutahy Magalhães, Jorge Kalume, Lázaro Barboza e Deputados Raimundo Diniz, Jorge Arbage e Oswaldo Melo.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que, logo após, é dada como aprovada.

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente comunica que a finalidade da presente reunião é o depoimento do Senhor Coronel Moacyr Coelho, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, solicitando ao depoente que preste o juramento de praxe.

Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao depoente que, após a sua explanação, é questionado pelos Senhores Deputado Ítalo Conti, Senador Franco Montoro, Deputados Erasmo Dias, Euclides Scalco, Péricles Gonçalves e Modesto da Silveira, havendo esclarecimentos do Senhor Doutor José Armando da Costa, Delegado encarregado da apuração dos atentados ocorridos no Rio de Janeiro, às perguntas formuladas pelos Senhores Deputados Ítalo Conti, Euclides Scalco e Modesto da Silveira.

Ao final, o Senhor Deputado Euclides Scalco solicita à Presidência que peça ao Senhor Coronel Moacyr Coelho que envie à Comissão os nomes dos movimentos religiosos que subvencionam grupamentos de estrangeiros que vêm para o Brasil sob o manto da Comissão de Asilados e Refugiados da ONU, citado pelo Senhor Coronel durante o seu depoimento.

Finalizando, o Senhor Presidente agradece a presença do Senhor Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal e dos Assessores que o acompanharam, declarando encerrada a reunião.

Nada mais havendo a tratar, eu, Elizabeth Gil Barbosa Vianna, Assis-tente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico da presente reunião.

ANEXO À ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 78/80-CN, DESTINADA A EXAMINAR A ESCALADA DA AÇÃO TERRORISTA NO PAÍS.

INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, SENADOR MENDES CANALE.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Há número regimental. Declaro abertos os trabalhos da 3ª Reunião da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que examina a escalada da ação terrorista no País.

De acordo com o relatório aprovado por esta Comissão, encontra-se entre nós o ilustre Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Cel. Moacyr Coelho, a primeira autoridade, de acordo com o nosso roteiro, assinalada para prestar esclarecimentos junto a esta Comissão.

Sr. Cel. Moacyr Coelho, esta Presidência se permite dar conhecimento a V. Sª de que esta Comissão Mista Parlamentar de Inquérito decorre da aprovação de requerimento de autoria dos nobres Parlamentares, Senador Franco Montoro e Deputado Euclides Scalco, requerimento este aprovado pelo Congresso Nacional, no seguinte teor:

REQUERIMENTO Nº 78, DE 1980 (CN)

Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Com fundamento no art. 21, *in fine*, do Regimento Cômum, requeremos a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta de cinco Senadores e cinco Deputados, para examinar a escalada da ação terrorista que se desenvolve no País, com o claro objetivo de impedir o processo de normalização democrática.

Essa ação está demonstrada, com evidência, entre outros, pelos seguintes fatos:

1. Explosão de bomba terrorista na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, com a morte da secretária da entidade, Da. Lyda Monteiro da Silva, e, no mesmo dia, atentado à Câmara Municipal do Rio de Janeiro e à sede do jornal *Tribuna Operária*;

2. seqüestro e detenção, no DEOPS de São Paulo, do Prof. Dalmo de Abreu Dallari e do Dr. José Carlos Dias, que ocorreram no dia 19 de abril de 1980;

3. seqüestro, agressão física e roubo de que foi vítima o Prof. Dalmo de Abreu Dallari, em 2 de julho de 1980;

4. atentado contra os escritórios do Deputado Federal Airton Soares, do Deputado Estadual Flávio Flores da Cunha, e do Advogado Luiz Eduardo Greenhalgh e, também, contra as sedes do Partido dos Trabalhadores e do Comitê Brasileiro pela Anistia, seção de São Paulo, levado a efeito também no mês de julho;

5. incêndios e depredações de bancas de jornais com advertência a que não vendam determinados jornais e publicações;

6. atentado e depredação sofrida pela creche mantida por entidade filantrópica "UNIBES", da colônia israelita, na Rua Rodolfo Miranda nº 293, São Paulo, ao segundo fim-de-semana de agosto do corrente ano;

7. processos de intimidação moral, através de ameaças telefônicas ou epistolares utilizados contra parlamentares, membros da Comissão de Justiça e Paz, advogados, médicos, jornalistas, sacerdotes, artistas, etc.

Este o requerimento que, aprovado pelo Congresso Nacional, resultou na constituição da presente Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que tem hoje a satisfação de ouvir V. Sª

Solicito ao nobre orador que preste o juramento regimental.

O SR. MOACYR COELHO — Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade — nada omitindo do que seja do meu conhecimento — sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre ação terrorista.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Concedo a palavra ao Sr. Cel. Moacyr Coelho.

O SR. MOACYR COELHO — Exmº Sr. Presidente desta Comissão Mista Parlamentar de Inquérito Senador Mendes Canale e demais Parlamentares:

Nos termos da convocação que me foi dirigida disponho de 50 minutos para a exposição, mas não pretendo utilizá-los todos; pretendo apenas tecer algumas considerações que fujam, tanto quanto possível, àquilo que todos sabem sobre doutrina e procedimento de terroristas.

Julgo, então, oportuno começar com algumas considerações conceituais em face da amplitude da expressão "terrorista" e também porque não se deve tratar do mesmo modo os diversos tipos de terrorismo que ocorrem em nosso País.

Precisamos distinguir o terrorismo criminal do terrorismo político. Suas motivações são diferentes. O primeiro emprega a intimidação, visando a extorsão, a obtenção de lucro material ou, em alguns casos, a eliminação de possível rival ou delator.

Nossa principal preocupação, no entanto, é com o terrorismo político. Com aquele que emprega a violência com motivação política.

A importante característica do terrorismo político é sua natureza indiscriminada. Mesmo que tenha um alvo específico, individual ou coletivo, considera como subproduto o ferimento de pessoas que não foram pré-selecionadas.

Isto porque o efeito que deseja é o terror subjetivo. A ausência de discriminação ajuda a espalhar o medo, porque, se ninguém em particular é alvo, ninguém pode se julgar seguro.

Outra característica consiste em ser o terrorista político imprevisível, arbitrário, sem respeito a qualquer norma ou convenção. É inteiramente amor al.

O terror político pode também ser diferenciado das outras formas de violência, agitação ou intimidação, em virtude de seus extremos e cruéis métodos destrutivos.

No Brasil, o movimento terrorista, que alcançou seu auge no final da década de 60 e princípios da seguinte, vinha sendo paciente e tecnicamente preparado há décadas. Esta afirmação está contida nos depoimentos de líderes subversivos no livro "A Esquerda Armada no Brasil", editado em Portugal.

Exemplo da importância do estudo do terrorismo político é a criação desta CPI. Intensa atividade do Governo e de organizações nacionais e internacionais se desenvolve para estudar o terrorismo e as formas de contê-lo.

O interesse dessa discussão é um reflexo do dramático crescimento dos atos terroristas, sejam eles nacionais ou internacionais, e, sem dúvida, a tensão gerada por sua existência e o desconhecimento da sua próxima manifestação. Onde? Sob que forma? Contra quem?

Vale notar que os atos terroristas não são, de modo algum, exclusivo ou sequer predominantemente, fenômeno de países em desenvolvimento. Há muitas provas de seu incremento em sociedades ditas adiantadas e pós-industriais.

Há, sem dúvida, um intimidante rol de problemas para pesquisa e análise empíricas, mas há três questões básicas a respeito de qualquer ato terrorista:

Contra quem?

Para quê?

Por quê?

I — O perfil de um terrorista

O surgimento dos movimentos de revolta estudantil de 1968 e seu prolongamento pelos anos seguintes trouxeram, como corolário, o aparecimento de uma literatura da técnica da subversão.

Começam com os livros de guerrilhas de Mao Tse Tung, passam pelo de Che Guevara e chegam ao livro do grupo Stella Rossa.

Este é um manual de como assassinar, assaltar caixas fortes e bancos. Uma verdadeira instigação à delinquência. Essas publicações figuravam quase que invariavelmente como leitura obrigatória dos nossos terroristas.

Boa parcela dos que ajudaram a alimentar a fogueira do terrorismo reconhece, hoje, que aquela experiência foi uma espécie de Primavera do Nada.

Enquanto isso, os irremediavelmente frustrados prosseguem nas suas correrias sangrentas. A eles se juntam, cada ano, novas levas de ativistas recém-recrutados.

Para os mentores do processo, é de todo imperioso que a fúria terrorista não decresça de intensidade.

Quem insuflou e continua instigando esses jovens a ponto de cometerem desatinos, dos quais, hoje, muitos deles se arrependem?

Conhecem-se as origens dos conselheiros, orientadores e instigadores, mas a maior responsabilidade cabe a certos países onde não há terrorismo em seus territórios.

Esses países organizaram centrais de incitamento, treinamento e financiamento do terrorismo e de outras atividades subversivas com estruturas especiais.

O apoio desses países estimulou o crescente aumento das atividades terroristas, o que provocou uma torrente de estudos acadêmicos, militares e jornalísticos.

A maioria desses estudos orienta seu esforço para a mecânica do terrorismo. Nenhum se detém na análise dos indivíduos nele envolvidos.

Localização das operações terroristas e das atividades guerrilheiras, estrutura, organização, financiamento, armamento, táticas empregadas constituem preocupação.

Atenção especial tem sido dedicada ao terrorismo transnacional e ao inter-relacionamento entre organizações em áreas geográficas bastante separadas.

Mas foi o Dr. Chalmers Johnson que revelou a necessidade de um conhecimento adicional.

O tipo de indivíduo engajado e os fatores que o levam a participar.

Sem conhecimento dos fatores que motivam seu engajamento e suas atitudes será difícil lidar com os problemas referentes ao terrorismo.

Embora o estudo do Dr. Chalmers não seja completo, representa um esforço para determinar se existem características comuns e semelhanças na idade, sexo, filosofia política, origem social, instrução e antecedentes familiares dos indivíduos engajados em atividades terroristas.

A análise dos dados coligidos de mais de 350 terroristas em grupos palestinos, japoneses, alemães, irlandeses, italianos, turcos, espanhóis, iranianos, argentinos, brasileiros e uruguaios permitiram o esboço de um retrato sociológico ou um perfil do moderno terrorista urbano.

Para assegurar maior exatidão deste retrato, foram coletados dados de membros ativos de 18 grupos conhecidos e especializados em terrorismo urbano.

Os oito títulos selecionados revelaram um sumário de semelhanças e diferenças quanto aos terroristas provenientes de diversas áreas geográficas.

a) Idade

Nos 18 grupos estudados, a idade dos quadros de terroristas ativos, comparada com a da respectiva liderança, foi singularmente estável.

Exceto para as organizações palestinas, alemães e japonesas, o terrorista urbano varia de 22 a 25 anos de idade.

No Exército Vermelho Japonês a idade média foi aproximadamente de 28 anos. No Baader-Meinhof, 31 anos. Nos palestinos, também 28 anos.

Palestinos e alemães não eram mais universitários e já doutores, advogados. Profissionais liberais.

Indicações recentes, entretanto, revelam que a média de idade está baixando.

Parece que as idéias frequentemente anárquico-revolucionárias até então difundidas entre estudantes universitários estariam, agora, atingindo os de nível secundarista.

Prisões na Espanha, Argentina, Irã, Turquia e Irlanda do Norte revelaram grande número de elementos entre 14 e 19 anos.

Embora a faixa etária média dos quadros diminua para a dos 20 anos, a das lideranças de muitas organizações se situa entre 40 e 50 anos. Poucos com menos de 40.

b) Sexo

Apesar de pequenas variações entre alguns dos grupos estudados, o terrorismo urbano continua sendo um fenômeno predominantemente afeto ao sexo masculino.

Durante o período examinado (1966-76), quase todas as operações terroristas foram planejadas, dirigidas e executadas, numa proporção de 80%, por homens.

Entré os Montoneros, ERP, Tupamaros e Grupo Marighella a participação de mulheres era de menos de 16%.

As mulheres se destinam trabalhos de apoio. Coleta de informes, estafeta, enfermeira, manutenção de aparelhos, estocagem de armamento, fundos e suprimentos diversos.

Exceções foram Leila Khaled (FPLP) e Fusako Shigenobu (EVJ), esta líder e cérebro operacional por trás do EVJ.

Também na Alemanha as mulheres constituíam 1/3 dos militantes, tanto no Baader-Meinhof como no Dois de Junho.

c) Estado Civil

O terrorista solteiro é ainda regra geral.

d) Origem Urbana x Rural

Como foi ressaltado por Marighella, o terrorismo deve estar intimamente familiarizado com o terreno em que opera.

Não é, pois, de surpreender que os terroristas urbanos sejam, em sua maioria, nativos ou residentes, há muito tempo, nas áreas metropolitanas em que operam.

e) Origem Social e Econômica

Em conjunto com sua origem urbana ou longa residência em área metropolitana está a origem predominantemente de classe média ou, até mesmo, de classe superior, de muitos quadros e líderes terroristas.

Na maioria dos casos analisados, seus pais eram profissionais liberais, funcionários públicos, diplomatas, clérigos, militares e, até mesmo, policiais.

No Uruguai, o Chanceler Jorge Peitano Fácio ressaltou que, para cada família de classe social alta, existe um Tupamaro.

Somente entre as fileiras da Ala Provisória do Exército Republicano Irlandês existe um desvio real desta norma. Os níveis sociais e econômicos são mais baixos.

f) Instrução e Ocupação

Como se pode antever pelos comentários precedentes, a grande maioria dos indivíduos envolvidos são elementos de boa instrução.

Dois terços dos terroristas identificados são possuidores de alguma instrução superior.

Tupamaros, ERP e Montoneros (15%); na Alemanha, 80%.

Exceção, também por motivos já assinalados, o ERI e os grupos protestantes são as únicas organizações terroristas do mundo que, até mesmo em suas lideranças, não têm, praticamente, nenhum intelectual.

g) Método — Lugar de Recrutamento

Considerado o papel importante representado pelos estudantes e elementos formados pelas universidades, elas foram os locais de recrutamento para os quadros operacionais terroristas.

h) Filosofia Política

A questão de filosofia política é mais difícil de ser estudada, como uma categoria, já que ela resiste a um estudo estatístico.

Três tendências ideológicas básicas estão em jogo entre a maioria dos grupos terroristas em operação hoje: o anarquismo, o marxismo-leninismo e o nacionalismo.

A combinação destes três, em contextos específicos, proporciona as filosofias variantes de extrema esquerda, esposadas pela maioria dos terroristas.

II — Medidas Contra o Terrorismo

A atuação dos órgãos de segurança, neutralizando células terroristas ativas, deixam sempre remanescentes ativos e simpatizantes passivos.

A sobrevivência da democracia repousa na liberdade de idéias. Então, parece, ao mesmo tempo, perigoso e ingênuo, considerar extintos os movimentos subversivos.

Os exemplos aí estão nas pregações em favor da luta armada encontradas nos periódicos que representam aqueles movimentos.

Daí a necessidade de ações simultâneas e, se possível, coordenadas. De um lado, atuação política e psicológica, para garantir o consenso e o apoio populares, que devem ser a base de qualquer governo democrático moderno e eficiente.

De outro, forças de segurança especializadas, adequadamente treinadas e equipadas para a luta a ser travada e, também, elevada dose de paciência, determinação e dedicação ao trabalho.

Os terroristas não precisam de apoio popular para perpetrar seus atos de crueldade e destruição, mas é importante, para o êxito das operações antiterroristas, que eles fiquem tão isolados quanto possível de qualquer apoio.

O terrorismo político, por sua natureza clandestina, atroz e destruidora, é perpetrado por fanáticos desesperados, alguns já fora da lei.

Os terroristas sabem das restrições legais que limitam o poder de polícia, o poder discricionário. Isso é inevitável em uma democracia, mas significa que as tarefas de enfrentar o terrorismo com muitas restrições são muito difíceis e complexas.

Paul Wilkinson assinala algumas normas básicas que deveriam ser seguidas pelas democracias liberais que adotam rigor contra o terrorismo:

a) O governo deve proclamar sua determinação de manter os preceitos legais e a autoridade constitucional, além de demonstrar este desejo político em suas ações.

b) Não apelar para a repressão indiscriminada geral. O governo tem de mostrar que suas medidas são destinadas a reprimir os terroristas e seus colaboradores, para defesa da sociedade.

Qualquer desvio para uma repressão geral destruiria as liberdades individuais e poderia degenerar em uma ditadura implacável.

Além disso, a reação repressiva generalizada faz o jogo dos terroristas, servindo à alegação de que a democracia é uma farsa e lhes permite apresentar-se como defensores do povo.

c) O governo deve ser visto como empregando todos os meios ao seu alcance para defender a vida dos cidadãos. Este é um pré-requisito vital para a confiança e a cooperação públicas. Se faltar, tenderão a proliferar exércitos privados e grupos de vigilantes, exacerbando a violência civil.

d) Adotar, com firmeza e determinação, a recusa a qualquer concessão à chantagem dos terroristas. O governo que se dobrar à ameaça terrorista terá seu poder e autoridade solapados.

Há recentes exemplos de que a fraqueza e a concessão provocam rápida emulação por outros grupos e uma dramática escalada nas exigências da chantagem.

e) Todos os aspectos da política e das operações antiterrorismo devem estar sob controle das autoridades civis e, portanto, democraticamente justificáveis. Somente quando aquelas forem julgadas incapazes de cumprir suas missão poderão ser substituídas por outras mais capazes, mais potentes.

f) Poderes especiais que se tornem necessários para atender uma emergência terrorista devem ser aprovados por um tempo limitado ou concedidos por prazos fixados. Essas medidas devem ser claras e simples e amplamente divulgadas.

g) Adotar uma política de segurança firme. Vacilações provocam desconfiança no público e estimulam os terroristas a explorar os desencontros entre o governo e as suas forças de segurança.

h) O governo deve estar atento para os grupos que mantenham ligação ou que estejam empenhados na promoção ou no apoio aos terroristas. Qualquer diálogo com esses grupos promoveria a posição do terrorismo e, pior, uma falsa respeitabilidade.

i) A propaganda e a difamação terroristas devem ser combatidas com declarações oficiais, completas e claras, dos objetivos do governo.

j) Todas as operações antiterroristas devem ser realizadas dentro da lei. Os processos devem seguir seu curso natural, para que os indiciados sejam julgados pelos tribunais competentes.

l) Os terroristas presos por crimes cometidos por motivos políticos profissionais devem ter tratamento idêntico ao dispensado aos demais criminosos. Privilégios especiais anulam o respeito pela imparcialidade da lei, alimentam falsa esperança de uma anistia e impõem novas tensões sobre o sistema penal.

Há vários outros princípios no livro de Paul Wilkinson que foram aqui omitidos. São princípios gerais, porém, que abrangem alguns dos principais ensinamentos extraídos de campanhas antiterroristas do passado.

A necessidade de justificar seus atos faz com que os terroristas se julguem combatentes em luta contra regimes que eles consideram opressores.

Quando acusados de morte ou de tentativa de assassinato, recusam-se a reconhecer a legitimidade dos tribunais. Seus movimentos sustentam servir a uma causa maior, em cujo nome praticam seus hediondos crimes, como punição contra o Estado e a Sociedade.

A insensibilidade e o cinismo dos terroristas são impressionantes. Desfilam alegremente e são festejados por antigos colaboradores e promovidos por conhecida imprensa que, hoje, prolifera, embora sem viabilidade econômica.

III — Aspectos do Terrorismo no Brasil

Alguns caracteres do terrorista brasileiro

A larga difusão do "Mini Manual do Guerrilheiro Urbano", de Carlos Marighella, facilitou o conhecimento de importantes aspectos da luta armada urbana.

Algumas linhas são dedicadas ao terrorismo, considerado por Marighella uma arma que jamais o revolucionário pode renunciar. Aponta, também, atos terroristas diversos como componentes da propaganda armada.

Mesmo sem recorrer a dados de arquivo, pode-se apontar, em nosso País, vários atos terroristas, a maioria envolvendo terrorismo criminal. Os que se enquadram como terrorismo político, embora em menor número, impressionam pela extrema crueldade empregada em alguns casos.

As disputas de terras em quase todo o Brasil envolvem atos de terrorismo criminal, onde posseiros, fazendeiros e grileiros figuram como autores ou vítimas.

Alguns outros casos podem ser apontados, mas nos fixaremos, neste momento, no terrorismo político.

A fase do terrorismo político no Brasil teve início em meados de 1967 e prolongou-se por cinco ou seis anos. Os casos esporádicos e eventuais anteriores a esse período não chegaram a caracterizar uma fase.

A fase de 67 se deve ao acolhimento das teorias de Régis Debray, sem qualquer aprofundamento crítico ou prévia adaptação do foquismo às condições brasileiras.

A tese do foquismo era, realmente, de um simplismo inédito, bem a gosto da imaturidade política dos dissidentes.

Estranhável que também militantes experimentados como Marighella, Apolônio de Carvalho ou Joaquim Câmara se tenham deixado levar, tão facilmente, pela nova teoria.

Distorções ocorreram no emprego das organizações. Embevecidos com os êxitos das ações urbanas, com os assaltos, seqüestros e atentados bem sucedidos descuraram da montagem das ações na área rural.

O foquismo, envolvido por uma mística de capa e espada, sensibilizou e deitou profunda influência sobre a juventude.

Foi nessa ambiência que se formou o terrorista brasileiro. Quem era ele? Que linhas e caracteres genéricos apresentava?

Sem obedecer o rigor científico, foram assinalados alguns dados significativos, que nos permitem algumas observações do terrorista brasileiro.

O terrorista brasileiro era jovem, compreendido numa faixa que, no período, raramente atingia os trinta anos.

Provinha ele de camadas da classe média, em sua maioria. E outra não poderia ser sua origem, visto que o celeiro principal de recrutamento comunista sempre foi a Universidade que, embora eletista, sempre comportou o predomínio absoluto da classe média.

Muito pequena foi, nesse sentido, a contribuição do proletariado. Em algumas organizações (VPR) destacaram-se componentes de origem militar, de resto, também pertencentes à classe média.

De uma maneira geral, o terrorista brasileiro possui nível de escolaridade superior ou, se não, os requisitos sócio-econômicos para alcançá-lo.

Se, por um lado, o nível de escolaridade era bom, a capacitação político-ideológica deixava muito a desejar. O próprio fracasso, em curto período, da esquerda imediatista, revela e comprova o fato.

Os desvios ideológicos se deram menos pelo simples combate ao reformismo, do que pela imaturidade política que resultou no isolamento dos terroristas, incapazes de mobilizar e organizar as massas.

As relações de família eram fator importante. Provinha o terrorista, via de regra, de uma ambiência familiar marcada por desajustes, carência afetiva ou rejeição. Por isso mesmo, sua adaptação social foi difícil e suas reações insólitas.

Esses aspectos moldaram a personalidade do terrorista e aprofundaram suas contradições, tornando-o mais que insociável, um indivíduo marginal.

Proavelmente, terá encontrado no terrorismo uma sublimação ou um derivativo, que acabou suplantando a inicial e aparente motivação ideológica que pudesse ter.

Como dissemos, a grande maioria dos componentes das organizações terroristas procedia dos bancos universitários.

Porcentagem elevada provinha da área de Ciências Humanas (Filosofia, Ciências Sociais, Serviço Social, Comunicação e Direito). Seguiu-se a área de Ciências Biológicas (Medicina) e, finalmente, a de Ciências Exatas (Economia).

Por que esses jovens de bom padrão de vida voltam-se para a violência? Por que esta faixa de jovens, universitários ou já formados, equipada para dar tanto à comunidade, procura destruí-la? A fatia dos que agem assim é muito pequena, mas pode causar muitos danos, uma vez que eles não se restringem ao protesto legítimo e saudável e praticam a destruição e a violência.

A propósito, vale transcrever dois tópicos. Um, do excelente livro "The Age of Protest" — Londres 1970, de Norman Cantor:

"O protesto no século XX tem levado a mudanças sociais. A revolução tem sido o caminho para o caos, para a guerra civil e para nova tirania.

A liderança dos movimentos de protesto do século XX foi constituída, quase que invariavelmente, de elementos da classe média, particularmente sensíveis e enérgicos.

Sendo tão familiarizados com a elite dirigente, a ponto de não a temer bastante, dispunham de lazer suficiente para enganjar-se em atividades dissidentes e possuíam suficiente educação e experiência política para saber onde e como a elite dirigente era mais vulnerável".

Outro tópico, do livro "The Rise of the Student Estate" — Londres 1970:

"... nenhuma mudança na estrutura da sociedade, boa ou má, pacífica ou violenta, da Galiléia a Cuba, foi feita sem pioneiros tachados de lunáticos... Só uma consciência apática não se perturbaria com as demonstrações em favor dos desabrigados, dos famintos e das vítimas de opressão. Não é a estratégia dos protestos estudantis que é má em si mesma, mas a forma pela qual ela é manipulada por alguns grupos, com objetivos inconfessáveis ou dirigidos para os caminhos da violência."

O que em Londres se escreveu em 70 serve para o Brasil neste momento.

IV — A Polícia Federal em Face do Problema

Vejamos, após isto, como a Polícia Federal em face do problema do terrorismo. Nós vamos fazer uma breve alusão a fase de luta armada, de 1968 a 1972 que dá uma coincidência dos dias de hoje. Do período de 68 a 72, como se recordam todos, a ação terrorista ocorreu em várias regiões do nosso País. Vinculada a facções comunistas diversas, constituíram-se em seqüestros de aeronaves, seqüestros de personalidades, assaltos a bancos, atentados contra a vida de autoridades e assassinatos de pessoas ligados aos órgãos de segurança. Diante da iminência da generalização da luta armada no País, decidiu o Governo criar o Sistema de Segurança Interna, a cuja frente ficaram as Forças Armadas. Ao DPF, cabia complementar a sua ação ao lado das forças políticas.

Vejamos a fase atual. Concidentemente, o ressurgimento das ações terroristas se dá com o retorno dos ex-banidos, ex-presos políticos, entre eles se encontram uns que se reintegraram à vida do cidadão comum, ajustados à sociedade, enquanto que outros se mantêm, ainda, aferrados à sua antiga militância ideológica, renegando com obstinação o convite à participação democrática; prosseguem esses últimos pregando, abertamente, a violência, a luta armada e a derrubada das instituições. Basta consultar as publicações da chamada imprensa alternativa, para verificar que, entre os seus editores e colaboradores figuram militantes de organizações terroristas antigas empenhados, hoje, nos mesmos propósitos.

Vejamos agora como está a Polícia Federal e o que se pode esperar de seu desempenho. Para isso, vale voltar aos idos de 68, a fase de luta armada.

a) a fase de luta armada (1968 — 1972)

Essa fase encontrou as Polícias Federal e Estaduais totalmente despreparadas para se oporem aos guerrilheiros urbanos e terroristas. Raríssimas foram as exceções e, por isso, demasiadamente conhecidas.

Esse despreparo das polícias obrigou o prematuro engajamento das Forças Armadas em ações tipicamente policiais. Foi uma exigência inevitável, mas que acarretou pesado desgaste àquelas Forças e motivou acirradas críticas dos adeptos dos guerrilheiros e terroristas.

Vale registrar que o emprego das Forças Armadas resultou em uma espécie de cômoda atitude de conformismo com a impossibilidade entre os dirigentes diversos das Polícias.

Nada de imediato foi realizado para atenuar as deficiências constatadas. Havia lacunas, quer estruturais, quer funcionais; seleção falha, preparo inadequado dos recursos humanos e carência de material.

b) Fase pós-luta armada (1972 — ...)

A partir de 1970, diretoria governamental prescreve a reestruturação e modernização da Polícia Federal e das Estaduais, com vistas ao "progressivo desengajamento das Forças Armadas das ações tipicamente policiais".

Desde então muito tem sido realizado.

Nova estrutura, com a coordenação centralizada e execução descentralizada.

Nova Academia Nacional de Polícia, com aprimorada seleção, formação mais adequada, equipamento e instalações melhoradas e remuneração satisfatória.

O que falta então para melhorar o desempenho no combate ao terrorismo, se foram alcançados resultados satisfatórios na atuação contra os ilícitos de outras áreas da responsabilidade da Polícia Federal?

Falta sobretudo tradição. Tradição que se reflete em experiência.

Nas áreas de Polícia Fazendária ou na de Entorpecentes, por exemplo, as lições dos casos vividos foram fundamentais para o êxito dos novos policiais, melhor selecionados e melhor preparados.

A maior familiaridade com estudos dos problemas dessas áreas faz com que a maioria dos policiais se dedique a eles, em detrimento dos que visam a garantia da segurança interna.

Concorre também para agravar a deficiência o emprego inadequado, mas obrigatório, dos nossos escassos meios.

Grande parte dos nossos recursos humanos, que poderiam ser empenhados na garantia da segurança interna, são desviados para proporcionar segurança a dignitários estrangeiros, sem que tenha o Brasil a compensação da reciprocidade de tratamento.

No entanto é dispositivo constitucional que temos de cumprir.

Apesar dessas distorções, as providências em curso, desde algum tempo, nos colocarão, dentro em breve, em condições de atender com eficácia aos problemas que se apresentarem.

É que este setor de atividades exige preparação especializada, para a reunião de dados. Exige elementos com aptidões especiais, uma vez que os terroristas atuam em sigilo, contam com o privilégio da iniciativa e são extremamente perigosos.

O contraterrorismo exige eficientes órgãos de informações, especialistas com comprovada habilidade para operações rápidas, tipo comando; requer peritos em artefatos explosivos.

E se a criação de algum grupo especial se revelar necessária, que seja ele integrante das próprias polícias. Servirá de estímulo, a fim de que os bons se tornem melhores para dele participar e será motivo de orgulho para a polícia que contar com seu concurso.

Senhores parlamentares, sem a pretensão de lhes ter trazido novidades, encerro aqui minha exposição, agradecido pela oportunidade e esperançoso de haver sido de alguma utilidade.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Encerrada a exposição feita pelo ilustre Coronel Moacyr Coelho, passa-se ao período de perguntas de acordo com as inscrições feitas.

A Presidência tem a satisfação de conceder a palavra, primeiramente, ao nosso Relator, Deputado Ítalo Conti.

O SR. RELATOR (Ítalo Conti) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Coronel Moacyr Coelho, inicialmente meus cumprimentos pela excelente explanação que V. S.^a acaba de fazer.

A conduta de V. S.^a à frente desse importante órgão, que é a Polícia Federal, não nos surpreendeu pelos conhecimentos que acaba de nos brindar a respeito do problema fundamental desta CPI, que é a análise e o estudo da escalada terrorista no País.

Mas, temos algumas perguntas práticas e curtas. Inicialmente quero perguntar a V. S^a, Coronel Moacyr: nós nos deparamos, surpresos, e demos certa atenção a uma publicação que saiu no *O Estado de S. Paulo*, oriunda de Brasília, de que militantes explica a estratégia da direita. Então, aparece, aqui: "Nei Mon, militante de direita, que prefere ser classificado como nacionalista revolucionário, afirma: sei quem são os responsáveis pelos atentados às bancas de jornais, Nei Mon, 23 anos, ex-integrante da Marinha, tal, tal,...

Então, perguntaria inicialmente a V. S^a se foi objeto de atenção e de preocupação da Polícia Federal esta publicação, ou melhor esse cidadão? Seria ele um terrorista em potencial, ou nato ideológico, ou seria daqueles lunáticos que muito bem classifica o nosso companheiro, Deputado Erasmo Dias?

O SR. MOACYR COELHO — Por ocasião das explosões das bombas na OAB e na Câmara Municipal, o Departamento recebeu centenas e centenas de denúncias, telefonemas anônimos a respeito de possíveis autores, participantes daqueles atos. O atendimento de algumas dessas denúncias serviu apenas para tumultuar nossas investigações, algumas delas até mesmo criticadas por aqueles que se sentiam por elas atingidos. Então, vou pedir que o encarregado do inquérito complementemente aqui a minha resposta, Dr. José Armando da Costa, encarregado do inquérito dos fatos do Rio de Janeiro.

O SR. JOSÉ ARMANDO DA COSTA — Realmente, no caso dos atentados terroristas do Rio, recebemos especificamente muitos telefonemas anônimos dando conta de possíveis autores desses atentados. E, realmente, todas as investigações que se fizeram em nenhuma delas se chegou a resultados concretos. E não sei se esse caso aqui específico é idêntico, porque somente agora estou, pessoalmente, tendo conhecimento dele.

Devo dizer aos Srs. que, no caso específico do rio, a questão terrorista está com a Secretaria de Segurança, por força de um convênio realizado entre o DPF e aquela Secretaria.

O caso dos atentados na OAB...

O SR. RELATOR (Ítalo Conti) — Com licença, Sr. Presidente. A minha pergunta é específica em relação a esse cidadão e a esta declaração dele. Depois, naturalmente, vêm as outras. Então, eu queria ter a opinião a respeito dessa publicação, aqui, desse Nei Mon, que realmente é de se preocupar. Então, queria que V. S^a somente me respondesse a respeito deste aqui V. S^a acaba de dizer que está tomando conhecimento dessa pessoa neste instante.

O SR. JOSÉ ARMANDO DA COSTA : Perfeito!

O SR. RELATOR (Ítalo Conti) — Então, satisfaz a minha pergunta.

A segunda pergunta, coronel Moacyr: Temos aquela relação dos vários atentados que, ultimamente, constituem a escalada do terror no País. E de todos parece que, até agora, o único que foi desvendado foi o da creche, que afinal descobriram que foi um rapaz, um menino foragido da FUNABEM, que teria entrado na creche, segundo esclarecimento publicado no *O Estado de S. Paulo* a respeito do atentado à cheche israelita, quando houve grande celeuma, parecia que o nazismo estava voltando ao País, face às comunicações daquela imprensa, que o Coronel muito bem citou, imprensa alternativa, e no fim vimos que o inquérito apurou que foi um rapaz que entrou para tirar alguma coisa e acabou fazendo danos e atentados à creche.

Mas, essa série de atentados, que constitui o objeto desta CPI, além de outros, com o que não concordo, porque o português para mim é claro e está aqui: "Além de outros, os seguintes atentados". Então, temos outros. E nesses outros, cada um de nós deve raciocinar de acordo com o seu entendimento.

Mas, perguntaria a V. S^a, Coronel Moacyr Coelho. Nessa série de atentados não houve aquela clássica fase de todo atentado, porque segundo a cartilha do Marighela, que hoje constitui para nós, que estamos lidando com a CPI, quase que um roteiro do terrorismo, ele diz aqui: "Quem não deseja fazer nada a favor para os revolucionários, não vai ter coragem de fazer contra". Então, não houve reivindicação nesses atentados, porque o normal, a técnica, o aconselhável dos atentados terroristas é aparecer uma determinada organização reivindicando aquele atentado para que surta os efeitos. Porque terrorismo, como eu disse no início da minha análise do roteiro, mata um e insultará dez mil". Então, aqui, seria este caso. Então, a minha pergunta: Não houve reivindicação de grupos para nenhum desses atentados? Como V. S^a interpreta isto? Ou seria obra de lunáticos, como diz o Deputado Erasmo Dias?

O SR. MOACYR COELHO — Depende do efeito desejado. Conseguimos resultados também naquele caso do Nordeste, pois estão presos na Justiça cerca de meia dúzia de elementos acusados de terrorismo no Nordeste, presos na Paraíba e em outros Estados.

O segundo é outro que está em curso e que, no momento, depende de decisão da Justiça.

Agora, por exemplo, no caso das bancas de jornais, não precisa aparecer o órgão interessado em promover o terrorismo, uma vez que a intenção era, pelo que se depreende, a intimidação. Então, não se trata de o grupo terrorista promover. Muitas vezes o grupo pratica atos terroristas para buscar promoção e publicidade. Neste caso, por exemplo, das bancas de jornais, não precisava aparecer nenhum autor dizendo que a intenção era, ao que nos parece, a intimidação. Nós, também, não participamos de diversas investigações de atos terroristas, porque temos convênios com várias polícias estaduais, de vez que não podemos no país inteiro arcar com esta responsabilidade com a devida eficácia.

O SR. ÍTALO CONTI — Muito obrigado.

Cel. Moacyr, o Brigadeiro Délio Jardim de Matos, de formação e natureza liberal e democrática, que todos conhecem e reconhecem, ele teve uma frase que diz: não é fácil descobrir terroristas com métodos democráticos". Como V. S^a interpretaria esta frase do nosso Ministro da Aeronáutica?

O SR. CEL. MOACYR COELHO — Eu interpreto como uma frase coerente e justa, porque é realmente mais difícil conseguir resultados com os métodos legais, mas não é impossível, porque as polícias muito bem treinadas, não precisam de métodos extralegais e, em segundo lugar, o que existe realmente em nosso País, é uma espécie de medo, no momento, de intimidação devido a uma orquestração muito bem feita contra determinadas autoridades, especialmente as autoridades dos órgãos de segurança. O que as autoridades dos órgãos de segurança precisam, isto sim, é aprimorar os seus métodos técnicos, não usar de meios extralegais e ignorar esta campanha que existe até contra as instituições de segurança. É mais difícil, realmente, sem usar métodos extralegais, mas não é impossível, desde que a polícia esteja adequadamente preparada. Agora, precisamos, por outro lado, não dar importância a esse bem urdida campanha de descrédito, de intimidação dos órgãos de segurança.

O SR. ÍTALO CONTI — Muito obrigado.

Cel. Moacyr, na exposição de V. S^a nós ficamos entendendo que hoje o terrorismo é o mal do século. Terrorismo é aquilo que podemos dizer que é a mais desumana ação do homem contra o homem. V. S^a, também, nos deu a entender que o terrorismo é global, que o terrorismo é internacionalizado, que se o País, hoje, não está sentindo os efeitos do terrorismo na sua ação total, pode amanhã vir a senti-lo.

Então, eu perguntaria: nós temos leis e órgãos adequados para enfrentar o terrorismo na sua plenitude? Como V. S^a encararia uma lei específica, a exemplo do que existe na Alemanha, Itália, países liberais, como a Inglaterra, que tem os atos necessários para o combate ao terrorismo? Da mesma forma que órgãos entre a polícia e as Forças Armadas, existem órgãos específicos, grupos altamente treinados — como V. S^a disse ali — para este tipo de combate. Então, a minha pergunta é a seguinte: dentro da explanação que V. S^a fez, julga que já se deva estudar, analisar, pensar na necessidade de uma lei, de um órgão específico para amanhã não sermos surpreendidos?

O SR. CEL. MOACYR COELHO — Com a palavra o Dr. José Armando da Costa.

O SR. JOSÉ ARMANDO DA COSTA — Dentro da minha relativa experiência eu lhes diria que não há necessidade de uma lei, afora a de Segurança Nacional, de que já dispomos no momento. Quanto à eficiência que se exige para uma repressão, para o exercício da prisão Judiciária de um crime que foge a normalidade isso é o óbvio não podemos dispor dos mesmos meios funcionais, de que dispomos para reprimir o crime comum e o crime daquela magnitude. Mas, acredito, dentro da minha concepção, que essa coisa pode ser suprida com o preenchimento e aperfeiçoamento de técnicas funcionais. Se nós envolvermos na técnica, pode perfeitamente essa lei coexistir, essa lei favorecer para o bom sucesso das investigações.

O SR. ÍTALO CONTI — Minha última pergunta. Cel. Moacyr Coelho. A Polícia Federal mantém ligações com outros órgãos externos, mantém ligação funcional com países, tendo em vista investigações, tendo em vista ações contra o terrorismo?

O SR. CEL. MOACYR COELHO — A resposta é negativa. Nós não mantemos ligações com órgãos estrangeiros a respeito de terrorismo. A ligação que nós mantemos é com alguns países vizinhos, para o combate ao tráfico de entorpecentes, apenas.

O SR. ÍTALO CONTI — Meus agradecimentos pelas prontas respostas que V. S^a nos deu.

Muito grato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — De acordocom a lista de inscrição, concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro.

O SR. MURILO BADARÓ — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Pela ordem, tem a palavra o nobre Senador Murilo Badaró.

O SR. MURILO BADARÓ — Sr. Presidente, nós tivemos hoje, pela manhã, uma superposição de tarefas que sugerem que V. Ex^a modifique a data da reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque a Comissão com horário superposto às comissões e técnicas permanentes da Casa, realmente cria um embaraço muito grande.

Então, antes que perca a oportunidade, gostaria de solicitar a V. Ex^a que marcasse da próxima vez a Comissão Parlamentar de Inquérito fora do horário das reuniões das comissões permanentes.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Nós teremos a oportunidade, ao final da nossa reunião, de discutirmos exatamente a questão de ordem levantada por V. Ex^a.

Com a palavra, o nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO — Sr. Presidente, demais membros da Comissão, Sr. Cel Moacyr Coelho, a exposição de V. S^a trouxe várias informações sobre um aspecto do terrorismo, que V. S^a classificou muito bem de terrorismo de esquerda. Mas, o objetivo desta Comissão é exatamente o que justifica a sua existência é o aparecimento de um outro tipo de terrorismo, como entre os fatos publicados está a explosão da bomba terrorista na Sede da Ordem dos Advogados do Brasil, causando a morte da secretária daquela instituição. No mesmo dia o atentado à Câmara Municipal do Rio de Janeiro e à sede do jornal *Tribuna Operária*, o seqüestro e a detenção, no DEOPS de São Paulo, do Professor Dalmo Dallari e do Dr. José Carlos Dias, foram objetos de uma ação terrorista; ao saírem de casa foram interceptados por carros desconhecidos, foram presos sem saber por ordem de quem e levados ao DEOPS. E, depois de um dia de detenção, foram liberados sem saber a razão. Dias depois o seqüestro e a agressão física de que foi vítima o Professor Dalmo Dallari, sem maiores explicações. O atentado contra o escritório de alguns Advogados, pseudas depredações em bancas de jornais e outros fatos de intimidação moral, telefonemas, cartas, precisamente a homens que integram a Comissão Justiça e Paz, Direção da Ordem dos Advogados, jornalistas etc, que têm uma posição em defesa dos direitos humanos. Parece-me que este é um outro aspecto do terrorismo e este não foi abordado na exposição de V. S^a, por isso eu gostaria de saber a razão, por que estes fatos não existem, ou V. S^a considera esses fatos na mesma linha do terrorismo anterior?

O SR. MOACYR COELHO — Eu devo ter sido traído pelo meu pensamento — não diria até pela minha inclinação, mas devo ter sido traído pois não tinha intenção de me referir à esquerda. A minha intenção era única e exclusivamente a de me referir especificamente aos subversivos comunistas. Esta era a intenção, porque não faço nenhuma discriminação entre terrorismo de direita ou de esquerda ou terrorismo que não seja nem de direita nem de esquerda e seja puramente de anarquista. Assim, não faço nenhuma discriminação e a minha orientação no órgão que dirijo, há 7 anos, é para apurar os fatos com isenção, imparcialidade e todo o rigor. Então, a intenção não é de caracterizar apenas o terrorismo praticado por elementos de esquerda, qualquer terrorista, de qualquer posição política, é inimigo do País e da sociedade. Considero alguns dos fatos citados por V. Ex^a como de absurda gravidade, como por exemplo o do Professor Dallari, que até hoje desafia a nossa inteligência. Não posso conceber aquele ato realizado durante a visita do Papa e com aquela repercussão. Então quando se faz, quando se procura resposta àquelas três perguntas, temos dificuldades de encontrá-las, tal a aparente falta de inteligência ou o absurdo que levou os seus autores a cometê-los.

A minha resposta para V. Ex^a é que não houve intenção de discriminar terroristas; sejam de qualquer posição, serão sempre inimigos que serão tratados pela mesma maneira pelo nosso órgão.

O SR. FRANCO MONTORO — Mas V. S^a reconhece que se trata de um novo tipo de terrorismo com o objetivo visível de impedir a abertura democrática?

O SR. MOACYR COELHO — Perfeitamente. Não investigamos, por exemplo, as explosões nas bancas de jornais, as investigações ficaram afetas às respectivas secretarias, dado termos apenas um quarto do efetivo de que necessitamos. Mas o nosso raciocínio, qualquer raciocínio lógico, deve levar à nossa crença de que esses atos são realizados por elementos de posição de direita, muito embora pudessem até ser feitos por outros para, vamos dizer, utilizarem a transferência de culpa, mas não, os atos devem ser atribuídos, devem ser investigados mais entre elementos de direita. Uma coisa é preciso frisar: a finalidade, a maneira de realizar é inteiramente diferente daquele que ocorreu naqueles três atentados. Esses das bancas, até pouco tempo atrás, didaticamente, doutrinariamente, eram classificados até de sabotagem, nem era

considerado terrorismo, hoje é que se ingloba tudo na classificação terrorismo. Mas aqueles não visavam danos pessoais, apenas materiais, mas admito que sejam feitos até por elementos que não sejam de esquerda.

O SR. FRANCO MONTORO — Eu me permito continuar no mesmo ponto para pedir a colaboração de V. S^a. Trata-se de um tipo de terrorismo diferente, o próprio Senhor Presidente da República reconheceu, expressamente esse caráter, ao afirmar: "Nem mil bombas o impediriam de levar adiante a obra de normalização democrática e realização de eleições". Trata-se de um terrorismo diferente, como V. S^a reconhece e, por isso, deve ser também investigado, combatido, de forma diferente. Acontece que pelos meios normais eles não foram...

O SR. MOACYR COELHO — Não foram pela Polícia Federal, mas foram pelas outras polícias.

O SR. FRANCO MONTORO — Mas de tal forma não satisfatória que esta Comissão se constituiu para chegar a esse resultado, é aí que peço a colaboração de V. S^a dois advogados são seqüestrados e levados ao DEOPS e permanecem lá durante um dia; no fim a informação foi de que houvera um equívoco, um engano e não houve novas investigações. A suspeita recai sobre o próprio DEOPS, porque recebeu os homens que foram levados e os manteve ali, praticamente detidos, durante muitas horas. Exatamente por isso é que se justifica uma CPI para apurar aquilo que não foi apurado por um órgão que, se não é acusado, fica, pelo menos, com uma civa de suspeição.

Qual a providência que a Polícia Federal tomou em relação a isso ou poderia tomar em colaboração com os objetivos desta Comissão, que é exatamente a de se apurar a autoria desses fatos, não apenas para identificar os responsáveis e fazer com que eles respondam pelos seus atos perante os tribunais competentes, mas, também, impedir que novos fatos se realizem fundados em impunidades daquelas violências anteriores?

O SR. MOACYR COELHO — Eu me tranquilizo porque a pergunta de V. Ex^a se refere a um outro órgão...

O SR. FRANCO MONTORO — Mas que está na dependência...

O SR. MOACYR COELHO — ... e como li a relação dos outros depoentes, espero que V. Ex^a tenha oportunidade de esclarecê-la e me poupar de tecer considerações a respeito de uma organização irmã da Polícia Federal.

O SR. FRANCO MONTORO — A pergunta será refeita...

O SR. MOACYR COELHO — Mas posso complementar. Eu não poderia, de ofício, promover qualquer investigação sobre um ato que já se desenvolve em outra polícia e nem seria ético. Temos o maior respeito por aquela organização e a consideramos uma das melhores polícias do País, até por que as nossas preocupações lá são menores do que em outros Estados, pela garantia que ela pode nos proporcionar. Então, não faríamos nada que pudesse violentar qualquer questão ética de nosso relacionamento.

A minha autoridade não é bastante para intrometer-me numa investigação procedida por outro órgão. A única autoridade que pode determinar isso é o Sr. Ministro da Justiça...

O SR. FRANCO MONTORO — Ou esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. MOACYR COELHO — Desta vez é V. Ex^a quem me ajuda.

O SR. FRANCO MONTORO — Eu ajudo, pedindo que nos ajude, porque esta função de fiscalização de repressão etc. é exercida por outros órgãos. Esta Comissão tem, precisamente, o objetivo de exercer uma das funções do Congresso Nacional, que é a função fiscalizadora dos atos de toda a Administração Pública. Mas as respostas de V. S^a já nos encaminham para uma indicação nesse sentido e eu não posso deixar de registrar que, depois da constituição desta Comissão, por coincidência realmente, diminuiu essa escalada (inaudível) para este propósito de impedir a abertura democrática. A Comissão tem também aquilo que se poderia chamar ação catalítica — atuar com presença. O fato de existir um órgão, com os poderes de uma comissão parlamentar, integrada por Deputados e Senadores, representando todos os Partidos, significa que há uma preocupação com essa escalada que pode ter consequências gravíssimas para o desenvolvimento do País.

Apenas a título de curiosidade, se V. S^a puder nos responder gostaria que nos esclarecesse; V. S^a fez duas afirmações, uma de que alguns banidos e anistiados de hoje estimulam e defendem a luta violenta e a luta terrorista. Como a afirmação foi vaga pediria a V. S^a que nos desse quais são esses órgãos e quais são os banidos que assim atuam?

O SR. MOACYR COELHO — Eu poderia ter trazido até alguns dados estatísticos e nomes, mas realmente não os trouxe. Eu aprecio, em particular, a pergunta que V. Ex^a me fez porque essas ações terroristas contra essas ban-

cas de jornais elas se realizam, nos parece, devido ao excesso de liberalidade, ou à falta de uma lei eficaz, aí eu não sei, que impeça que esses órgãos puguem abertamente a luta armada e a violência, sem providências de quem quer que seja. Não existe a censura política desde o fim do AI-5 e a censura de moral e costumes está diretamente entregue à Divisão de Censuras e Diversões Públicas, ao Conselho Superior de Censura e ao Ministro. A Polícia Federal nada tem a ver mais com censura de espécie alguma, graças a Deus. Nós é que pedimos, porque o Brasil figurava, aliás era o único País do mundo onde a censura estava na Polícia. Mas, o excesso de liberalidade dessa gente pregar a luta armada, não se opor ao Governo, de maneira alguma, mas de pregar a luta armada, a violência, de atingir autoridades sem nenhuma providência, talvez tenha sido o grande móvel desses atos terroristas. E aí perguntei uma vez ao falecido Ministro Petrônio Portella: será justo que as autoridades permitam que esses órgãos subversivos façam autocritica e se organizem, como estão se organizando, puguem a violência, a luta armada para a derrubada do Governo e somente na hora em que eles vierem a atuar concretamente, as autoridades os eliminem? Ou seria melhor providências que evitassem essas medidas que hoje estão sendo adotadas por ele? Então, a minha grande dúvida é sobre o direito, mesmo numa democracia liberal, que esses órgãos têm de pregar a luta armada. Concretamente, é só V. Ex^a consultar a relação dos editores e colaboradores e verá quantos voltaram do exterior e vivem pregando a luta armada.

Não me lembro qual foi o cinema de São Paulo, mas talvez o ilustre Deputado Erasmo Dias talvez se lembre, onde, numa comemoração em fins do ano passado — não sei se foi o Apolônio de Carvalho — para milhares de pessoas pregou abertamente a luta armada e foi divulgada pela imprensa. O que eu sei sobre luta armada, sobre uma série de coisas é o que eu li na imprensa; não disponho, e particularmente, nem tenho tempo para isso, de nenhum órgão sigiloso que me forneça relatório. Então, basta V. Ex^a comparar a relação de editores e de colaboradores pregando a luta armada com a posição deles anteriormente, que eram ex-banidos e ex-refugiados e ver onde se realizou aquela comemoração no Braz — se não me engano — no cinema do Braz, onde foi pregada abertamente a destruição das instituições por intermédio da luta armada.

O SR. FRANCO MONTORO — Mas V. S^a inclusive não respondeu à pergunta: os nomes e os órgãos?

O SR. MOACYR COELHO — Isto eu vou tirar dos editores da imprensa — pois disse a V. Ex^a que eu não trouxe — essa alternativa e vou dizer: Fulano de tal, banidos, etc., e trarei os artigos para V. Ex^a, posteriormente.

O SR. FRANCO MONTORO — Para a Comissão isso seria interessante — não para mim — essa relação para podermos inclusive apurarmos os fatos.

O SR. MOACYR COELHO — Fico devendo isto a V. Ex^a

O SR. FRANCO MONTORO — V. S^a também falou de países que preparam, alimentam a atividade terrorista. Pediria a V. S^a que também concretizasse.

O SR. MOACYR COELHO — Só não citei os países aqui porque não quero um problema com o Ministério das Relações Exteriores, mas também é o que eu li. Agora, por acaso, recebi este, ontem: “há, agora, clara evidência — disse o autor — da última década da União Soviética e seus satélites proporcionam apoio aos terroristas pelo mundo”. Quer dizer, nós temos problemas dos Árabes, temos problemas de Cuba, tivemos aqui algumas pessoas treinadas em Cuba, alguns brasileiros treinados em Cuba, tivemos então alguns exemplos que poderei fornecer ao nobre Relator.

O SR. FRANCO MONTORO — V. S^a não inclui países como Argentina e Chile em atividades semelhantes, onde houve inclusive o caso da prisão de cidadãos, feitas no Rio Grande do Sul, parece que evidentemente com outras organizações. Parece que nós deveríamos examinar essas atividades terroristas, apontando, quer o terrorismo de direita, quer o terrorismo de esquerda e não omitir alguns e, nesse sentido, é que eu pediria a V. S^a que nos desse algumas relações tão completas quanto possível, para que nos pudéssemos saber qual as informações que, com o posto de observações que V. S^a tem nós poderíamos conhecer para enfrentarmos melhor esse problema que, no caso concreto, se volta para aqueles que impedem. Nós achamos, e insisto nisso, que uma das causas principais do terrorismo é a ausência de um mínimo de liberdade e de respeito a direitos políticos. Lembro o exemplo da Venezuela e Caracas era, talvez, a capital do terrorismo; não se passava uma semana sem que houvesse um atentado, uma violência e o Presidente Caldera, eleito democraticamente, fez um apelo a todos os terroristas, guerrilheiros, etc. que viessem a defender publicamente as suas idéias, as suas soluções, através de partidos e declarou aberta a organização de todos os partidos políticos da-

quele País. Praticamente, desapareceu o movimento terrorista, organizaram-se partidos e aqueles que eram apontados como grande ameaça ao País, como por exemplo o partido comunista, concorreu às eleições e teve 1% dos votos, elegeu um Deputado e dos Executivos parece que não recebeu ninguém, mas se instaurou um clima de liberdade que, a nosso ver, é a melhor forma de se combater todas as modalidades de terrorismo. É por isso que insisto em não ficarmos apenas com um dos lados do terrorismo.

O SR. MOACYR COELHO — Constitui objeto de preocupação, aliás de grande preocupação nossa, a movimentação de argentinos e uruguaios em nosso País. Eles vêm para o Brasil sob o manto da Comissão de Asilados e Refugiados da ONU; recebem os nossos documentos provisórios até que obtenham um país para seguirem o seu destino, mas eles nunca se interessam em seguir destino, até porque os que não são líderes levam uma boa vida, porque recebem mensalmente por intermédio de algumas entidades religiosas uma remuneração mensal. E os líderes, os de maior categoria, têm os seus proventos garantidos pelos juros, auferidos pelos movimentos, pelos assaltos a bancos, etc. Então, informo a V. Ex^a que temos preocupação também com essa gente. Não temos, contudo, nenhum elemento concreto que nos faça temer argentinos e uruguaios e nos preocupamos igualmente com isso.

Sr. Presidente, eu teria outras perguntas, mas como há outros inscritos, peço apenas que seja remetida, por escrito, a relação com a indicação concreta dos nomes e dos órgãos.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Com a palavra o nobre Deputado Erasmo Dias.

O SR. ERASMO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, meu caro amigo Moacyr Coelho:

Queria, inicialmente, fazer um ligeiro intróito aduzindo à sua bela explanação, dizendo entender perfeitamente que o Brasil conhece de sobejo o terrorismo, o comunista que ensanguentou esta Nação, cujos métodos e processos estão hoje na literatura, às escâncaras, tanto em gênero, prosa e verso; sob a sua filosofia de que assassinar é fazer justiça, que roubar é expropriar, de que o fim justifica os meios, não iríamos aqui nos delongar.

Aliás, até tomamos a liberdade de propor a esta CPI a convocação de cinco terroristas, três deles regenerados, e dois deles extremamente atuantes, um ex-sargento do Exército e um outro participante de guerrilha rural; guerrilha urbana e guerrilha rural; eles virão aqui também contribuir, assim esperamos nós, para esclarecer a fundamentação ideológica daquele período triste que a Nação assistiu.

Haverá muita oportunidade de dissertarmos o que realmente é esse terrorismo.

Conhecemos, realmente, o terrorismo de esquerda, comunista, muito bem identificado, até com ideologia; a esquerda armada no Brasil, a que V. S^a citou, eu conheço quase que de cor; lá não há uma página em que não venha o *slogan* da doutrina: nós não assassinamos, nós fazemos justiça; nós não roubamos, nós expropriamos; ao guerrilheiro tudo é dado se fazer, porque a luta para exterminar faz parte da sua própria afirmação.

Mas, como eu dizia, inclusive, em termos teóricos de colocação de terrorismo, alguma coisa me parece extremamente interessante e que, no meu entender, viria colaborar com o propósito específico a que se deve até a instalação desta Comissão, se bem que todos os subsídios anteriores só nos darão luz. Há realmente, não se pode negar, alguns indícios seguros de um novo tipo de terrorismo que, graças a Deus, como bem afirmou o nobre Senador Franco Montoro, por essa ou aquela causa, tudo indica que tenha se retraído e Deus permita que tenha mesmo.

Assistimos, em 66, 67 e 68, fatos semelhantes a esses, incêndio disso, incêndio daquilo, bombinha aqui, bombinha lá e no fim vimos aquele período triste de 69 até 72. Há uma fase sem preliminar de condicionamento, de alienação, de vendagem, de amostragem, digamos de empolgação, a dados tipos de minoria que vão se alastrando e às vezes caem na vala comum desse terrorismo estúpido que a Nação assistiu.

Mas, um fato é notório, tudo isso aqui é elementar por certos tipos de minorias, por uma inteligência, seja ela esquerdista ou direita, mas no Brasil essencialmente esquerdista e posso afirmar alto e bom som. Há determinados condicionamentos feitos por certas minorias, outras tantas minorias alienadas e inconformadas, condicionadas, elas se alimentam disso tudo e partem para a ação.

Mas, no Brasil, as minorias que têm estado extremamente atuantes nessa inteligência têm sido de esquerda e de extrema esquerda. E posso afirmar, ao nobre colega Moacyr Coelho, que neste Congresso já estou cansado de ouvir pregação da tribuna da Câmara de derrubada do regime e, de modo direto ou indireto, usam qualquer tipo para instalação do novo pacto social, novo pacto econômico, quer dizer, numa inversão total e completa do regime que às

vezes, aliada a essa outra literatura, hoje cantada em gênero, prosa e verso, haja desencadeado em outras tantas minorias alienadas, inconformadas, e condicionadas, atos desse tipo. Se bem que de todos os fatos arrolados para esta Comissão me parece extremamente grave, naturalmente os outros todos são graves, na maior ou menor amplitude, o atentado à OAB no Rio de Janeiro, que para mim foi obra de um odois fanáticos condicionados por essa minoria de esquerda que diuturnamente pregam a derrubada do regime e talvez temerosos, alienados, porque o regime fica em perigo, partem para esse tipo de ações idiotas, espúrias, que hão de ser por nós recriminadas em qualquer tempo, qualquer espaço.

Mas, é um fato que eu acho que deva ser registrado. Há uma movimentação diuturna de ações e reações de minorias inconformadas que às vezes desencadeiam isso, e a buscar os efeitos, em que detetamos, inicialmente, as causas; há que buscar no comportamento dessas minorias, e aí eu também comungo em gênero e grau com V. Ex^a.

Essa imprensa nanica aí não faz outra coisa do que condicionar determinados tipos de outros alienados condicionados a essas ações estúpidas de atentados a bancas, ou a esse ou àquele outro. Hão que ser repudiados logicamente, ninguém está aqui para aplaudir isso; eu estou aqui apenas colaborando; quer dizer, esse condicionamento, de certas minorias que diuturnamente pregam a derrubada do regime têm, de um modo direto ou indireto, contribuído para essas ações, desses paranóicos, desses lunáticos.

Se houvesse uma espécie de consenso maior da Nação de aceitar que nós próprios, digo alguém integrante do Governo, bem intencionado em que a Nação não assista a terrorismo de direita ou de esquerda, diuturnamente pregando a instabilidade do regime, a inconfiabilidade do regime, o descrédito das autoridades e usando das armas mais estúpidas e eu tenho sido, — desculpe falar na primeira pessoa — vez por outra, alvo dessa coisa toda. Esse nanico jornal *O Repórter* já me acusou de fazer atentado ao *Estadão*, como se fosse um homem de direita.

Vou trazer para sentar aqui o indivíduo que colocou a bomba no *Estadão*, Sargento Pedro Lobo de Oliveira, em depoimento prestado no Juízo da Auditoria Militar em São Paulo. Outro jornal nanico, comunista, *A Hora do Povo*, disse que eu tenho dinheiro na Suíça; já fiz até delegação para ir buscar o dinheiro, com correção monetária, com juros, e use que dou o aval todo para ele.

De modo que essas coisas todas geram, às vezes, determinados tipos de condicionamento, e eu respondo até por mim, que tenho vontade, às vezes, de colocar fogo num jornaleco desses, numa banca, porque ofendendo minha moral, me caluniando, me injuriando, que ação quer que eu tenha? E diga-se de passagem, não vou me alongar muito, estou processando o editor de *O Repórter*, há três anos, estou processando na justiça, usando os métodos legais, e até hoje não tenho notícia disso tudo.

De modo que, é preciso entender até que ponto certos tipos de minoria que deveriam estar engajados na abertura democrática, na busca de alguma paz e tranquilidade social para o futuro, vêm alimentando-nos com ensinamentos de algum alienado, algum energúmeno desses, que parta para isso, antes de ser realmente reprovado.

E eu, sinceramente, em todos esses atentados que têm aqui o que me pareceu mais grave, que devia, realmente, e tenho certeza que a Polícia Federal está encarando, está investigando, e sei como é difícil chegarmos a bom termo em tudo isso, mas não tenho dúvida de que isso deve ser repudiado. Agora, também não posso admitir que nas entrelinhas e nas vírgulas há o terrorismo de esquerda, comunista, que vez por outra queira se imaginar um pretenso terrorismo de estado como se houvesse autoridade neste País que fosse conivente com o apoio desse tipo, respondendo pela honestidade de alguns elementos que, às vezes, nessas reações um tanto quanto lunáticas de pensar que o regime está à beira do caos, parte para essa coisa estúpida e essas ações idiotas.

E, finalmente, um dos pontos que me parece importante, e eu queria aproveitar esta CPI, e talvez outra oportunidade eu não tenha, o que falta, às vezes, também aqui no nosso Brasil é que fosse conhecida da grande população o que foi realmente o terrorismo no Brasil.

Há pouco comentávamos e já tenho feito sugestões desse tipo até para todos os órgãos da República, o Uruguai, a Argentina e acho que até o Chile, editaram, oficialmente, um repositório de todas as ações terroristas, comunistas, que inundaram aquelas nações e são hoje em dia do conhecimento público.

O Brasil até hoje não se ateve de que deveria dar à luz, através dos órgãos competentes, ou o Conselho Nacional, o Estado-Maior das Forças Armadas, o SNI, um repositório honesto, franco, leal, do que foi realmente o terrorismo para que a Nação conheça. E inclusive para fazer frente a essa baboseira dos seus Gabeiras, dos seus editores outros, que em qualquer livreria dessas

áí, cantam em gênero, prosa e verso, o que foi a epopéia e nós preocupados aqui com pretensas intimidações telefônicas que eu recebo todo dia e toda hora. Se eu fosse me preocupar com intimidações telefônicas e outras tantas, hoje em dia, eu não estaria nem vivo.

É preciso, também, dar seriedade a esta CPI para, realmente, naqueles casos que merecem apuração, como é o caso do atentado à OAB, e não ficar — para mim, na minha opinião sincera — com outros tipos de ações aqui que, talvez, seja até de medida disciplinar, ou até de internação em hospital psiquiátrico de alguns elementos desajustados que andam no nosso meio. Também concordo, têm por finalidade desestabilizar o regime, lançar o descrédito, a desconfiança e, que às vezes, — para encerrar — também não me tira a grande suspeita de haver alguém com uma larga vivência no passado, neste ou naquele caso, de aproveitar este caos, que é outro lado negativo, para mais conturbar a solução disso tudo que, em última hipótese, deve ser realmente o nosso objetivo.

São essas as apreciações; eu não queria fazer perguntas a V. Ex^a, queria, apenas, dar mais esses elementos porque tenho a impressão de que, se não servem para uma argumentação, servem para se englobar no contexto geral da exposição de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Com a palavra o nobre Deputado Euclides Scalco.

O SR. EUCLIDES SCALCO — Sr. Presidente, Sr. Relator desta CPI, ilustre Sr. Coronel Moacyr Coelho:

Acompanhamos com atenção a exposição que V. S^a fez, e nos assaltou a mesma preocupação do Senador Franco Montoro. V. S^a fez uma exposição histórica do terrorismo de esquerda, e a nossa proposição foi a de investigar a escalada terrorista; não interessa de qual setor ela venha, mesmo porque nós, como democratas, quando propusemos esta CPI foi no sentido de trazer à Nação uma contribuição para os fatos que estamos presenciando.

Também me satisfizeram as respostas que V. S^a, deu ao Senador Franco Montoro, dizendo que admite a participação do terrorismo de direita, que ele existiu e que está aí presente nos nossos dias.

Uma pergunta que eu faria a V. S^a, Coronel Moacyr Coelho: de um modo geral todos os atentados de esquerda foram elucidados; mesmo porque no rol das pessoas que deporão nesta CPI há vários terroristas de esquerda, que estão equacionados para trazerem os seus depoimentos. Há inúmeros fatos que ocorreram no passado e no presente próximo que não foram esclarecidos. Por exemplo, o atentado a Dom Hipólito, Bispo de Nova Iguaçu, até hoje não foi esclarecido; a explosão na catedral de Nova Iguaçu até hoje não foi esclarecida; o seqüestro de um padre palutino, que era vigário de Prudentópolis, no meu Estado, o Paraná, e no Estado do ilustre Relator, até hoje não foi esclarecido; as cartas de ameaça, de responsabilidade da CCC e da corrente Ala-233, que foram de profusão neste País, nos últimos anos até hoje ninguém descobriu a sua origem. Então, eu gostaria de fazer uma primeira pergunta a V. S^a: por que, de um modo geral, os atos de esquerda foram elucidados e esses atos, tidos como de direita, até hoje não foram clarificados?

O CORONEL MOACYR COELHO — Eu acredito que a dificuldade de apuração esteja diretamente vinculada ao nosso ainda insuficiente preparo para esse tipo de averiguação. Mas, a verdade é que, entre os que investigamos, ainda não apuramos os mais difíceis. Aqueles 6 ou 7 acusados do Nordeste, pelo que se sabe não são homens de posição de esquerda. Então, não prevalece a intenção de que a polícia só apura terrorismo de esquerda. Ela só apura aqueles que ela consegue apurar. Também sabe V. Ex^a que muitos casos não são afetos à Polícia Federal, e eu aqui só respondo pela Polícia Federal. Cito o caso do Nordeste porque foi um delegado da Polícia Federal quem começou as investigações na Paraíba, e entrou a Polícia Federal porque a atuação se desenvolvia em vários Estados. E, de acordo com a legislação, esse caso competia à Polícia Federal, assim como outros, relacionados a vários Estados da Federação; então, apuramos com o mesmo rigor.

O atual caso em discussão, que não nos compete aqui tratar do futuro, mas do presente, que é o atentado à OAB, embora fôssemos fustigados de todas as maneiras, aí, sim, porque desejavam que o terrorista fosse encontrado em determinada classe, em determinada categoria, procuramos investigar com toda a isenção, e chegamos a um homem, como o indiciado, que não é, possivelmente, não paracer ser de esquerda. Não se sabe do resto do procedimento porque o caso está entregue à justiça, mas nós investigamos com isenção. Então, a resposta por que não descobrimos isso, eu não posso dizer a V. Ex^a. A minha resposta é a de que a Polícia Federal apura com isenção qualquer tipo de terrorismo.

O SR. EUCLIDES SCALCO — Continuando, eu tomei a liberdade de fazer esta pergunta, mesmo porque V. S^a, justificando a sua exposição, disse que foi traído pela sua própria posição. De sorte que, para nós, aqui na CPI, é

importante que se esclareçam fatos dessa natureza. Porque, como essa CPI foi instalada com isenção de ânimos, ela não tem como pressuposto definir quem é terrorista de esquerda ou de direita, mas o terrorista em si. É por isso que eu fiz essa pergunta, porque, de um modo geral, todos os terroristas de esquerda estão aí conhecidos e os de direita ou os terroristas que não tenham uma qualificação, assim como vários atentados não foram esclarecidos.

O CORONEL MOACYR COELHO — Eu queria colaborar com V. Ex^a, complementando que, referente ao fato de Nova Iguaçu, o Secretário Geral da CNBB, Dom Luciano, se queixava da mesma maneira e eu pedi que a Igreja, especialmente Dom Hipólito, colaborasse com algum dado. Veja V. Ex^a, se o próprio padre não nos pode fornecer nenhum subsídio para investigação, não nos pode fornecer nenhum elemento para investigação, V. Ex^a há de concluir, daí, da dificuldade de se chegar a um resultado positivo.

Não precisa ser especializado, mas todo mundo sabe que o terrorista saboteador pode escolher oportunidades; eles têm o privilégio da iniciativa, eles podem fazer um planejamento durante o tempo que quiserem, e quando fazem um trabalho direito é muito difícil chegar-se a um resultado.

E mais ainda, toda vez em que, acodadamente, as polícias se metem a fazer prisões indiscriminadas, como ocorreu na Irlanda do Norte, em que só num dia foram presas 342 pessoas, o resultado é inteiramente negativo.

Então, caminhamos com muita cautela; estamos desenvolvendo uma série de investigações e, logicamente, são investigações que são procedidas no nosso âmbito e com o maior sigilo possível, porque não consideramos esses casos encerrados; nós continuamos a investigar. Agora, é preciso que se reconheça a dificuldade que existe em encontrar solução para esses casos.

Referi-me ao caso do IRA porque conheço a polícia inglesa, considero-a no mais alto nível, e dos 342 presos, eles só ficaram com 12 para ouvir, porque trezentos e trinta e poucos nada tinham a ver com o caso. Quer dizer, foi muito ruim. Então, nós, com muita cautela, continuamos a investigar. Nós não abandonamos esses outros casos, quero informar ao ilustre Deputado.

O SR. EUCLIDES SCALCO — Continuando, queria fazer também uma comparação. V. S^a, Coronel Moacyr Coelho, na sua exposição, fez um histórico sobre terrorismo de esquerda. Fugiu, no seu todo, do propósito do requerimento que constituía essa CPI. Havia coisas específicas, e a elas V. S^a não se referiu. Então, gostaríamos que V. S^a nos desse elementos, que não conhecemos através de informação de jornal, e acho que essa CPI foi feita para isso, mesmo porque, ao iniciar, por lembrança do ilustre relator, o depoente faz um juramento de dizer a verdade.

Quais são as elucidações, e os encaminhamentos que a Polícia Federal fez nos casos do atentado à Ordem dos Advogados do Brasil, em que foi vítima de morte dona Lydia, e à Câmara dos Vereadores, em que ficou mutilado o secretário do Vereador Antonio Carlos?

O SR. MOACYR COELHO — Trouxe aqui o encarregado do inquérito, acredito que seja a pessoa mais indicada para responder a V. Ex^a. Apenas quero dizer que quis aproveitar a minha exposição, cujo tema era a escalada do terrorismo e eu o considero muito importante. Pode ser que as minhas considerações não sejam válidas, que esta CPI deve chegar a um trabalho conclusivo, e que, ao abordar o problema de terrorismo no Brasil, possa fornecer subsídios também para combatê-lo. E eu pretendia apresentar aqui, não sei se o fiz, tópicos que acredito não sejam do conhecimento de todos ou de muitos dos senhores. Muito mais fácil para mim seria preparar um relato sobre quatro ou cinco casos, e acredito que a contribuição seria muito menor para uma CPI, que deve apresentar subsídio, do que o trabalho que apresentei aqui. Para responder à pergunta de V. Ex^a sobre o inquérito da OAB, está aí o Dr. Armando, que é o encarregado do inquérito.

O DR. ARMANDO — Gostaria, se possível, que V. Ex^a detalhasse algumas perguntas, porque caso contrário terei que fazer uma exposição de todo o trabalho e não sei se isso vai resultar em delongas. Se V. Ex^a pudesse especificar alguma questão a respeito do caso da OAB, estarei aqui à sua disposição.

O SR. EUCLIDES SCALCO — Na exposição da pergunta eu a limitei. Se o ilustre Coronel, através de V. S^a, tem elementos que a gente não conheça e que foram publicados pela imprensa. Já que V. S^a, com a experiência que tem, dirigindo um órgão da importância que dirige, acho que tem plena capacidade em responder essa pergunta.

O DR. ARMANDO — Inicialmente, tenho a dizer que tudo aquilo que foi relevante foi levantar o inquérito. Obviamente que num trabalho dessa envergadura tivemos que fazer muito para colher o mínimo. Diria até que o inquérito hoje representa apenas 10% daquilo que se fez. Ora, se 10% representam aquilo que se fez e o inquérito é um trabalho de polícia judiciária, aberto para apurar o autor e o fato do evento criminoso, logicamente a revelação daquilo que ficou extra-inquérito, é porque não tem relevância nenhuma. Então

eu lhe diria, para ser mais preciso: investigações feitas por nós, investimentos em pistas que não levaram a nada, acho que não interessa à Nação saber. Eu diria que nós, sem que tivéssemos preconcebido de quem teria partido, iniciamos pela parte sensível deixada pelo crime, que foram os vestígios materiais encontrados nos vários locais dos eventos, e dali partimos para o desenvolvimento de um trabalho técnico, coadjuvado pelas pistas deixadas pelos vários vestígios, e ajuntando a um mundo imenso de possibilidades, sem que isso estivesse dirigido para o bloco A, B ou C. Mesmo porque, dentro do Direito Penal, é até irrelevante saber se o crime partiu de um homem preto ou de um homem branco, de um homem de esquerda ou de direita. Para o Direito Penal, é relevante, principalmente no que pertine ao trabalho de polícia judiciária, apenas estabelecer a apuração do evento criminoso em si e de sua autoria. Para o Direito Penal, tanto faz esse autor ser de direita ou de esquerda. De forma que, revelar outros dados que nós temos, será o zero, porque se eles tivessem representando alguma coisa, estivessem fora do inquérito, então eu viria aqui revelar de público a minha omissão, porque eu não teria realizado o meu trabalho corretamente, porque se a minha missão era exatamente pegar algo de positivo, vestígios, indícios que apontassem alguém, esclarecessem essa autoria e se eu não tivesse no momento oportuno, que era o momento de ter relatado o inquérito, se eu não tivesse catalogado esse indivíduo até lá, eu viria aqui perante V. Ex^a confessar uma omissão de minha parte. Não sei se respondi à sua pergunta.

O SR. EUCLIDES SCALCO — Pela resposta de V. S^a chegamos à conclusão de que, com relação aos atentados do Rio de Janeiro, estamos no mesmo pé do dia em que ocorreram. Mas há uma pessoa presa, o Sr. Ronald Watters, como sendo o presumível responsável pelos atentados. O que o ilustre Coronel, através de V. S^a, tem a nos dizer a respeito disso? Se uma pessoa está presa é porque algum indício ou suspeita pesa sobre ela.

O SR. MOACYR COELHO — Mas, as razões que indiciaram Ronald Watters não ficaram fora do inquérito. As razões de indicição de Ronald, estão todas catalogadas dentro do inquérito e que hoje, por força da lei, é até peça pública, porque já está ajuizada. Pretendia responder à questão que V. Ex^a fez, a respeito daquilo que a imprensa ou ninguém mais soubesse. Então, estou julgando que tudo aquilo de positivo que foi carreado para o inquérito, esse resultado já foi amplamente divulgado pela imprensa, já é público hoje, já está devidamente ajuizado, a instrução já prossegue e, inclusive, o meu relatório chegou a ser, quase que na sua íntegra, publicado em jornais.

Então, se V. Ex^a quer que eu aqui descreva as razões, os motivos que nos levaram, aí é outra coisa.

Entendi que deveria responder à sua indagação justificando aquela parte que não foi levada ao conhecimento público.

Reprisando: tudo o que foi relevante, tudo o que foi ponderável juridicamente, foi carreado para o inquérito.

O SR. EUCLIDES SCALCO — Continuando a minha intervenção, eu queria fazer uma referência à exposição do ilustre Coronel Moacyr Coelho. Por uma questão de dever, mesmo porque sou representante da região do Paraná, que é agrícola, uma região cheia de problemas no passado, quando V. S^a falou que existe o terrorismo ligado ao problema de terras.

— Acho que este problema é muito mais complexo do que uma afirmação de que é possível de terrorismo. O problema de terras do Brasil é uma problema que se arrasta deste o seu descobrimento e não será de imediato que ele será resolvido. Mesmo porque existe interesses outros, que não o do homem que vive da terra, que estão em jogo, e nós todos conhecemos muito bem o problema do sistema fundiário brasileiro.

Mas, quero fazer uma manifestação dizendo que V. S^a me deu o direito de discordar da sua colocação, porque, conhecendo o problema da terra, como conheci na minha região, no sudeste do Paraná, onde o agricultor, em 1957, depois de uma ação de verdadeira chacina de jagunços, que acobertavam companhia de terras, que eram por sua vez respaldado, pelo Governo do Estado e pela polícia militar desse governo, e foi com uma ação de desespero que os agricultores daquela região, — e isso ocorre em outras regiões, do país, atualmente, — chegaram a uma revolta, destruindo completamente os escritórios das companhias comerciais, expulsando esses grileiros, e é bom que se note que, naquela oportunidade, as Forças Armadas, através do Batalhão de Joinville, e do 3 RI de Ponta Grossa, deram respaldo ao agricultor. Foram deslocadas tropas para aquela região, inclusive o nosso colega, aqui, comandante na oportunidade em Joinville, se deslocou para a região, para defender os agricultores, contra os grileiros de terra.

Então, o problema não é de terrorismo, é que, atualmente, nas regiões conflagradas no norte de Goiás, sul do Maranhão, e Pará, criou-se o GETAT, por proposta do Coronel Sebastião Rodrigues de Moura, mais conhecido por Dr. Curó, porque o Coronel Sebastião Rodrigues de Moura, quando Capitão foi comandante da unidade que existe na cidade de Francisco Bel-

trão, que era sede do GETSOP, o grupo de terra que foi criado para legalizar a região em litígio, e foi copiado o mesmo estatuto do GETSOP para criar o GETAT, através do Conselho de Segurança Nacional.

Então, quero dizer aqui, e não podia deixar de fazê-lo, e não é uma pergunta, mas uma experiência vivida, de que os movimentos de terra, não são terroristas, mas de agricultores que, expulsos, procuram terras devolutas, que o Estado deveria regularizar, para encontrar uma maneira de sobreviver. Era uma colocação que eu queria fazer aqui com relação à sua exposição, por não concordar que os movimentos de trabalhadores da terra, sejam enquadrados como movimentos terroristas.

O SR. MOACYR COELHO — Decididamente, devo ter sido infeliz na minha exposição, porque o que eu quis caracterizar, foi a denominação, a diferença, entre o terrorismo político e o chamado terrorismo criminal. E como ocorrem assassinatos, incêndios de casas, seqüestros, e outros crimes desta natureza, movidos por problemas de terra, eu quis exemplificar, exatamente, pela gravidade do problema fundiário, que provoca este tipo de terrorismo criminal, eu quis citá-los como exemplo.

Conheço bastante bem os problemas fundiários, e as dificuldades para resolvê-los. Jamais seria capaz de minimizá-los. A semana passada estive em Imperatriz, Redenção, Conceição do Araguaia, Cumaru, Xambioá e Marabá. Instalei uma delegacia em Marabá, há pouco tempo, vou dobrar seu efetivo, vou instalar uma segunda em Imperatriz. Vivo em ligação constante com os Estados. Então, conheço o problema bastante bem, e seria incapaz de minimizá-los. Apenas, citei os crimes cometidos, por problemas de terra, e os classifiquei como terrorismo criminal, de acordo com os estudiosos que escrevem, que estudam didaticamente esses problemas.

O SR. EUCLIDES SCALCO — Era o que eu tinha a colocar e agradeço as respostas dadas.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Concedo a palavra ao Deputado Pêricles Gonçalves.

O SR. PÊRICLES GONÇALVES — Sr. Presidente, (Inaudível, fora do microfone) — Sr. Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, gostaria de dizer a V. Ex^a que a sua exposição agradou-me, de um modo geral. Nós que sabemos, que nem sempre a autoridade, por mais auxílio que tenha da própria polícia e V. Ex^a o teve no caso do atentado do Rio, porque a Justiça o socorreu, e deixou custodiado pela Polícia Federal aquele elemento apontado como autor material do delito. Mas, eu gostaria que V. Ex^a, que informou na sua exposição que houve um acordo, entre a Polícia Federal e a polícia do meu Estado o Rio de Janeiro, no que concerne aos atentados, me dissesse, ou nos dissesse que tipo de acordo foi esse. E a minha pergunta é muito pertinente, porque até há poucos dias nós no Rio de Janeiro, estávamos com uma polícia cujo titular não falava, e hoje, graças a Deus, temos um lá que pelo menos fala, pelo menos dá entrevista.

Então, eu perguntaria a V. Ex^a ou ao seu Assessor, que tipo de acordo houve entre a Polícia Federal e a Polícia Estadual, principalmente no que concerne aos atentados à bomba às bancas de jornais.

O SR. MOACYR COELHO — O que existe, realmente, é um convênio entre o Ministro da justiça e o Governador, porque sendo os crimes referentes à segurança interna, é da competência da Polícia Federal, nós podemos fazer acordos, transferindo a esses órgãos estaduais a competência para deles se incumbir. Então, existe um convênio entre o Ministro da Justiça e o Governo do Estado do Rio. Então, os problemas de ordem política e social mesmo da competência da União, podem ser tratados pela Polícia Estadual. Este mesmo convênio existe com a polícia de São Paulo, e acaba de ser hoje devolvido à polícia, renovado, e só se faz este convênio com aquelas polícias que se julga tenham capacidade para tratar deste problema.

Então, a resposta prevista é esta: não é um acordo é um convênio entre o Ministro da Justiça e o Governador do Estado.

O SR. PÊRICLES GONÇALVES — Sei perfeitamente, Sr. Diretor, que a Polícia Federal não exerce função corregedora; a ela não compete, obviamente, saber em que pé está o processo, ou em que pé estão as investigações que devam apurar aqueles atentados, e também o atentado à pessoa do Bispo de Nova Iguaçu. Nesta oportunidade, gostaria, então, de solicitar à Presidência da Comissão que incluísse no rol das pessoas a prestarem depoimentos o Sr. Diretor do DGIE, do Rio de Janeiro, Delegado Newton Costa, dos mais eficazes, dos mais eficientes, da polícia guanabarina.

Finalmente, nós que entendemos que este País, tem sido vítima de ação da esquerda, mas também da ação vil da direita, tanto assim que tivemos movimentos comunistas e integralistas, eu gostaria apenas de dizer a V. Ex^a, que afirmou que a sua polícia, a nossa polícia federal, não dispõe dos recursos necessários para levar avante o que lhe cabe, o que lhe compete, principalmente, no que concerne ao combate de drogas, quero trazer ao conhecimento de V. Ex^a que, até pessoalmente, ao Sr. Ministro da Justiça, apresentei uma sugges-

tão de fazer com que a Polícia Rodoviária Federal, que é uma polícia que tem muito meio para pouco fim, passe a exercer suas atividades sob a égide da polícia federal. Esta Polícia Federal que tem muito fim e no dizer de V. Ex^a, poucos meios. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Concedo a palavra ao Deputado Modesto da Silveira.

O SR. MODESTO DA SILVEIRA — Sr. Presidente, Sr. Coronel, (fora do microfone). Mas iniciaria por uma que hoje não só estarrece, preocupa toda a Nação brasileira. Recente de noticiário internacional, praticado dentro do Território brasileiro, em vários Estados, logo, da competência da Polícia Federal, é o caso do seqüestro de Ronald Biggs; se praticado por elementos particulares, evidentemente, esses seqüestradores terão cometido um crime de natureza comum dentro do nosso País, portanto, passíveis de extradição. E, se cometido o delito por parte de autoridades estrangeiras, então a situação se agrava e caímos no campo das relações internacionais, mas de qualquer modo V. S^a está encarregado de apurar esses fatos, e afinal, sugerir as medidas convenientes.

Eu perguntaria a V. S^a o que foi feito até agora em relação a esse delito, a esse seqüestro do Sr. Ronald Biggs, e qual a medida que o DPF pretende tomar?

O SR. MOACYR COELHO — O Exm^o Sr. Ministro da Justiça pediu-me ontem, que fornecesse hoje um relato de nossas providências. Estou aguardando do Rio e de Belém as respostas solicitadas. Os dados que nós temos é de que ele teria sido realmente seqüestrado por elementos particulares; teria embarcado num navio para Belém, e de lá teria tomado um barco que aportou, ou foi aprisionado nas proximidades de Barbados. Esses elementos já devem ter chegado à nossa direção central, e eu os terei hoje à tarde com precisão. Mas todas as providências que nos cabiam foram desenvolvidas. Deve se tratar de seqüestradores particulares...

O SR. MODESTO DA SILVEIRA — Eu aperfeiçoaria a minha pergunta para saber: nós temos duas hipóteses abordadas na minha primeira pergunta. A primeira é de que teria havido crime comum, evidentemente, praticado por elementos particulares, por iniciativa própria, ou eventualmente até por interesses governamentais internacionais. Isso, certamente, está sendo apurado pelo Departamento, e eu perguntaria qual a medida que o Departamento pretende tomar em qualquer das duas hipóteses, em um caso ou outro, já que a lei brasileira se aplica no espaço, e a lei brasileira se aplicando no espaço do delito, evidentemente, a conclusão lógica que me parece seria o pedido de extradição, mas isso eu estaria apenas antecipando.

O SR. MOACYR COELHO — Tudo indica que tenha sido perpetrado por elementos particulares, até porque foi mal feito e os ingleses não costumam fazer trabalho mal feito.

Nós mandaremos o resultado das nossas averiguações ao Ministro da Justiça, e a ele compete se dirigir ao Ministério das Relações Exteriores, solicitando as providências cabíveis.

O SR. MODESTO DA SILVEIRA — V. Ex^a não tem condições de antecipar, nem a opinião do próprio Departamento da Polícia Federal?

O SR. MOACYR COELHO — Não, porque eu estou aguardando para hoje a tarde as respostas.

O SR. MODESTO DA SILVEIRA — Nesse caso eu perguntaria: V. Ex^a teria condições de remeter a esta CPI os resultados da apuração?

O SR. MOACYR COELHO — Os resultados não serão sigilosos, serão ostensivos.

O SR. MODESTO DA SILVEIRA — Eu pediria a V. Ex^a, Sr. Presidente, que requisitasse formalmente essas informações.

Realmente V. Ex^a fez uma apreciação, leu um documento de muita extensão, muito importante para esta Comissão, inclusive a partir de uma análise psico-sociológica, do que seria o terrorista. E nessa análise psicosociológica V. Ex^a teria dado até a personalidade e as causas que encaminhariam o cidadão ao terrorismo. E chegou a mencionar até questões de desajustes, de carência afetiva, rejeições, etc., que seriam a causa que converteriam esses elementos em verdadeiros marginais políticos. Mas, eu perguntaria mais: nós que temos vivido e sofrido nesses últimos anos em nosso País, — e não preciso dizer por palavras, pensamentos e atos, sou um homem pacifista, humanista e contra qualquer forma de terrorismo, portanto, é essa qualquer forma de terrorismo que nos preocupa. Temos constatado realmente em todo o tempo, o esclarecimento do terrorismo sistematicamente de esquerda. Essa última constatação de V. Ex^a, de que há dois exemplos trazidos a esta Casa, a esta Comissão, veja o caso da OAB, ou este caso do Nordeste, que aparentemente não seriam de esquerda, é coisa, realmente, muito recente, é algo que

nós desconhecíamos durante os 17 anos. E, no entanto, são dezenas, senão centenas de casos de terrorismo evidentemente de direita, que sempre foram soterrados, sistematicamente soterrados. V. Ex^a trouxe um exemplo aí, a uma pergunta do nobre Deputado Euclides Scalco, a respeito do Padre de Nova Iguaçu, que Dom Luciano teria reclamado, e segundo V. S^a, a Igreja, embora solicitada, não lhe deu elementos. Eu posso lhe assegurar o seguinte: acompanhei, fui vítima de cerco terrorista, porque é ilegal, da Polícia Federal, da Polícia Estadual, e do próprio Exército Brasileiro, fardado às vezes, em parte, um cerco a essa diocese de Nova Iguaçu, em que o ilustre advogado, absolutamente insuspeito neste País, como qualquer cidadão de bem, que é o advogado Sobral Pinto, e este humilde parlamentar que vos fala. Iríamos falar sobre direitos humanos e tivemos um cerco. Mas ele já havia sido vítima de um primeiro seqüestro, como foi vítima outras vezes. Nós estivemos lá no dia, eu fui objeto de cerco também, na Diocese de Dom Luciano, e sei que ele relatou a nós as várias vezes em que compareceu à Polícia do Estado, também acompanhado de algum modo pela Polícia Federal, emprestou todas as informações de que dispunha, e ele dispunha de bastantes elementos, não raro elementos importantes. E, na verdade, nunca lhe foi dada qualquer informação sobre o andamento desse inquérito, assim como nos relatou. Esse é apenas um das dezenas de exemplos que poderíamos citar. Por exemplo, dentro da própria Polícia Federal o terrorismo não é este: o seqüestro de um embaixador por um esquerdista, é o seqüestro de um cidadão como nós, como qualquer cidadão por um policial. Desde que ele faça uma prisão ilegal ele não está prendendo, ele está seqüestrando. Pois bem, eu digo essas coisas porque eu próprio já fui objeto de seqüestro, pela ousadia de defender políticos e seqüestrados. Eu cito, por exemplo, dentro da Polícia Federal, um caso em que o seqüestrado, depois de legalizado o seu seqüestro, a Polícia Federal entregou um cidadão, meu cliente, à Polícia Estadual de Minas Gerais, onde ele deveria ser assassinado, e o foi. Sempre com aquele negócio de cordinhas em celas, quando eu sabia que nas celas os presos andavam nus, ou seminus. Então, nós poderíamos citar, talvez até de memória, mas a Nação sabe que houve centenas de terrorismos de direita, evidente. Nenhum deles foi até agora apurado. No caso concreto do Sr. Walters, diz o Dr. Armando, encarregado do inquérito, que apuraram o autor, o fato e a sua autoria, perfeito.

Eu gostaria que V. Ex^a, ou quem sabe Dr. Armando, nos dissesse se pelo menos há indício de que seria um fato e o autor ou se havia algum indício de que seriam autores, pela dificuldade, pela coincidência das explosões no mesmo dia e em vários lugares, e se realmente há indícios de que há autores também, nesse caso.

O DR. ARMANDO DA COSTA — Eu faria duas colocações, a primeira é de natureza estritamente legal.

Nós, como Presidente do Inquérito pela ação da Polícia Judiciária, apurando, só podemos falar intra-autos, só podemos falar com base naquilo que apurarmos. Uma conclusão de que se trata de co-autoria, isto é, um crime de vários autores, um pronunciamento dessa maneira, eu só poderia fazer, pelo lado legal, se tivesse o respaldo do inquérito, se tivesse, pelo menos, indícios outros que apontassem pessoas outras.

Como a Nação toda sabe, pois foi amplamente divulgado, esse dado eminentemente legal nós não temos, porque só foi apresentado um indiciado e, logicamente, não temos nenhum indício, nenhum fato juridicamente comprovado que pudesse apontar mais alguém.

Agora, pelo lado extra-inquérito, já que V. Ex^{as} gostariam de ter uma opinião de minha parte, eu diria que, pessoalmente, não acredito que se trate nem de um ato de louco e nem de um ato de um só autor. Em princípio, essa é a minha convicção, não sei se ajuda, mas essa é que é a verdade.

Devo adiantar para V. Ex^{as}, — o nosso Diretor já adiantou, mas eu vou repisar — que nós, mesmo depois de haveremos encerrado os trabalhos de polícia judiciária, iniciamos, prosseguimos com os trabalhos de pesquisa, porque a lei nos permite e porque a relevância dos fatos estão a exigir. Então, prosseguimos, não exercendo os atos de polícia judiciária, porque, se assim prosseguíssemos, estaríamos cometendo atos ilegais, porque sabemos que dentro do Direito o tempo é relevante. Se a lei impõe tempo, prazo para que sejam os inquéritos concluídos, não impõe limites temporais quanto ao aspecto da pesquisa, mas essa pesquisa não pode ser realizada por ato de polícia judiciária; ela poderá ser feita através de levantamentos sigilosos de algumas pesquisas e essas pesquisas continuam.

A qualquer momento que um fato, um detalhe, que um indício nos aponte a participação de uma outra pessoa qualquer eu, pela autonomia que tenho e pelas determinações de nosso Diretor-Geral de que não poupamos quem quer que seja, o ato pode ter partido de quem quer que seja, nós lhes asseguramos, entregaremos, faremos um apêndice e levaremos até à justiça.

O SR. MODESTO DA SILVEIRA — Muito obrigado.

A preocupação da Nação, — claro que se deixamos de confiar na nossa própria polícia, então está tudo perdido, mas, a estranha coincidência de nunca se apurarem, faz com que as pessoas tenham medo de submeter dados à própria polícia.

Há, na verdade, uma constatação generalizada de que quem tem contatos com a massa popular brasileira, de que muitas áreas têm medo da polícia do que daqueles a quem a polícia devia combater.

A gente enumera, só eu, de cabeça, poderia citar inúmeras, como, por exemplo, essa tal imprensa alternativa, que V. S^a generalizou muito, inclusive os jornais de direita, que são também imprensa alternativa, evidentemente de direita, caíram na generalização na afirmativa de V. S^a A imprensa alternativa, desde qualquer boletim por aí até os jornais que estariam sendo visados na sua afirmação genérica de imprensa alternativa; além dessas bancas de jornais que não foram apuradas, a não ser alguns levantamentos da imprensa alternativa, de que coincidentemente só uma das bancas de Brasília, que por coincidência pertencia a um determinado policial, foi a única que não sofreu dano, violência, terrorismo.

Essas coisas, poderiam ou deveriam sofrer uma explicação. Por que só uma das bancas de Brasília, que por coincidência pertencia a um policial é que não foi atingida?

Além disso nós temos a ABI; a ABI foi explodida há tempos atrás, danificada sem que ninguém respondesse por isso e não se tem informação da investigação em relação à ABI.

O PMDB foi objeto de uma bomba, e não era dano material que se pretendia não; havia um comício do PMDB no Rio de Janeiro, marcado para às 15 horas e para sorte do PMDB ou azar deles houve um atraso e, por razões alheias à vontade do PMDB, atraso de uma hora, que salvou os Senadores do Estado do Rio de Janeiro, todos os deputados federais e estaduais do PMDB e mais algumas milhares de pessoas que para lá se dirigiram. O PMDB foi objeto de uma explosão que destruiu todo o palanque exatamente às 15 horas, quando estava marcado publicamente o início do comício; milhares de pessoas morreriam, não era danos materiais o que pretendiam. Chegou a destruir um galpão da altura de 30 metros, que ficou perfurado como uma verdadeira rede e não se tem notícia de qualquer dado em relação à apuração disso.

A igreja não foi uma só, Dom Adriano não foi vítima uma vez só; o desaparecimento de pessoas, os seqüestros de advogados, não apenas o meu caso, o Sobral Pinto, Heleno Frago, Jorge Tavares, Evaristo de Moraes, inúmeros advogados, coincidentemente os que defendem insuspeitamente a lei, por defender o direito do cidadão, não defender o seu crime, defender o seu direito, coincidentemente todos fomos seqüestrados, e isto é um ato de terrorismo, que foi praticado. E nós estivemos em locais oficiais, seja do Exército, seja da Polícia, e sofremos terrorismo oficial, assim como vários outros, que ousaram fazer isso: Dalmo Dallari, José Carlos Dias, são apenas exemplos recentes. E assim segue, nós podemos muito bem citar fatos e mais fatos; os processos aos milhares na Justiça Militar dão conta de indícios de terrorismo oficial, ou oficioso, mas há centenas de desaparecimentos de pessoas, assassinato delas, torturas, seqüestros, estupros...

E, quando, numa simples ação cível declaratória numa pequena cidade de Petrópolis, se tenta apurar estupro, por exemplo, que, evidentemente, num seqüestro, dentro de um cárcere privado, é um ato de terrorismo, então a Nação se abala e isso passa a chamar-se revanchismo e se põe um paradeiro até numa apuração cível de eventual reparação material ou moral de danos, pelo menos.

Pois bem, então o que nos parece, a cada ato, a cada vez que isto acontece, é que as pessoas têm medo de submeter às autoridades os dados de que dispõe, sabendo ou temendo que elas sejam soterradas.

Este é um fato que está acontecendo e que estremece a Nação; cada vez que isto ocorre movimentam-se os Ministérios, é declarada a palavra mágica mais moderna, que substituiu a outra chamada subversão; a atual é revanchismo, para atemorizar os temerosos, os fracos, enfim, a nova palavra mágica é revanchismo; então se põe um paradeiro a uma tentativa de apuração do verdadeiro terrorismo, com o que esta Nação não tem uma saída.

Pois bem, são inúmeros os fatos e nesses milhares de processos, posso assegurar, até, V. S^a encontraria centenas deles com provas.

Diz V. S^a que talvez por excesso de liberdade em relação à imprensa alternativa, não sei se é saudosismo da censura, mas verdade é que alguns órgãos de imprensa, muitos dos quais podem e devem ter cometido algum exagero de linguagem, muitos deles foram objeto de terrorismo nunca apurado; quase todos esses órgãos apontados aqui e outros nem apontados e nem o que se possa chamar de imprensa alternativa, tipo Pasquim, ou vários outros jornais pequenos, porque publicaram alguma coisa desagradável então foram objeto de terrorismo, nunca apurado por qualquer das polícias, seja federal, estadual ou qualquer outra. Terrorista pode ser de direita e esses homens de-

sajustados, carentes e rejeitados podem estar na polícia e certamente estarão também, na medida em que eles têm praticado terrorismo e eu sou uma vítima concreta deles; sou apenas uma dentre milhares. Se nós não encararmos concretamente estas realidades não vamos achar caminho nenhum de saída, vamos apenas homologar a coisa que está aí sem querer resolver coisa nenhuma.

Claro que as pessoas que sofismam, sejam de direita ou de esquerda, dizem que os fins justificam quaisquer meios. Esse sofisma eu tenho visto aplicado pela polícia e por autoridades. E já ouvi isso. E tem mais, na descrição histórica feita por V. S^a, foi feita uma determinada cronologia, em que demonstra o surgimento do terrorismo em 1968, por aí. Eu sugeriria, para complementar o seu relatório substancioso, que verificasse, levantasse, por exemplo, no próprio DPF uma coleção de qualquer jornal sério do Brasil, seja do Rio de Janeiro, São Paulo, etc. Eu posso lhe garantir que antes de 1968 os jornais às vezes enumeravam o terror oficioso, praticado naquele dia, por policiais, contra presos políticos. Com todas aquelas introduções violentas e nenhuma providência era tomada. Evidente que a causa primeira, mais importante, que não exclui estas, mas a causa mais importante foi não apenas a omissão, a complacência, até o estímulo de setores, para que esse terrorismo estimulasse o desespero.

V. S^a deve ser um estrategista bélico, um estrategista agora da política relacionada à segurança. E, como estrategista, quando encontramos um rato, sem saída, é evidente que ele tem que saltar sobre nós. Eu acho que esta é uma das causas que devem ser seriamente examinadas por nós. E no contexto histórico, na cronologia dos documentos nós vamos encontrar isso também.

É importante o documento de V. S^a, mas é importante que a gente o faça na sua plenitude. E nova ameaça paira sobre a Nação, porque a cada fato novo que se tenta honestamente apurar, sem revanchismo, para evitar que ele se amplie, então se diz que agora há um novo tipo de 'terrorismo como quem ameaça a fechadura em vez da prometida abertura. H^a sim, mas de onde parte? Por que não o apuram, por que não querem apurar?

Quando se trata do chamado terrorismo da esquerda, é uma organização institucionalizada e perigosa. Quando não se pode negar um terrorismo de direita, é sempre algum fanático, e os Reichs'taj se perpetuam para sempre. Buscasse um novo louco holandês para, quem sabe, justificar um novo Reichs'taj. A Nação não pode suportar essas coisas que são realmente insuportáveis. E V. S^a tem, na verdade, uma extrema responsabilidade por isso.

Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância. Gostaria de voltar e continuar com fatos absolutamente concretos e, se possível, quem sabe, voltaremos ao assunto.

O SR. ERASMO DIAS — Sr. Presidente, V. Ex^a permite um ligeiro aparte?

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Pois não.

O SR. ERASMO DIAS — Colaborando com o nobre colega Modesto da Silveira, tenho aqui uma relação de *O Globo*, de 27-11-73, com todos os nossos companheiros e outros não mortos pelo terrorismo de esquerda, são 106 e 343. Pode desde já começar o seu trabalho porque isso é interessante.

O SR. MODESTO DA SILVEIRA — Peço ao Sr. Presidente que requisi-te a juntada, e todas as juntadas do que possa ser útil, inclusive daqueles, esses mortos no campo de batalha, guerreiros, valentes, etc, tudo bem. Agora, aqueles assassinados no fundo dos cárceres, sem defesa, usando os meios que a Nação deu à Polícia e as Forças Armadas para proteger esses assassinatos, precisam ser aqui juntados como lista de mortos não em campo de batalha mas na covardia do fundo dos cárceres.

O SR. ERASMO DIAS — Posso garantir, nobre Presidente, que estes que estão aí estavam cumprindo o seu dever ou eram inocentes, e outros tantos que escolheram a escalada do crime, devem responder pelo modo que enfrentaram isso tudo.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — A Presidência já passou às mãos do nobre Relator e naturalmente isso servirá de subsídio na elaboração do seu relatório.

O SR. ÍTALO CONTI — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Ítalo Conti.

O SR. ÍTALO CONTI — Sr. Presidente, não é propriamente problema do Regimento, mas eu queria fazer um apelo a V. Ex^a para que nas próximas sessões nós tivéssemos em foco o problema precípua da CPI. Se nós desviarmos para arbitrariedades, como foram citadas aqui, querem arbitrariedade em terrorismo, querem transformar tortura em terrorismo. Terrorismo é uma coisa específica, perfeitamente definida, que é objeto desta CPI.

Eu faço um apelo a V. Ex^a para que, por intermédio dos participantes dos debates, nós não nos desviássemos do assunto, senão não chegaremos a nada. Muito obrigado.

O SR. EUCLIDES SCALCO — Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Com a palavra o nobre Deputado Euclides Scalco.

O SR. EUCLIDES SCALCO — Se me for possível, eu gostaria de voltar a perguntar ao Coronel Moacyr Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — A Presidência concede a palavra a V. Ex^a para fazer a pergunta.

O SR. EUCLIDES SCALCO — O Coronel Moacyr Coelho citou em seu depoimento o fato de que várias pessoas estão sendo subvencionadas por movimentos religiosos. É evidente que se V. S^a cita movimentos religiosos, deve conhecer quais são os movimentos religiosos que financiam e que sustentam esses grupamentos.

Se V. S^a tiver o nome dos movimentos religiosos, gostaria que o Sr. Presidente requisitasse esse esclarecimento.

O SR. MOACYR COELHO — Perfeitamente. Não há problema.

O SR. MURILO BADARÓ — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Com a palavra o nobre Senador Murilo Badaró.

O SR. MURILO BADARÓ — Antes de pedir a V. Ex^a que considere a questão de ordem colocada em relação às cartas da reunião, eu quero apenas tomar da palavra para felicitar o Coronel Moacyr Coelho pela excelência da contribuição prestada a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Antes de encerrar, portanto, a nossa reunião, quanto à questão de ordem levantada pelo ilustre Senador Murilo Badaró, queremos expor a V. Ex^a e aos demais membros da Comissão, que já expedimos convites a duas pessoas, com data marcada para serem ouvidas no dia primeiro e no dia oito. E um deles, o Presidente da OAB, não podendo participar da nossa reunião do dia primeiro, por causa das eleições naquele órgão, nos solicitou a mudança da data e nós invertemos a data da vinda de S. S^a a nossa Comissão.

Assim é que, tendo já expedido esses dois convites, nós queríamos lembrar a V. Ex^a que talvez fosse interessante que mantivéssemos assim apenas essas duas datas, porque já há um roteiro todo elaborado pela Presidência e pelo ilustre Relator. Vamos rever todo esse estudo, diante da ponderação de V. Ex^a, e, na próxima reunião nós traremos a solução desse estudo diante da questão de ordem suscitada por V. Ex^a.

Agradecendo a presença do Coronel Moacyr Coelho e dos seus assessores, a Presidência declara encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 5 minutos.)

MESA

Presidente
Jarbas Passarinho

1º-Vice-Presidente
Passos Pôrto

2º-Vice-Presidente
Gilvan Rocha

1º-Secretário
Cunha Lima

2º-Secretário
Jorge Kalume

3º-Secretário
Itamar Franco

4º-Secretário
Jutahy Magalhães

Suplentes de Secretários

Almir Pinto

Lenoir Vargas

Agenor Maria

Gastão Müller

**LIDERANÇA DO BLOCO
PARLAMENTAR DO PARTIDO DO
MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

PMDB**Líder**

Marcos Freire

Vice-Líderes

Roberto Saturnino

Mauro Benevides

Humberto Lucena

Pedro Simon

Orestes Quêrcia

Henrique Santillo

Lázaro Barboza

Evandro Carreira

**LIDERANÇA DO BLOCO
PARLAMENTAR DO
PARTIDO POPULAR — PP**

Líder

Evelásio Vieira

Vice-Líderes

Afonso Camargo

José Fragelli

Gastão Müller

Mendes Canale

Saldanha Derzi

**LIDERANÇA DO BLOCO
PARLAMENTAR DO PARTIDO
DEMOCRÁTICO SOCIAL — PDS**

Líder

Nilo Coelho

Vice-Líderes

Aderbal Jurema

Aloysio Chaves

Bernardino Viana

Gabriel Hermes

José Lins

Lomanto Júnior

Moacyr Dalla

Murilo Badaró

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretor: Antônio Carlos de Nogueira

Local: Edifício Anexo das Comissões — Ala Senador Nilo Coelho

Telefones: 223-6244 e 211-4141 — Ramais 3487, 3488 e 3489

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Daniel Reis de Souza

Local: Edifício Anexo das Comissões — Ala Senador Nilo Coelho

Telefone: 211-4141 — Ramais 3490 e 3491

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Leite Chaves

Vice-Presidente: Martins Filho

Titulares**Suplentes****PDS**

1. Benedito Canelas

2. Martins Filho

3. João Calmon

4. João Lúcio

1. Dinarte Mariz

2. Lourival Baptista

3. José Caixeta

PMDB

1. Leite Chaves

2. José Richa

1. Agenor Maria

PP

1. Mendes Canale

1. Evelásio Vieira

Assistente: Sérgio da Fonseca Braga — Ramal 3492

Reuniões: Terças-feiras, às 11,00 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho
— Anexo das Comissões — Ramal 3378

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Alberto Silva

Vice-Presidente: José Lins

Titulares**Suplentes****PDS**

1. José Lins

2. Eunice Michiles

3. Gabriel Hermes

4. Benedito Canelas

1. Raimundo Parente

2. Almir Pinto

3. Aloysio Chaves

PMDB

1. Evandro Carreira

2. Mauro Benevides

1. Marcos Freire

PP

1. Alberto Silva

1. Mendes Canale

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 3493

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal 3024.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)
(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Aloysio Chaves

1º-Vice-Presidente: Nelson Carneiro

2º-Vice-Presidente: Lenoir Vargas

Titulares**Suplentes****PDS**

1. Aloysio Chaves

2. Hugo Ramos

3. Lenoir Vargas

4. Murilo Badaró

5. Bernardino Viana

6. Amaral Furlan

7. Moacyr Dalla

8. Raimundo Parente

1. João Calmon

2. Almir Pinto

3. Martins Filho

4. Aderbal Jurema

PMDB

1. Paulo Brossard

2. Marcos Freire

3. Nelson Carneiro

4. Leite Chaves

5. Orestes Quêrcia

1. Franco Montoro

2. Lázaro Barboza

3. Humberto Lucena

PP

1. Tancredo Neves

2. José Fragelli

1. Mendes Canale

Assistente: Paulo Roberto Almeida Campos — Ramal 3972

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:30 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal 4315

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (DF)
(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Lourival Baptista

Vice-Presidente: Mauro Benevides

Titulares**Suplentes****PDS**

1. Lourival Baptista

2. Bernardino Viana

3. Moacyr Dalla

4. José Caixeta

5. Martins Filho

6. Murilo Badaró

1. Luiz Cavalcante

2. Almir Pinto

3. Aderbal Jurema

4. José Lins

PMDB

1. Lázaro Barboza

2. Mauro Benevides

3. Laélia Alcântara

1. Henrique Santillo

2. Evandro Carreira

PP

1. Saldanha Derzi

2. Luiz Fernando Freire

1. Afonso Camargo

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 3499

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal 3168

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)
(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Richa

Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

Titulares**Suplentes****PDS**

1. Bernardino Viana

2. José Lins

3. Arno Damiani

4. Milton Cabral

5. Luiz Cavalcante

6. José Caixeta

1. Lomanto Júnior

2. Gabriel Hermes

3. Vicente Vuolo

4. Benedito Canelas

PMDB

1. Roberto Saturnino

2. Marcos Freire

3. José Richa

1. Pedro Simon

2. Teotônio Vilela

PP

1. José Fragelli

2. Alberto Silva

1. Afonso Camargo

Assistente: Francisco Guilherme Thees Ribeiro — Ramal 3495

Reuniões: Quartas-feiras, às 09:00 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho
— Anexo das Comissões — Ramal 3256

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)
(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Aderbal Jurema

Vice-Presidente: Gastão Müller

Titulares**Suplentes****PDS**

1. Aderbal Jurema

2. João Calmon

3. Eunice Michiles

4. Tarso Dutra

5. José Sarney

1. Lomanto Júnior

2. Gabriel Hermes

3. João Lúcio

PMDB

1. Laélia Alcântara

2. Franco Montoro

3. Pedro Simon

1. Marcos Freire

2. Mauro Benevides

PP

1. Gastão Müller

1. Evelásio Vieira

Assistente: Sérgio da Fonseca Braga — Ramal 3492

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal 3546

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)
(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro
Vice-Presidente: Gabriel Hermes

Titulares	Suplentes
	PDS
1. Raimundo Parente	1. José Guimard
2. Lomanto Júnior	2. Lourival Baptista
3. Amaral Furlan	3. Benedito Canelas
4. Amaral Peixoto	4. Vicente Vuolo
5. Martins Filho	5. José Lins
6. Tarso Dutra	
7. Gabriel Hermes	
8. Bernardino Viana	
9. Almir Pinto	
	PMDB
1. Mauro Benevides	1. Humberto Lucena
2. Roberto Saturnino	2. Paulo Brossard
3. Pedro Simon	3. José Richa
4. Teotônio Vilela	
4. Franco Montoro	
	PP
1. Tancredo Neves	1. Saldanha Derzi
2. Affonso Camargo	2. José Fragelli
3. Mendes Canale	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 3493
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho
— Anexo das Comissões — Ramal 4323COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)
(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Raimundo Parente
Vice-Presidente: Humberto Lucena

Titulares	Suplentes
	PDS
1. Raimundo Parente	1. Arno Damiani
2. Aloysio Chaves	2. Aderbal Jurema
3. Moacyr Dalla	3. Almir Pinto
4. Eunice Michiles	
5. Gabriel Hermes	
	PMDB
1. Franco Montoro	1. Agenor Maria
2. Humberto Lucena	2. Nelson Carneiro
3. Jaison Barreto	
	PP
1. José Fragelli	1. Luiz Fernando Freire

Assistente: Luiz Cláudio de Brito — Ramal 3498
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal 3339COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral
Vice-Presidente: Teotônio Vilela

Titulares	Suplentes
	PDS
1. Milton Cabral	1. Dinarte Mariz
2. Luiz Cavalcante	2. Gabriel Hermes
3. José Lins	3. Martins Filho
4. Almir Pinto	
	PMDB
1. Henrique Santillo	1. Roberto Saturnino
2. Teotônio Vilela	
	PP
1. Affonso Camargo	1. Alberto Silva

Assistente: Francisco Gonçalves Pereira — Ramal 3496
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal 3652COMISSÃO DE MUNICÍPIOS — (CM)
(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Lomanto Júnior
Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares	Suplentes
	PDS
1. Almir Pinto	1. Tarso Dutra
2. Lomanto Júnior	2. Aderbal Jurema
3. Amaral Furlan	3. José Sarney
4. Amaral Peixoto	4. Murilo Badaró
5. Benedito Canelas	5. José Caixeta
6. Arno Damiani	
7. Moacyr Dalla	
8. Raimundo Parente	
9. Vicente Vuolo	
	PMDB
1. José Richa	1. Marcos Freire
2. Orestes Quêrcia	2. Jaison Barreto
3. Evandro Carreira	3. Humberto Lucena
4. Lázaro Barboza	
5. Agenor Maria	

Assistente: Francisco Gonçalves Pereira — Ramal 3496
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal 3122COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)
(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Adalberto Sena
Vice-Presidente: Murilo Badaró

Titulares	Suplentes
	PDS
1. João Calmon	1. José Sarney
2. Murilo Badaró	2. Moacyr Dalla
3. Aderbal Jurema	
	PMDB
1. Adalberto Sena	1. Evandro Carreira
	PP
1. Saldanha Derzi	1. Mendes Canale

Assistente: Fátima Abrahão de Araújo — Ramal 3266
Reuniões: Quintas-feiras, às 14:00 horas
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal 3121COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)
(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Luiz Viana
1º-Vice-Presidente: Paulo Brossard
2º-Vice-Presidente: Amaral Peixoto

Titulares	Suplentes
	PDS
1. Luiz Viana	1. Aderbal Jurema
2. Tarso Dutra	2. Bernardino Viana
3. Lomanto Júnior	3. Amaral Furlan
4. Amaral Peixoto	4. Moacyr Dalla
5. João Calmon	5. Martins Filho
6. Aloysio Chaves	
7. José Sarney	
8. Lourival Baptista	
	PMDB
1. Paulo Brossard	1. Leite Chaves
2. Nelson Carneiro	2. Pedro Simon
3. José Richa	3. Roberto Saturnino
4. Mauro Benevides	
5. Marcos Freire	

PP

1. Luiz Fernando Freire
1. Saldanha Derzi
2. Tancredo Neves

Assistente: Leila Leivas Ferro Costa — Ramal 3497
Reuniões: Quartas-feiras, às 14:00 horas
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho
— Anexo das Comissões — Ramal 3254COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jaison Barreto
Vice-Presidente: Almir Pinto

Titulares	Suplentes
	PDS
1. Lomanto Júnior	1. Benedito Canelas
2. Almir Pinto	2. João Calmon
3. José Guimard	3. Arno Damiani
4. Lourival Baptista	
	PMDB
1. Henrique Santillo	1. Laélia Alcântara
2. Jaison Barreto	
	PP
1. Saldanha Derzi	1. Gastão Müller

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 3499
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal 3020COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dinarte Mariz
Vice-Presidente: José Fragelli

Titulares	Suplentes
	PDS
1. Dinarte Mariz	1. Raimundo Parente
2. Luiz Cavalcante	2. Amaral Furlan
3. José Guimard	3. José Caixeta
4. Murilo Badaró	
	PMDB
1. Mauro Benevides	1. Orestes Quêrcia
2. Agenor Maria	
	PP
1. José Fragelli	1. Gastão Müller

Assistente: Marcelino dos Santos Camello — Ramal 3498
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal 3020COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Agenor Maria
Vice-Presidente: Raimundo Parente

Titulares	Suplentes
	PDS
1. Raimundo Parente	1. Helvídio Nunes
2. Aderbal Jurema	2. Bernardino Viana
3. Lourival Baptista	3. José Guimard
4. Moacyr Dalla	
	PMDB
1. Agenor Maria	1. Lázaro Barboza
2. Humberto Lucena	
	PP
1. Gastão Müller	1. Luiz Fernando Freire

Assistente: Luiz Cláudio de Brito — Ramal 3498
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal 3121

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Vicente Vuolo
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

Titulares

1. Vicente Vuolo
2. Benedito Ferreira
3. Aloysio Chaves
4. Milton Cabral

Suplentes

PDS

1. Lomanto Júnior
2. Luiz Cavalcante
3. Amaral Peixoto

PMDB

1. Evandro Carreira
2. Lázaro Barboza

1. Orestes Quêrcia

PP

1. Alberto Silva

1. Affonso Camargo

Assistente: Marcelino dos Santos Camello — Ramal 3498

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal 3130

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: Alfeu de Oliveira

Local: Anexo das Comissões — Ala Senador Nilo Coelho
— Andar Térreo — 211.3407

Assistentes: Helena Isnard Accauhy — 211-3510
Mauro Lopes de Sá — 211-3509
Clayton Zanlorenzi — 211-3502
Frederic Pinheiro Barreira — 211-3503
Mária de Lourdes Sampaio — 211-3503

**C) SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE
INQUÉRITO**

Chefe: Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz — Ramal 3511

Assistentes: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 3512
Elizabeth Gil Barbosa Vianna — Ramal 3501
Nadir da Rocha Gomes — Ramal 3508

**SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES
QUADRO DE HORÁRIO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DAS
COMISSÕES PERMANENTES PARA O BIÊNIO 1981/1982**

TERÇA-FEIRA		LOCAL DA REUNIÃO	ASSISTENTE
Horas	Comissões		
10:00	CAR	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 3024	GUILHERME
11:00	CA	Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho Ramal 3378	SÉRGIO

QUARTA-FEIRA		LOCAL DA REUNIÃO	ASSISTENTE
Horas	Comissões		
09:00	CE	Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho Ramal 3256	FRANCISCO
09:30	CCJ	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 4315	PAULO ROBERTO
10:00	DF	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 3168	LÊDA
10:30	CME	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 3652	GONÇALVES
11:00	CRE	Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho Ramal 3254	LEILA
11:00	CSN	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 3020	MARCELINO
11:00	CSPC	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 3121	LUIZ CLÁUDIO

QUINTA-FEIRA		LOCAL DA REUNIÃO	ASSISTENTE
Horas	Comissões		
10:00	CS	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 3020	LÊDA
10:00	CEC	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 3546	SÉRGIO
10:00	CF	Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho Ramal 4323	GUILHERME
11:00	CLS	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 3339	LUIZ CLÁUDIO
11:00	CM	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 3122	GONÇALVES
11:00	CT	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 3130	MARCELINO
14:00	CR	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 3121	FÁTIMA